



INSTITUTO
UNIVERSITÁRIO
DE LISBOA

“O acolhimento aos deslocados internos pelo conflito de Cabo Delgado”

Fernanda Russo Filomeno

Mestrado em Ação Humanitária

Orientador: Professor Paulo Pedroso, Professor Auxiliar Convidado
ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa

Co-Orientadora: Doutora Joana Fonseca França Azevedo,
Professora Auxiliar ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa

Novembro, 2022

iscte

SOCIOLOGIA
E POLÍTICAS PÚBLICAS

iscte

BUSINESS
SCHOOL

Departamento de Sociologia

“O acolhimento aos deslocados internos pelo conflito de Cabo Delgado”

Fernanda Russo Filomeno

Mestrado em Ação Humanitária

Orientador: Professor Paulo Pedroso, Professor Auxiliar Convidado
ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa

Co-Orientadora: Doutora Joana Fonseca França Azevedo,
Professora Auxiliar ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa

Novembro, 2022

Dedico este trabalho ao meu avô Antonio Russo, o ser humano mais humilde, generoso, solidário, amoroso, inteligente e inspirador que já conheci. Obrigada por incentivar a educação como potência transformadora e mostrar o poder da compaixão como um dos pilares fundamentais da vida

Agradecimentos

Agradeço aos orientadores e professores Paulo Pedroso e Joana Azevedo, pelos ensinamentos, apontamentos e disposição em ajudar.

À professora Ana Lúcia, que serviu como espécie de terapeuta da turma, a quem admiro muito e tenho ainda mais carinho por disponibilizar tempo, paciência e agenda para que nos sentíssemos capazes de concluir a pesquisa e não nos deixar desistir do mestrado.

Aos amigos que fiz ao longo destes dois anos de curso – em especial à Mena, que se tornou uma parceira de vida, de projetos, de alegrias e lamentos, com quem pretendo caminhar sempre junto.

Aos amigos da vida, pelo incentivo de sempre, por entenderem a distância e a ausência e, mesmo assim, não desistirem de mim - em especial Thy, Mari, Fê, Larissa, Caião e Neto. E ao meu querido Marcelo Sayão (in memoriam), pela parceria e amor genuínos.

Ao meu companheiro de vida, Renato, pela paciência, pela ajuda, pelo amor, por ser meu porto seguro, por aguentar meus altos e baixos e por nunca me deixar duvidar da minha capacidade.

À minha família, em especial à minha mãe e ao meu pai pelo incentivo, pela dedicação, apoio financeiro e amor de sempre, à Bruna, minha melhor amiga que além de tudo tenho o privilégio de chamar de irmã, ao meu irmão Paulinho, aos meus sobrinhos Antonio e Bento, ao meu cunhado e amigo querido Diego, ao meu afilhado Lucas e seus pais que tanto amo (Diogo e Tati), e às minhas avós Ada (in memoriam) e Cecília.

Não posso deixar de mencionar pessoas especiais que surgiram ao longo desta caminhada e que sem elas, certamente esse trabalho não poderia ter sido concluído. Em especial, agradeço à Eunice, que foi uma parceira incrível e que me ajudou como pode, reforçando o sentido e a importância da palavra solidariedade. Ao Riyadh, à Gervásia e ao Edson Cortez. E, principalmente, aos deslocados.

Resumo

O presente estudo procura analisar uma das maiores problemáticas atuais - os deslocamentos internos causados por conflitos - sob a perspectiva do acolhimento.

A partir de 2017, conflitos armados que eclodiram no norte da província de Cabo Delgado, em Moçambique, forçaram o deslocamento de milhares de pessoas expostas à insegurança crescente e vulnerabilidades. Este movimento populacional em direção ao sul da província – quase metade da população - foi absorvido, principalmente, por famílias de acolhimento, o que causou outros tipos de problemas e expôs fragilidades tanto do governo, como das agências no terreno.

Como parte assinante da Carta das Nações Unidas, assim como país ratificador da Convenção de Kampala, Moçambique tem a obrigação prevenir o deslocamento interno, proteger e assistir os deslocados e encontrar soluções a partir da assistência humanitária - que pode e deve ser estendida às comunidades locais e de acolhimento - e quando incapaz de cumprir com tais obrigações, deve facilitar assistência de organizações internacionais e de agências humanitárias.

Através de uma abordagem qualitativa, o estudo focou nos problemas derivados do acolhimento desordenado, a partir de uma observação comparativa entre vida em campos de reassentamento e em famílias de acolhimento - focada na melhor adaptação a uma nova realidade. Os resultados confirmaram que a falta de reconhecimento da proporção da crise pelo governo derivou na demora de atuação de organizações, fator fundamental para o acolhimento familiar inicial - que se prolongado causa atritos- e que os deslocados são mais bem assistidos em campos, ainda insuficientes em números.

Palavras-chave: Acolhimento; Cabo Delgado; Conflito; Deslocados Internos; Moçambique

Abstract

This study seeks to analyze one of the biggest current issues - internal displacement caused by conflict - from the perspective of hosting.

Starting in 2017, armed conflicts that erupted in the north of Cabo Delgado province in Mozambique forced the displacement of thousands of people exposed to growing insecurity and vulnerabilities. This population movement towards the south of the province - over 1/3 of the population - was absorbed mainly by host families, which caused other types of problems and exposed weaknesses of both the government and agencies on the ground.

As a signatory party to the United Nations Charter, as well as a ratifying country of the Kampala Convention, Mozambique has the obligation to prevent internal displacement, to protect and assist the displaced, and to find solutions from humanitarian assistance - which can and should be extended to local and host communities - and when unable to fulfill such obligations, it must facilitate assistance from international organizations and humanitarian agencies.

Through a qualitative approach, the study focused on the problems derived from the disorderly host, from a comparative observation between life in resettlement camps and in host families - focused on the best adaptation to a new reality. The results confirmed that the government's lack of recognition of the extent of the crisis resulted in a delay in the actions of organizations, a fundamental factor for the initial hosting family - which if prolonged causes friction - and that the displaced are better assisted in camps, which are still insufficient in numbers.

Keywords: Host; Cabo Delgado; Conflict; Internally Displaced Persons; Mozambique

Índice

Agradecimentos	iii
Resumo	v
Abstract	vii
Introdução	1
Capítulo 1. Deslocamento interno e conflitos	7
1.1. Conceito de PDI e criação dos princípios orientadores relativos aos PDI	7
1.2. PDIs sob Proteção Jurídica Internacional	12
1.2.1. Proteção dos PDIs na África	16
1.3. Agências internacionais humanitárias e PDIs	17
1.4. Tipologia dos conflitos	19
1.4.1. Conflitos armados não-internacionais	20
Capítulo 2. Conflito como causa e acolhimento como consequência em Cabo Delgado	23
2.1. O conflito em Cabo Delgado	23
2.1.1. O grupo e o <i>modus operandi</i>	27
2.1.2. A resposta do Governo ao conflito	30
2.1.3. Responsabilidades do Governo com os PDIs e acolhedores	33
2.2. Comunidade e Famílias de Acolhimento	34
2.2.1. Conceptualização de acolhimento em contexto humanitário	35
2.2.2. O acolhimento dos PDIs em Cabo Delgado	36
Capítulo 3. Metodologia da Pesquisa	41
3.1. Objetivo geral e objetivo específico da pesquisa	41
3.2. Investigação empírica	41
3.3. Caracterização dos entrevistados	42
3.4. Elaboração dos Guiões de Entrevista	43
3.5. Considerações Éticas	44
3.5.1. Consentimento Informado	45
3.6. Aplicação de Entrevistas (recolha e análise de dados)	45
3.7. Limitações da Pesquisa	46

Capítulo 4. Análise dos Resultado	49
4.1. Achados e discussão da pesquisa	49
4.2. Conclusões da pesquisa	63
Considerações finais	65
Referências bibliográficas	67
Links de interesse	73
ANEXOS	
Anexo I- Mapa Moçambique	75
Anexo II- Mapa Etnias de Cabo Delgado	76
Anexo III – Guião de entrevistas deslocados	77
Anexo IV – Guião de entrevista autoridade governamental	82
Anexo V – Guião de entrevista agente humanitário	87
Anexo VI – Guião de entrevista jornalista	91

Índice de gráficos

Gráfico 1 – Distribuição dos Deslocados Internos em Cabo Delgado	36
Gráfico 2 – Número de deslocados por ano em Moçambique	37
Gráfico 3 – Número total de deslocados em Moçambique até 2021	38

Índice de tabelas

Tabela 1 – Perfil dos deslocados entrevistados	42
Tabela 2 – Divisão das entrevistas entre temas e subtemas	46

GLOSSÁRIO DE ACRÔNIMOS

ACLED – Projeto de Localização de Conflitos Armados e Dados de Eventos

ACNUR – Alto Comissariado das Nações Unidas para os refugiados

CAI – Conflitos Armados Internacionais

CANI – Conflitos Armados Não-Internacionais

CDAA – Comunidade de Desenvolvimento da África Austral

CDH - Conselho de Direitos Humanos da ONU

CICV - Comitê Internacional da Cruz Vermelha

CIP – Centro de Integridade Pública

CIREFCA- Conferência Internacional sobre os Refugiados da América Central

CIRGL – Conferência Internacional sobre a Região dos Grandes Lagos

DIDH – Direito Internacional dos Direitos Humanos

DIH – Direito Internacional Humanitário

ERC – Emergency Relief Coordinator

EI – Estado Islâmico

FADM – Forças Armadas de Defesa de Moçambique

FDR – Forças de Defesa de Ruanda

FSD – Forças de Segurança e Defesa

GPC – Global Cluster Protection

IASC- Comitê Permanente Inter-agências

IDMC- Centro de Monitoramento de Deslocamento Interno (pela sigla em inglês)

IHL- Lei Humanitária Internacional

OCHA- Escritório das Nações Unidas para a Coordenação de Assuntos Humanitários

OIM – Organização Internacional das Migrações

OMS – Organização Mundial da Saúde

ONU – Organização das Nações Unidas

PDI – Pessoas Deslocadas Internamente

PEGDI – Política e Estratégia de Gestão de Deslocados Internos

PMA- Programa Alimentar Mundial

PNUD- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PRCD- Plano de Reconstrução de Cabo Delgado

SARRED- Conferência Internacional sobre Refugiados, Retornados e Pessoas Deslocadas no Sul da África

UA- União Africana

UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância

"Estamos todos ligados uns aos outros, tanto no mal como no bem. Por conseguinte, para sairmos melhores desta crise, devemos fazê-lo juntos, juntos, não sozinhos. Sozinhos porque não se consegue. Ou se faz juntos ou não se faz. Devemos fazê-lo juntos, todos nós, em solidariedade. Gostaria de sublinhar esta palavra, solidariedade"

Papa Francisco - Audiência Geral – 02/09/2020

Introdução

O presente trabalho, integrado no mestrado de Ação Humanitária, procura analisar as causas e as consequências relacionadas com o deslocamento interno de pessoas em Cabo Delgado, Moçambique, com enfoque no acolhimento aos deslocados na província.

A pesquisa teve como foco o distrito de Montepuez, o quinto maior destino dos deslocados de Cabo Delgado¹, e foi realizada especificamente com deslocados que passaram por famílias de acolhimento e hoje residem nos campos de reassentamento, além de atores-chave para o desenvolvimento da questão.

Sabe-se que as migrações forçadas são um fenómeno antigo no continente africano, resultante de várias circunstâncias², assim como pela presença colonial, que “através da introdução e execução de várias estruturas económicas e políticas, estabelecimento de limites territoriais e imposição de regimes fiscais” (TOLENTINO, 2009, p.6), também motivou a disseminação do movimento migratório.

Apesar de antiga, as migrações forçadas começaram a ganhar maior atenção no final dos anos 90 e começo do século XXI (CRAWFORD, 2015, p.1), quando emergências políticas, religiosas, étnicas, raciais, alimentares, económicas se intensificaram como reflexo das guerras ocorridas a partir dos anos 2000, que forçaram deslocamentos (interno ou externo) maiores do que os ocorridos durante a Segunda Guerra Mundial (ONU, 2015).

Entre as vítimas das migrações forçadas estão dois principais atores: refugiados e pessoas deslocadas internamente (PDIs). Segundo Kalin (2014), no que se refere à perspectiva legal, refugiados e PDIs são diferentes, já que o primeiro grupo conta com proteção legal internacional ao deixar seus países de origem, enquanto o outro permanece sob jurisdição de seus governos, mesmo quando estes são responsáveis pelo deslocamento.

¹ https://unhabitat.org/sites/default/files/2021/05/un-habitat_positionpaper_mozambique_pt.pdf. Consultado em 29/09/2022

² https://www.fidh.org/IMG/pdf/Africa_port.pdf. Consultado em 29/09/2022

No entanto, é justamente essa categoria que se tornou “one of today’s biggest humanitarian issues” (CHRISTENSEN & HARILD, 2009, p.4), de acordo com os números, já que entre os 89,3 milhões de migrantes forçados relatados ao final de 2021, 53,2 são deslocados internos, segundo dados divulgados no relatório Global Trends Report pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (Acnur).

Moçambique tem uma história de ciclos de violência armada de contestação ao Estado. Nos últimos 50 anos (FORQUILHA & PEREIRA, 2020, p.47), tem lidado com eventos político-militares, desastres naturais e crises sociais e econômicas que têm impacto imediato na movimentação de pessoas, com a formação de grupos de deslocados internos e refugiados.

Neste contexto, Cabo Delgado tem uma importância singular no âmbito da luta pela libertação colonial do país, enveredada pela FRELIMO em 1964, que começou em um posto administrativo da província³.

A República de Moçambique é um país situado na costa oriental da África, banhado pelo Oceano Índico, com um litoral de cerca de 2,7 mil km de extensão⁴. A oeste, faz fronteira com as Repúblicas do Malawi, Zâmbia, Zimbábue, e ao sul com a África do Sul e Eswatini.

Entre as vulnerabilidades de Moçambique na "gestão do controle de entrada de imigrantes e refugiados, está a extensão das suas fronteiras terrestres, lacustres e marítima. Os principais pontos de entrada de imigrantes e refugiados são as províncias nortenhas de Niassa e Cabo Delgado" (PATRÍCIO & PEIXOTO, 2018, p.22), o que deixa o país exposto a um maior tipo de influências externas.

Do ponto de vista histórico, o ciclo migratório do país pode ser analisado em etapas: a primeira, através das "migrações bantu, o comércio costeiro com os árabes, a colonização portuguesa, a escravatura, o trabalho forçado, o trabalho migratório para as minas e plantações da África do Sul e plantações da Ex-Rodésia do Sul (Zimbabwe), incluindo os desastres naturais” (RAIMUNDO, 2011, p.196). Depois, a "caracterizada pelas deslocamentos internos e internacionais nos anos 1980/90, sobretudo devido à guerra civil” (PATRÍCIO & PEIXOTO, 2018, p.15), seguida pela movimentação gerada pela disparidade de desenvolvimento rural e urbano, para chegar a uma nova era, a partir de 1994, de relativa paz social e crescimento econômico.

Durante o deslocamento forçado, os PDIs enfrentam diversas periculosidades, segundo Kellenberger (2009), como risco maior de serem separados de suas famílias, exposição a abusos durante o deslocamento, problemas no trajeto, fatores que evidenciam necessidades específicas

³ <https://media.rtp.pt/descolonizacaoportuguesa/pecas/a-guerra-instala-se-em-tres-frentes/>. Consultado em 21/11/2022.

⁴ Atlas Geográfico Volume I, 1986

de proteção, já que estão expostos a altos riscos e experimentam várias formas de privação durante o processo.

“Os deslocamentos forçados resultam em necessidades urgentes que requerem respostas imediatas” (DERDERIAN & SCHOCKAERT, 2012).

De acordo com Christensen & Harild (2009, p.4), o deslocamento forçado é responsável pelo enfraquecimento do tecido de comunidades, tanto o formado pelos deslocados quanto o formado pelos acolhedores.

Este enfraquecimento tem sido evidenciado desde 2017, quando houve o primeiro ataque armado na província de Cabo Delgado, origem de um conflito responsável por um grande fluxo de deslocados internos na província e nas províncias limítrofes de Nampula e Niassa. São aproximadamente 945 mil deslocados internos relatados em julho de 2022⁵.

Cabo Delgado já enfrentava diversos problemas sociais, econômicos e ciclos de desastres naturais antes mesmo de 2017. Moçambique é o nono pior país no Índice de Desenvolvimento Humano⁶ e Cabo Delgado está entre as províncias mais pobres do país, sendo uma "região conhecida pela privação" (CUNHA, 2019, p.33).

Neste cenário, a população criou esperanças de experimentar transformações econômicas e sociais a partir dos projetos de exploração de recursos naturais por empresas estrangeiras. Esta nova forma de economia exploratória, aponta Cunha (2009), deixou para segundo plano estratégias e iniciativas de desenvolvimento anteriores, o que gerou decepção, principalmente entre os mais jovens, facilmente recrutáveis pelos grupos terroristas no terreno.

O conflito armado, resultado de uma complexa teia de fatores étnicos, sociais, religiosos, econômicos e já dura cinco anos, teve diversas consequências na vida dos deslocados, como também nas comunidades para onde essas pessoas fugiram.

É o caso do distrito de Montepuez⁷, já carente de recursos e infraestruturas básicos, que viu sua população aumentar exponencialmente em menos de cinco anos.

Desde que os deslocados começaram a chegar a Montepuez, no entanto, foram acolhidos por familiares, amigos ou apenas pessoas comovidas com tal situação e dispostas a abrir suas casas. Esta situação chegou a atingir cerca de 70% dos deslocados (BANDE, NHAMIRRE & CORTEZ, 2021), com impactos na qualidade de vida dos recém-chegados e acolhedores.

⁵ <https://reliefweb.int/report/mozambique/mozambique-cabo-delgado-nampula-niassa-humanitarian-snapshot-june-2022-enpt>. Consultado em 29/09/2022

⁶ <https://observador.pt/2020/12/15/mocambique-e-o-nono-pior-no-indice-de-desenvolvimento-humano/>. Consultado em 29/09/2022

⁷ <https://www.medicusmundimozambique.org/files/2020/05/diagnosticodss-nutricaomontepuez-pdf.pdf>. Consultado em 29/09/2022

Tema e Problematização

O deslocamento de milhares de pessoas não só deixa feridas nas vítimas deste processo, como também tem impacto direto na vida dos acolhedores e nas localidades para onde estas pessoas fogem.

Em Cabo Delgado não é diferente. Em uma província onde quase metade da população (1.046,055 milhão, do total de 2,5 milhões de habitantes segundo censo de 2017) foi forçada a se deslocar por conta dos ataques armados (INGD, 2022), a absorção destes deslocados também acarreta consequências diretas nas comunidades acolhedoras.

A partir desta situação, faz-se necessário perceber quais as razões para que os deslocados sejam acolhidos, majoritariamente, por famílias de acolhimento e quais os fatores (ou combinação de fatores) relevantes na ocorrência do fenômeno, assim como debulhar-se sobre suas consequências para uma compreensão maior das causas do deslocamento e das implicações do movimento para outras partes da província, principalmente sob a ótica dos deslocados, mas também sob o papel das autoridades e dos agentes humanitários para a mitigação da complexa situação.

O presente trabalho tem a intenção de elucidar questões relevantes para o deslocamento e para o acolhimento, assim como a mudança para os campos de reassentamento, ao fazer um contraponto entre os pontos de interesse para se chegar a achados consistentes sobre a problemática proposta, a fim de responder à pergunta de partida: quais as razões para o acolhimento em massa de deslocados por famílias em Cabo Delgado, os motivos para mudança para os campos e as diferenças entre as condições de acolhimento?

Justificativa

Devido à fraca base de evidências para o fenômeno do acolhimento em Cabo Delgado - que não tem sido muito analisado apesar do grande número de pessoas envolvidas - mostrou-se relevante um estudo centrado nas causas do deslocamento interno em Cabo Delgado e em suas consequências.

Diante da pouca existência de fontes acadêmicas sobre o tema – isto pode ser, em partes, devido à dificuldade de acesso ao terreno e aos dados oficiais - os trabalhos mais relevantes acerca do assunto têm sido desenvolvidos por organizações.

Neste estudo buscou-se esclarecer quais são os fatores determinantes na hora do acolhimento aos deslocados e as implicações que este acolhimento produz, através da revisão de evidências sobre i) as razões que levam os deslocados moçambicanos, na maioria, ficarem

com famílias acolhedoras; ii) o impacto dos deslocados nas comunidades/ famílias acolhedoras; iii) a percepção negativa dos campos de reassentamento e a resignificação destes locais.

Metodologia da Pesquisa

A "pesquisa se constitui num procedimento formal para a aquisição de conhecimento sobre a realidade. Não se resume na busca da verdade; aprofunda-se na procura de resposta para todos os porquês envolvidos" (MEDEIROS, 2006, p.49).

Foi a partir deste preceito que este estudo apresenta uma metodologia do tipo qualitativa - por seu caráter heterodoxo na hora da análise de dados -, baseada em análise de fontes primárias e secundárias.

Estas fontes podem ser entendidas como documentos oficiais, documentos de organismos internacionais disponíveis em suas respectivas páginas de internet, notícias de jornais, fotografias, reportagens, artigos, estudos, livros e teses, assim como entrevistas com atores-chave, fundamentais para desvendar a problemática da investigação. As fontes foram consultadas como parte estratégica da metodologia adotada, concebida como conhecimento crítico dos caminhos do processo científico, a partir do questionamento sobre seus limites e possibilidades (DEMO, 1989).

A pesquisa constituiu-se em um estilo pirâmide, já que os dois primeiros capítulos serviram como explicação e apresentação para um terceiro capítulo metodológico e um quarto capítulo de análise e conclusões. A base da investigação foi cimentada sobre uma abordagem de conceitos-chave como deslocamento interno, conflitos e acolhimento. A seguir, foram abordadas questões fundamentais como onde ocorre o conflito, os envolvidos, as vítimas e direitos, assim como as responsabilidades, chegando à situação de vulnerabilidade tanto para os deslocados como para as famílias que os acolhem. Ao final, alcança-se o topo da pirâmide, que aponta para a pesquisa no terreno e as conclusões da mesma.

Optou-se pela realização de entrevistas semiestruturadas, ao seguimento de um guião de entrevistas com perguntas pré-estabelecidas, assim como pela inclusão de perguntas abertas a fim de deixar o entrevistado responder com base na sua experiência para uma melhor compreensão acerca da situação.

O repasse acerca dos conceitos foi fundamental para se chegar à necessidade de exploração da problemática do acolhimento, a fim de esclarecer quais os fatores determinantes na hora da procura por abrigo e as consequências que como esse processo afetou a adaptação dos deslocados.

Organização da Tese

Este trabalho está dividido em quatro capítulos. O primeiro capítulo faz um enquadramento teórico acerca dos conceitos fundamentais para o entendimento da pesquisa, na tentativa de elucidar os pilares essenciais através tanto da revisão da literatura, como do estado da arte. Assim, a partir da análise do antigo e do atual, fez-se necessário repassar o conceito em torno dos deslocados internos, assim como seus direitos assegurados tanto pela jurisdição internacional, tanto por acordos relativos à proteção deste grupo de pessoas. Também trata da relação entre o setor humanitário e os PDIs e depois parte para a análise em torno da tipologia dos conflitos, de forma ampla, para chegar aos conflitos armados não-internacionais, neste caso o causador direto do grande deslocamento interno ocorrido em Cabo Delgado.

No segundo capítulo, o conflito em Cabo Delgado foi explorado através de um repasse sobre o tema, como a identificação do grupo de ação e seus alvos, as formas de atuação e recrutamento, além da resposta e da responsabilidade do governo perante o problema, para fazer uma abordagem mais precisa com relação à questão do acolhimento – neste caso ao explorar os conceitos de família de acolhimento e comunidades de acolhimento -, seguido pelo acolhimento em contexto humanitário e pelo acolhimento aos PDIs em Cabo Delgado, cerne desta pesquisa.

O terceiro capítulo relativo à Metodologia, assente em entrevistas com os atores de interesse no que se refere ao acolhimento aos deslocados do conflito de Cabo Delgado. São apresentados os objetivos da pesquisa (geral e específico), as características dos entrevistados e a elaboração dos guiões, assim como as limitações encontradas para a realização do estudo empírico.

Através de mecanismos utilizados para a recolha de informação mediante entrevistas com os principais atores envolvidos no conflito e no acolhimento – deslocados internos, autoridades, jornalistas e atores humanitários, no quarto capítulo procedeu-se à posterior compilação, análise e sistematização dos resultados encontrados a partir do trabalho empírico realizado no distrito de Montepuez, em Cabo Delgado, com os quais também foi possível realizar comparações com estudos de caso de outras localidades previamente divulgados.

Deslocamentos internos e conflitos

1.1. Conceito e princípios orientadores relativos aos PDIs

“Escolhi chamar de modernidade líquida a crescente convicção de que a mudança é a única coisa permanente e a incerteza, a única certeza”. Na fluidez descrita pelo sociólogo Zigmund Bauman⁸, a vida de cada pessoa estaria propensa a mudar repentinamente e de maneira imprevisível, ou seja, o tempo e o espaço estão em constante transformação.

O líquido poderia ser a representação do estado das mudanças, transformações. Para Bauman (2001), a vida moderna é pautada tanto por vulnerabilidade tanto como pela fluidez, pelo presente de incertezas e fugacidade, o que evidenciaria o estado efêmero das relações sociais e das coisas, revelando um antagonismo necessário para tal liquidez fazer sentido.

O que Bauman chama de modernidade líquida, de acordo com sua própria definição, poderia se encaixar dentro da interpretação dos movimentos migratórios. Existem diversas categorias de migrantes, assim como diversos motivos para alguém decidir migrar. No entanto, quando ela é voluntária, segundo Jackson (1991, p.7), a decisão de migrar é tomada por circunstâncias e/ou influências ligadas à “situação de mercado do indivíduo, mas que não pode caracterizar-se por nenhum constrangimento formal”.

Já nas migrações forçadas⁹, são elementos negativos que forcem uma mudança, neste caso involuntária, na qual a principal questão provém da necessidade de proteger a vida, seja por perseguição - política, racial, religiosa, étnica -, violência ou causas naturais (sejam elas provocadas ou não pelo homem).

Segundo Castles (2003), os movimentos migratórios não são novidade. No entanto, é preciso analisar as novas características surgidas na migração na era da globalização. O autor aponta que a migração forçada é causa e resultado da transformação social no Sul,

⁸ <https://vestibular.uol.com.br/resumo-das-disciplinas/atualidades/zygmunt-bauman-o-pensamento-do-sociologo-da-modernidade-liquida.htm>

⁹ Segundo a OIM, trata-se de um movimento migratório em que existe um elemento de coacção, nomeadamente ameaças à vida ou à sobrevivência, quer tenham origem em causas naturais, quer em causas provocadas pelo homem (por ex., movimentos de refugiados e pessoas internamente deslocadas, bem como pessoas deslocadas devido a desastres naturais ou ambientais, químicos ou nucleares, fome ou projectos de desenvolvimento). <https://www.acm.gov.pt/documents/10181/65144/Gloss%C3%A1rio.pdf/b66532b2-8eb6-497d-b24d-6a92dadfee7b> . Consultado em 28/08/2022

acarretada por “lutas pela descolonização, formação dos Estado e efeitos da Guerra Fria” (ZOLBERG, SUHRKE & AGUAYO, 1989).

Castles (2003) defende que a incapacidade de construção de Estados legítimos e de atingir desenvolvimento econômico causaram a categoria de “novas guerras”. Para Mary Kaldor (2001,p.7), esta nova categoria estaria ligada a guerras internas por lutas de identidade, divisões étnicas, problemas de formação de estados e competição por bens econômicos sendo, ao mesmo tempo, transnacionais, pois atraem todo o tipo de gente - populações da diáspora, voluntários e mercenários estrangeiros e forças de intervenção internacional, jornalistas internacionais, organizações de ajuda da Organização das Nações Unidas (ONU), ONGs e organizações regionais, com protagonismo das forças irregulares, cujo objetivo não é o controle do território, mas o controle político da população.

Hoje, as migrações forçadas são um dos maiores problemas da humanidade. Ao final de 2021, segundo dados divulgados no relatório Global Trends Report pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (Acnur), foram pelo menos 89,3 milhões de pessoas forçadas a deixar suas casas vítimas de perseguição, conflitos, violência, violações de direitos humanos e outros eventos.

Deste número, aproximadamente 27,1 milhões são refugiados e 53,2 milhões¹⁰ pessoas deslocadas internamente (PDIs)¹¹. Apesar dos deslocados internos serem quase o dobro do número de refugiados, são ainda desprovidos de direitos, assistência e proteção.

Embora refugiados e PDIs não correspondam ao mesmo grupo de pessoas, ambos têm vários aspectos em comum, como experienciar os perigos de partir, lidar com o medo do novo, se ambientar a um novo lugar, mas, principalmente, manter a esperança por soluções duráveis que permitam a reconstrução de suas vidas, fazendo deles, como concorda Bakewell (2011), essencialmente vítimas similares das migrações forçadas.

Ainda que em 2021, segundo dados do Centro de Monitoramento de Deslocamento Interno (IDMC, pela sigla em inglês) contidos no Global Report on Internal Displacement, embora tenham ocorrido 38 milhões de deslocamentos internos (14,4 milhões por violência e 23,7 por desastres), ao final do ano os deslocados internos já eram 59,1 milhões, neste caso 53,2 vítimas de conflitos e outras 5,9 vítimas de desastres.

¹⁰ Números que podem ser contestados, como, por exemplo, pela dificuldade de recensear os deslocados internos, porque Estados não querem assumir violações ou não cumprimento dos direitos humanos de seus cidadãos

¹¹ PDI é uma adaptação ao português do termo IDPs,(internal displaced persons – termo formalmente usado por organismos internacionais) e terminologia utilizada pelo governo de Moçambique

Embora o deslocamento humano seja antigo e comum em todas as regiões do mundo, foi no século XX que adquiriu novas dimensões, quando as fronteiras ficaram mais demarcadas e menos permeáveis. Após o final da Segunda Guerra Mundial, a ONU aprovou em 1951 a Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados¹² e a criação do Acnur com o objetivo de ajudar os europeus deslocados, em uma época que mal se falava sobre deslocados internos.

A conscientização sobre os deslocados internos, pode-se assim dizer, começou na década de 70, mas foi apenas com o final da Guerra Fria que o termo começou a ser utilizado. “Deslocados internos, repatriados, apátridas e solicitantes de asilo tornaram-se, então, vítimas do desenraizamento em massa característico dos últimos anos do século XX. O problema dos deslocados internos apareceu na agenda internacional neste contexto e tornou-se, no curso de uma década, um dos temas mais polêmicos no que se refere à proteção internacional de pessoas em situação de perigo” (OLIVEIRA, 2014, p.74).

Apesar dos mecanismos criados para proteção dos refugiados, os PDIs passaram a chamar a atenção da comunidade internacional apenas em 1982, quando houve a primeira contagem oficial de pessoas nessa situação, ainda que já tivesse havido trabalhos sobre a falta de proteção¹³ dessas pessoas em conflitos.

“A first counting in 1982 found 1.2 million in eleven countries. By 1986 the total had risen to an estimated 11.5 million to 14 million, with twenty countries affected. By 1997 more than 20 million were reported in thirty-five to forty countries. The main reason for this increase was internal conflict, which became far more prevalent than interstate wars in the post-cold war era” (COHEN & DENG, 1998, p.3).

Os dados mostram que a questão não fazia parte da agenda internacional e que o recrudescimento de conflitos em algumas regiões¹⁴ forçaram o deslocamento interno de milhões de pessoas. Embora no contexto destes conflitos a ONU tenha adotado o termo “pessoas deslocadas” para a questão, não houve qualquer menção sobre a diferença com o termo refugiados.

¹²Ver links de interesse

¹³ O conceito de proteção do CICV e utilizado pela comunidade internacional diz que “all activities aimed at ensuring full respect for the rights of the individual in accordance with the letter and the spirit of the relevant bodies of law, i.e. human rights law, international humanitarian law, and refugee law. Human rights and humanitarian organizations must conduct these activities in an impartial manner (not on the basis of race, national or ethnic origin, language or gender).” in S. Gioiosi Caverzasio (ed.), *Strengthening Protection in War: A Search for Professional Standards: Summary of Discussions among Human Rights and Humanitarian Organizations, Workshops at the ICRC, 1996-2000*, ICRC, Geneva, 2001.

¹⁴ Indochina -1975, Etiópia- 1981, Chade – 1984, América Central – 1987

“A evolução dessa conceituação é apresentada a partir de quatro marcos temporais: (i) de 1972 a 1988, quando a menção a pessoas deslocadas internamente se restringia a potenciais fluxos de refugiados; (ii) de 1988 a 1992, com o surgimento das primeiras definições operacionais no contexto de iniciativas de reconstrução pós-conflito; (iii) de 1992 a 1998, período em que se tomou a decisão de criar uma definição normativa de deslocados internos como categoria internacional; e (iv) de 1998 até os dias atuais, quando há o processo de consolidação da definição jurídica de deslocados internos e da norma internacional de proteção” (NOGUEIRA, 2014, p.71).

Antes disso, no entanto, duas conferências foram o ponto de partida para que a ONU desse importância ao tema. Trata-se da Conferência Internacional sobre Refugiados, Retornados e Pessoas Deslocadas no Sul da África (SARRED), ocorrida em 1988 e organizada pela Organização da Unidade Africana (hoje conhecida como União Africana -UA), e da Conferência Internacional sobre os Refugiados da América Central (CIREFCA- 1989).

Apesar de em 1991 a Comissão de Direitos Humanos da ONU (hoje, Conselho de Direitos Humanos da ONU) ter aprovado a primeira resolução com o título “deslocados internos”¹⁵ em reconhecimento às necessidades da categoria, a definição ainda era insuficiente.

Com o impasse, o Secretário-Geral, o egípcio Boutros Boutros-Ghali¹⁶, através de um relatório publicado em 1992¹⁷ que indicava 24 milhões de deslocados internos no mundo em comparação com os 17 milhões de refugiados, designou um Representante para os Deslocados Internos – o ex-diplomata sudanês Francis Deng (1992-2004).

Segundo Deng (1998), o trabalho desenvolvido foi centrado em três pontos: países afetados por deslocamentos internos; promoção de arranjo institucional que atuasse em favor do grupo; desenvolvimento de um marco normativo que respondesse às necessidades de proteção e de assistência aos deslocados internos. Deng recolheu distintas evidências nas visitas realizadas¹⁸ e percebeu que as definições anteriores sobre os deslocados internos eram insuficientes.

Verificou-se que uma das principais falhas era a falta de um órgão das Nações Unidas que tivesse mandato específico para cobrir as necessidades dos deslocados internos.

¹⁵ Ver links de interesse

¹⁶ O egípcio Boutros Boutros-Ghali foi político e diplomata, exercendo as funções de vice-ministro do Exterior no Egito e sexto secretário-geral da Organização das Nações Unidas (1992-1996)

¹⁷ Ver links de interesse

¹⁸ Francis Deng, em seu período como Representante dos Deslocados Internos, visitou diversos países, entre eles Moçambique em 1996

Então, falou-se sobre a criação de uma nova agência ou da atribuição deste papel a alguma agência existente, nomeadamente o Acnur, que “já teria atuado em alguns casos anteriormente. Mas foi decidido que, como o deslocamento interno forçado de pessoas lida com questões sensíveis aos Estados (soberania, fronteira, proteção, responsabilidade e intervenção), o mais recomendado seria criar um tipo de dispositivo capaz de mobilizar as diversas agências, órgãos e organizações para uma atuação coordenada nos casos de assistência humanitária às populações vítimas de deslocamentos” (JESUS, 2019, p.4 -5).

Em 1998, através do Escritório das Nações Unidas para a Coordenação de Assuntos Humanitários (OCHA), foi apresentado à ONU um documento chamado de Princípios Orientadores para os Deslocados Internos, que moldou a definição de PDI utilizada até hoje e é baseado na complementaridade e no respeito ao Direito Internacional dos Direitos Humanos, ao Direito Internacional Humanitário e ao Direito Internacional dos Refugiados¹⁹.

*“Pessoas, ou grupos de pessoas, forçadas ou obrigadas a fugir ou abandonar suas casas ou seus locais de residência habituais, particularmente em consequência de, ou com vistas a evitar os efeitos dos conflitos armados, situações de violência generalizada, violações de direitos humanos ou calamidades humanas ou naturais, e que não tenham atravessado uma fronteira internacionalmente reconhecida de um Estado”.*²⁰

Segundo Walter Kalin (2008), representante do Secretário-Geral da ONU para Direitos Humanos dos Deslocados Internos entre 2004 e 2010, a definição apresenta duas inovações - o termo *particularmente* é incluído para evitar que a enumeração das causas do deslocamento tenha um caráter excludente e as novas categorias de deslocados internos, não identificadas quando os Princípios foram elaborados, poderão ser incluídas na definição.

“The two distinctive features of internal displacement are that movement is coerced or involuntary and that the populations affected remain within their national borders” (COHEN & DENG, 1998, p.16).

Mesmo que tenha havido vários avanços, ainda há lacunas a serem preenchidas sobre os PDIs. “Expanding the IDP definition further to encompass persons who migrate because of extreme poverty or other economic problems had been proposed during the formulation of the definition and to this day is a suggestion that sometimes is put forth.

¹⁹ O documento conta com cinco seções diferentes: princípios gerais, princípios referentes à proteção contra a deslocação, princípios referentes à proteção durante a deslocação, princípios referentes à assistência humanitária e princípios referentes ao regresso, reinstalação e reintegração. Ver links de interesse.

²⁰ Ver links de interesse

The IDP definition, however, does not extend to these groups. This is because in most cases the element of coercion is not so clear” (MOONEY, 2005, p.13).

Segundo citam Cohen & Deng (1998), razões econômicas, sociais e culturais não integram esta definição, mas são considerados PDIs os perseguidos e os forçados a sair por projetos de desenvolvimento.

A elaboração dos princípios foi determinante para a categorização dessas vítimas, mas não o suficiente, por exemplo, para a criação de um organismo no seio da ONU cujo mandato fosse especificamente direcionado para cobrir as necessidades dos deslocados internos. “It is important to stress that the notion of who is an IDP contained in the Guiding Principles is not a legal definition conferring a special legal status similar to refugee status” (KALĪN, 2014, p.163).

Na prática, embora o documento apresente o conceito de deslocado interno, ele não é vinculativo juridicamente aos Estados. Ou seja, é o próprio Estado de origem o responsável por proteger e assistir os deslocados internos forçados, mesmo quando o Estado viola os direitos dessas pessoas.

Apesar de os PDIs em teoria serem protegidos pelos direitos humanos assim como os cidadãos ou residentes permanentes, por terem necessidades específicas despertam uma categoria particular de preocupação.

“While their individual predicament may vastly differ with some barely surviving and others quickly regaining normal lives in another part of the country - IDP have a common that unlike non-displaced people they (1) need to be protected against being displaced; (2) be able to leave the danger zone and reach a safe location; (3) find a place to stay temporarily; (4) be protected against discrimination; (5) have lost a personal documentation; (6) be able to register as voters; (7) have a real estate and other property protected against being take over; (8) find a durable solution to their being displaced” (KALĪN, 2014, p.167).

1.2. PDIs sob Proteção Jurídica Internacional

Apesar do passo significativo dado com a criação dos Princípios Orientadores, ele não possui caráter normativo obrigatório por não ser um tratado, sendo apenas descritivo. Segundo Oliveira (2004, p.77), “a inexistência de um instrumento jurídico internacional vinculante de proteção dos deslocados internos continua sendo apontada como grande

obstáculo para sua proteção efetiva”, mesmo que o documento comumente seja reafirmado pela Assembleia Geral da ONU e pelo Conselho de Direitos Humanos.

Enquanto isso, os refugiados contam com alguns instrumentos legais de proteção, inclusive com um ramo específico - Direito Internacional do Refugiado - (como Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados (1951)²¹ e a Convenção sobre Aspectos Específicos dos Problemas dos Refugiados na África (1969)²², além do DIDH e do DIH, em situações de conflito armado, ainda estão sob o guarda-chuva do Acnur e recebem proteção especial conforme a Quarta Convenção de Genebra e o Protocolo Adicional I²³.

Mas o cerne que envolve a falta de proteção dos deslocados internos passa pelo conceito de soberania. Nascimento (2011) aponta que os princípios têm o papel de reiterar a importância fundamental do papel do Estado como agente protetor de sua população, “mas apelam (princípio 25) aos países para que não vejam os serviços das organizações humanitárias internacionais (e de outros atores envolvidos) como um ato de ingerência nos assuntos internos”.

Dentro de uma situação de ajuda humanitária, o conceito de soberania tende a inovar ao buscar a garantia de que o termo não seja usado como desculpa para a não intervenção da comunidade internacional em violações aos direitos humanos, mas esta tendência teórica não se materializa na prática, muitas vezes porque o Estado, como próprio violador, não assume este papel.

Nesse contexto, o Estado necessitaria assumir que não tem condições de manter a segurança nacional e admitir o enfraquecimento de sua soberania para permitir uma intervenção de auxílio à população necessitada. “It is partly because of this that the responsibility to protect vulnerable citizens then shifts to the international community, with intergovernmental organisations intervening (ICISS, 2001).

As intervenções humanitárias em um Estado invariavelmente devem depender de seu consentimento, em respeito justamente à soberania. Segundo Alfred Verdross²⁴, soberania²⁵ fala sobre competência territorial, bem como uma competência sobre os indivíduos neste território. E como a maior parte dos deslocados internos é formada por

²¹ Ver Links de interesse

²² Ver Links de interesse

²³ <https://www.icrc.org/pt/document/como-o-dih- protege-os-refugiados-e-os-deslocados-internos>. Consultado em 03/06/2022

²⁴ Alfred Verdross, jurista austríaco, um dos grandes expoentes da Filosofia do Direito e do Direito Internacional no século XX. Foi membro da Corte Permanente de Arbitragem, em Haia, do Tribunal Europeu dos Direitos Humanos, em Estrasburgo, e da Comissão de Direito Internacional da ONU. Também presidiu a Conferência de Viena sobre Relações Diplomáticas, de 1961, que deu origem à Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas.

²⁵ <https://www.un.org/en/about-us/un-charter/full-text>. (Art 2 (7)). Consultado em 06/06/2002

cidadãos do Estado em que se encontram, as vítimas devem ter direitos total à proteção segundo as leis nacionais.

Os princípios estabelecem a responsabilidade primária dos governos de assistência aos deslocados, mas, em caso de recusa ou de incapacidade, a comunidade internacional tem o dever de fazê-la – já que as bases legais dos princípios orientadores estão fundamentadas nos principais instrumentos gerais das leis internacionais de direitos humanos e do direito humanitário.

Apesar de não haver normas vinculativas específicas aos PDIs, há normas que regem os direitos dos seres humanos e seus direitos como membros de uma população civil de um país. Como os princípios foram organizados conforme e, para abranger, todas as fases do deslocamento – proteção contra o deslocamento forçado, proteção e assistência durante o deslocamento, proteção durante o retorno e direito ao reassentamento -, sua base legal “está na complementaridade entre Direito Internacional dos Direitos Humanos, Direito Internacional Humanitário e Direito Internacional dos Refugiados” (NOGUEIRA, 2014, p.81), que consta por conta da especificidade relativa ao princípio de non-refoulement²⁶.

Por se tratar de um conjunto de princípios e normas que regulam as questões relativas aos direitos humanos, que são liberdades e direitos que todo indivíduo deve gozar (GLOBAL CLUSTER PROTECTION, 2010, p.21), comecemos pelo DIDH, que consiste tanto do direito consuetudinário como do direito de tratados.

A mesma fonte indica o DIDH obriga os Estados a "respeitar, proteger e cumprir os direitos humanos de todas as pessoas sem discriminação de qualquer tipo", em conformidade com a Carta Internacional dos Direitos do Homem, constituída pela Declaração Universal dos Direitos do Homem, pelo Pacto Internacional sobre os Direitos Econômicos Sociais e Culturais e pelo Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos.

Embora nenhum desses instrumentos trate especificamente do deslocamento interno, eles cobrem uma gama de riscos e reforçam proteção aos PDIs. Muitos países que enfrentam conflitos e deslocamentos têm limitações de recursos. Entretanto, eles são obrigados a, no mínimo, “garantir o acesso aos direitos essenciais à sobrevivência e solicitar assistência internacional quando os recursos são insuficientes”.

²⁶ O direito dos refugiados não se aplica diretamente aos deslocados internos. Mas como engloba questões que surgem durante o deslocamento, alguns princípios são instrutivos, como o de non-refoulement. Este princípio se baseia no DIDH. Por isso, os PDIs também teriam direito de serem protegidos contra o retorno forçado ou reassentamento em um lugar onde correria risco de vida.

“A proteção dos deslocados pelos instrumentos de Direito Internacional dos Direitos Humanos é abrangente, mas ainda possui lacunas” (OLIVEIRA, 2004, p.81).

Já o DIH²⁷, que é fundamentado sobre as quatro Convenções de Genebra de 1949 e os dois Protocolos Adicionais de 1977 - principais instrumentos legais internacionais limitadores para os meios utilizados em conflitos e de obrigações para as partes envolvidas no que se refere à proteção de vários grupos, entre eles a população civil -, poderia ser aplicado aos deslocados internos em caso de conflitos armados internacionais (CAI) e conflitos armados não-internacionais (CANI), sempre que não sejam parte das hostilidades. Em caso de tensões internas e conflitos, são aplicadas disposições dos DIDH²⁸.

Segundo o Global Cluster Protection (2010, p.28), apesar de reconhecer três tipos de situações conflituosas, o DIH só cobre as duas primeiras. Para conflitos internacionais são aplicadas as Convenções de Genebra e o Protocolo Adicional I. Já quando se trata de um conflito não-internacional, podem ser aplicáveis o artigo 3º comum às quatro Convenções de 1949 e o Protocolo II.

Mesmo que o DIH sirva como uma ferramenta de proteção jurídica aos PDIs, assim como no DIDH, há poucas disposições que fazem menção aos deslocados internos.

E, em caso de tensões internas e distúrbios, “para merecer a proteção do Direito Humanitário, os enfrentamentos devem ser de alta intensidade, configurando um conflito armado interno. Essa é uma lacuna do Direito Internacional Humanitário” (LUQUINI, 2003, p.135).

No entanto, como grande parte dos deslocamentos decorrem de conflitos armados, o DIH é “specially important for the protection of IDPs and other affected populations. Indeed, in many instances, respect for international humanitarian law would prevent the displacement of civilians” (GLOBAL CLUSTER PROTECTION, 2010, p.30).

Enquanto isso, o Direito Internacional dos Refugiados só é aplicável em uma situação, visto que se destina à proteção de pessoas que buscaram refúgio em um país estrangeiro, mesmo que os deslocados internos tenham necessidades parecidas ou idênticas com as dos refugiados.

²⁷ O DIH é conhecido também como “lei dos conflitos armados” ou “lei da guerra” e é dividido em dois ramos: Lei de Genebra e a Lei de Haia. A primeira destina-se a salvaguardar os militares e civis que não são parte das hostilidades enquanto a segunda estabelece os direitos e obrigações dos beligerantes na condução de operações militares, e limita os meios de prejudicar o inimigo. Ou seja, inclui regras de direito internacional que estabelecem normas mínimas de humanidade que devem ser respeitadas em qualquer situação de conflito armado

²⁸ Questão sensível já que alguns autores defendem a aplicação, em casos de distúrbios e tensões, do disposto no artigo 75 do Protocolo Adicional I

A principal contribuição do Direito Internacional dos Refugiados para a proteção dos deslocados internos refere-se ao princípio do non-refoulement, que proíbe o retorno forçado de refugiados para um local inseguro. Mesmo estando dentro do país de origem, os deslocados encontram-se em situação semelhante aos refugiados, o que justifica a aplicação da norma do non-refoulement para situações de deslocação interna.

Apesar de haver alguns instrumentos jurídicos que poderiam ser usados como proteção aos deslocados internos, nenhum destes três ramos jurídicos é capaz de salvaguardar (sozinho ou em conjunto) todas as necessidades dos deslocados.

De qualquer forma, mesmo não vinculativo e insuficiente, os Princípios são o guia que norteiam praticamente todos os campos relativos aos PDIs, bem como definiu em 2005 o ex-Secretário-Geral da ONU, Kofi Annan, que chamou o documento de “norma internacional básica” de proteção aos deslocados internos²⁹.

Como citou Hannah Arendt em 1951, no ensaio “As origens do totalitarismo”, "a desgraça de indivíduos sem estatuto jurídico não consiste em ser privados da vida, da liberdade, da busca da felicidade, da igualdade perante a lei e da liberdade de opinião, mas em não pertencer mais a nenhuma comunidade".

1.2.1. Proteção dos PDIs na África

O continente africano, o mais atingido pelos deslocamentos internos forçados³⁰, é também o que mais fez movimentos em busca de um reconhecimento dos direitos para assistência aos PDIs.

Entre os principais mecanismos de reconhecimento do problema no continente e de proteção aos PDIs estão a Conferência Internacional sobre a Região dos Grandes Lagos (CIRGL), com o Protocolo para a Proteção de Deslocados Internos da Região dos Grandes Lagos (2006)³¹, e a Convenção da União Africana para a Proteção e Assistência aos Deslocados Internos (2009), conhecida como Convenção de Kampala³².

Ambas as reuniões se traduziram em avanços por grande parte dos países do continente, que mudaram as diretrizes referentes aos PDIs a partir do reconhecimento e posterior adoção de uma hard law.

Durante a CIRGL foi adotado o documento que apontava, por exemplo, o objetivo de assegurar proteção jurídica às pessoas deslocadas internamente, a necessidade de

²⁹ Ver links de interesse

³⁰ <https://afjn.org/africa-the-continent-with-the-most-idps-in-the-world/> Consultado em 06/06/2022.

³¹ Ver links de interesse

³² Ver links de interesse

comprometimento dos Estados-Membros a prevenir e eliminar as causas profundas da deslocação, assim como a aceitação de que são os principais responsáveis pela proteção e segurança destas pessoas durante o deslocamento e regresso (artigos 2 e 3).

"This is historic, and not just for Africa, around the world, the number of people forced into displacement within their own countries is growing. The Kampala Convention puts Africa in a leading position when it comes to having a legal framework for protecting and helping the internally displaced", disse António Guterres, Secretário-Geral das Nações Unidas³³.

Durante a Convenção de Kampala foi dado mais um grande passo para a promoção da proteção e direitos aos PDIs. A UA adotou o primeiro tratado sobre deslocações internas causadas por diversas situações, com a exigência de que os Estados-partes aprovassem legislação apropriada, criassem um quadro institucional para a coordenação das atividades relacionadas com as PDIs, e atribuíssem os fundos necessários para assegurar a implementação.

A Convenção entrou em vigor no dia 6 de dezembro de 2012, quando, de acordo com o estipulado, o 15º Estado ratificou a mesma, passando a ser legalmente vinculativa nesses locais e tornando-se, a partir de então, vinculativa aos Estados que ratificassem a partir desta data. Hoje, dos 55 Estados soberanos que fazem parte da UA, 40 assinaram a Convenção, enquanto 33 deles já ratificaram a mesma³⁴.

“Although the Principles do not constitute a binding instrument like a treaty, they do reflect and are consistent with existing international law. They address all phases of displacement—providing protection against arbitrary displacement, offering a basis for protection and assistance during displacement, and setting forth guarantees for safe return, resettlement and reintegration” (KALĪN, 2014. p.xii-xiii).

1.3. Agências internacionais humanitárias e PDIs

Apesar da comunidade internacional saber que é preciso fazer muito mais para que os PDIs sejam contemplados com assistência e proteção, houve pouco avanço. Vinte anos depois da criação dos Princípios Orientadores e nenhuma agência foi criada para cuidar desse grupo específico, como ocorreu com outros problemas para comunidade internacional.

³³ <https://reliefweb.int/report/world/un-high-commissioner-refugees-hails-%E2%80%99Chistoric%E2%80%99D-breakthrough-protection-internally>. Consultado em 07/06/2022

³⁴ Ver links de interesse

“For the UN specialised agencies, refugees are the responsibility of UNHCR, Children of Unicef, food of WFP and so on... IDPS are ‘internal refugees’ whose plight highlights the grey areas of international law and assistance” (BENNET, 1998, p.4).

Como principais órgãos de proteção e assistência aos PDIs estão o Acnur e o Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV), mesmo que nenhum dos dois tenha um mandato exclusivo voltado aos PDIs³⁵. “Both agencies pursue humanitarian goals, which is central to their mandate. The UNHCR is mandated to protect refugees—persons who have fled across boundaries into third States to escape from persecution. In contrast, the ICRC’s original mandate was to protect victims of armed conflicts, whether they had crossed an international” (ABUYA, 2003, p.238).

Apesar de o Acnur ter como principal função a proteção de pessoas refugiadas, dentre as agências da ONU é a que desempenha o papel mais amplo quando se refere aos deslocados internos. Embora seu estatuto não faça referência aos PDIs, fornece proteção, assistência e apoio inicial para a reintegração. “In the case of refugees, UNHCR has a statutory responsibility to promote their voluntary return. This may involve monitoring their return to their final destination in their country of origin and providing initial assistance with reintegration. In the case of internally displaced persons, UNHCR has no statutory responsibility” (COHEN & DENG, 1998, p.130).

Até por não ter nenhum instrumento jurídico específico de proteção relativo aos PDIs, o Acnur define geralmente seu papel com os deslocados internos mais em termos de assistência do que de proteção e comumente argumenta que, se assumisse uma maior responsabilidade pelas pessoas nos países de origem, ficaria sobrecarregado e excederia suas capacidades.

Já o CICV se destaca como uma organização independente não pertencente à ONU, com um estatuto que fala expressamente sobre promover e assegurar o respeito pelas quatro Convenções de Genebra (1949) e Protocolos Adicionais (1977), tanto em conflitos armados internacionais como em conflitos armados não-internacionais.

Como não faz distinção entre atividades de proteção e assistência, preza pela prestação de socorro, a garantia dos direitos humanos básicos e a segurança das vítimas. “Of all the institutions dealing with the internally displaced, ICRC has the most well-

³⁵ Como exemplo, o Acnur considera sob seu guarda-chuva de proteção aqueles que se encontram em situação de “refugee-like situation” dentro das fronteiras de seu próprio país (<http://revista.ibdh.org.br/index.php/ibdh/article/view/65/66>), já que seu mandato é exclusivo para refugiados, enquanto o ICRC deixa claro que seu mandato é voltado especificamente para atender deslocados internos afetados por conflitos armados e outras situações de violência _ <https://www.icrc.org/pt/document/deslocados-internos>. Consultado em 08/06/2022

developed protection capability. It also has the clearest mandate to protect and assist victims of internal conflict, a substantial number of whom are internally displaced” (COHEN & DENG, 1998, p.131).

Mesmo com o destaque para o Acnur e o CICV, outras agências/organizações têm papel de destaque na assistência aos PDIs, mesmo que não tenham mandatos exclusivos para isso: OIM, OMS, PMA, PNUD e UNICEF (Cohen & Deng, 1998, p126-150).

Além destas agências, existem outros mecanismos e ferramentas de proteção e assistência que cobrem os PDIs, como o Emergency Relief Coordinator (ERC), o Comitê Permanente Inter-Agências (IASC), o Displacement Tracking Matrix (DMT), o IDMC, o Escritório das Nações Unidas para Coordenação de Assuntos Humanitários (OCHA), entre outros.

Os esforços realizados pela comunidade internacional para a garantia de direitos e proteção aos PDIs foram insuficientes. Para amenizar incapacidades de resposta, foi criado o Global Cluster Protection (GPC), formado por organizações não-governamentais (ONGs), organizações internacionais e agências da ONU, que trabalham em coordenação para proporcionar proteção durante crises humanitárias e para preencher lacunas significativas entre as lideranças humanitárias. O GPC é mandatado pelo IASC, liderado pelo Acnur.

1.4. Tipologia dos Conflitos

O CICV³⁶, através de um mandato especial³⁷ conferido pelos Estados Partes da Convenção de Genebra das Nações Unidas (1949)³⁸, dividiu os conflitos armados em duas categorias diferentes, sob o âmbito do DIH: internacional e não-internacional, dois dos principais fatores de deslocação interna a nível global.³⁹

Conflitos armados internacionais são aqueles que ocorrem entre as Forças Armadas de ao menos dois Estados. Atualmente, o DIH rege situações de conflito armado através da Convenção de Haia de 1907, das Convenções de Genebra de 1949 e do Protocolo

³⁶ ICRC - <https://www.icrc.org/en/doc/who-we-are/mandate/overview-icrc-mandate-mission.htm>

³⁷ “To work for the understanding and dissemination of knowledge of international humanitarian law applicable in armed conflicts and to prepare any development thereof” _ in [Statutes of the International Red Cross and Red Crescent Movement](#), art. 5, para. 2(g).

³⁸ Ver Links de interesse

³⁹ De acordo com o IDMC, em 2021 foram 14,4 milhões os deslocados internos vítimas de conflitos <https://www.internal-displacement.org/global-report/grid2022/>. Consultado em 14/06/2022

Adicional I.⁴⁰ “International armed conflicts exist whenever there is resort to armed force between two or more States” (ICRC, 2008).

Um conflito armado não-internacional ocorre entre Estados e grupos armados (de caráter não internacional) ou apenas entre grupos armados não-estatais⁴¹. Para ser considerado não-internacional, os combates devem atingir um certo nível de intensidade e prolongar-se por um certo período. “These conflicts are considered as different from internal disturbances and rioting” (VITÉ, 2009).

“Non-international armed conflicts are protracted armed confrontations occurring between governmental armed forces and the forces of one or more armed groups, or between such groups arising on the territory of a State [party to the Geneva Conventions]. The armed confrontation must reach a minimum level of intensity and the parties involved in the conflict must show a minimum of organisation” (ICRC, 2008, p.5).

O DIH rege os CANI através do Artigo 3º comum ao Tratado de 1949 das Convenções de Genebra e do Artigo 1º do Protocolo Adicional II de 1977 (VITÉ, 2009, p.75-80).

"It is important to note that, in terms of legal concept, the categories of international and of non-international armed conflict are absolutely complementary in that they cover all conceivable situations triggering the applicability of IHL. Legally speaking, no other type of armed conflict exists... this does not preclude the two types of armed conflict from coexisting, or a situation from evolving from one type of armed conflict into another” (MELZER, 2016, p.54).

1.4.1. Conflitos armados não-internacionais

Os conflitos armados não-internacionais, como visto anteriormente, têm o conceito baseado no DIH e são divididos em duas subcategorias: conflitos não-internacionais baseados em conflitos armados que são abrangidos pelo artigo 3º das Convenções de Genebra de 1949 e conflitos armados não-internacionais que contemplam os que correspondem à aplicação do Protocolo Adicional II.

No primeiro caso, três pontos podem ser identificados como critérios para a aplicação da lei e reconhecimento do CANI: intensidade dos conflitos, nível organizacional dos

⁴⁰ICRC- <https://www.icrc.org/en/doc/assets/files/other/irrc-873-vite.pdf>. Consultado em 14/06/2022

⁴¹ O segundo protocolo adicional às Convenções de Genebra define grupos armados não estatais como “forças armadas dissidentes ou outros grupos armados organizados” que lutam entre si ou contra as forças armadas regulares.

envolvidos (grupos armados) e que ocorra em território de uma das Altas Partes Contratantes das Convenções da Genebra de 1949.

"Common Article 3 applies to 'armed conflicts not of an international character occurring in the territory of one of the High Contracting Parties'. These include armed conflicts in which one or more non-governmental armed groups are involved. Depending on the situation, hostilities may occur between governmental armed forces and non-governmental armed groups or between such groups only" (ICRC, 2008).

Além disso, outras situações de distúrbios e tensões, como revoltas, esporádicos atos de violência só são aceitos dentro do escopo dos CANI quando atingem certo grau de "(a) the intensity of the violence and (b) the organization of the parties" (VITÉ, 2009), aspectos que determinam a aplicabilidade do DIH (ICTY, 1997), de acordo com o artigo 3º (que assume que existe um "conflito armado", ou seja, que a situação atinge um nível que a distingue de outras formas de violência às quais o DIH não se aplica - os casos deste tipo são regidos pelas disposições da lei dos direitos humanos e pelas medidas da legislação nacional que possam ser invocadas) (ICRC, 2004).

"When one or other of these two conditions is not met, a situation of violence may well be defined as internal disturbances or internal tensions" (VITÉ, 2009).

Já o segundo caso, que contempla a aplicação do Protocolo Adicional II, a lei é aplicada quando os CANI ocorrem "no território de uma Alta Parte Contratante entre as suas forças armadas e as forças armadas dissidentes ou outros grupos armados organizados que, sob comando responsável, exercem tal controlo sobre uma parte do seu território que lhes permite levar a cabo operações militares sustentadas e concertadas e implementar o presente Protocolo"⁴².

Assim, como no caso do Artigo 3º, um CANI, sob a perspectiva do Protocolo Adicional II, só existe em situações que atinjam graus de violência maiores do que os casos de tensões ou distúrbios internos.

Uma nova categoria passou a figurar como CANI, mesmo que gere discordância na comunidade científica por seu âmbito limitado: Conflitos Internos Internacionalizados. A definição já consta em documentos publicados pelo CICV, apesar de seu escopo reduzido (DERYA, 2011).

⁴² Esta disposição não é aplicável no caso das guerras de libertação nacional, que são equiparadas a conflitos armados internacionais em virtude do Artigo 1(4) do Protocolo Adicional I _in VITÉ, Sylvain (2009) 'Typology of armed conflicts in IHL: legal concepts and actual situations, 91(873) *International Review of the Red Cross* 69

"As diversas hipóteses de conflitos internos internacionalizados estão em constante desenvolvimento, podendo-se indicar a título de exemplo as guerras por procuração, as guerras latentes, as guerras civis internacionalizadas ou os conflitos mistos que permanecem ignorados pelo Direito Humanitário convencional. Devem ser consideradas duas questões: a de saber em que casos é que estamos perante um conflito interno internacionalizado e a de determinar quais as regras aplicáveis" (DERYA, 2001).

As constantes e velozes mudanças nos rumos da humanidade fizeram autores questionarem a compatibilidade da aplicação do DIH aos conflitos modernos.

De acordo com Jelena Pejic (2011), a natureza mutável dos conflitos introduziu cinco novos tipos de CANI. "a) Conflitos nos quais as Forças Armadas governamentais lutam contra um ou mais grupos armados no território de um Estado; b) Conflitos entre dois ou mais grupos armados limitados ao território de um único Estado; c) Conflitos armados entre Forças governamentais e um ou mais grupos armados, com origem dentro do território de um Estado, mas que avançam sobre Estados vizinhos; d) Conflito armado em que forças armadas multinacionais lutam ao lado das Forças Armadas de um Estado, em seu território, contra um ou mais grupos armados organizados; e) Forças da ONU ou sob a égide de uma organização regional são enviadas para ajudar as forças do Estado na luta contra grupos armados organizados" (PEJIC, 2011).

É importante frisar que o DIH também só é aplicável em caso de conflito armado, o que exclui casos de terrorismo, mesmo que haja dúvidas em torno do conceito e da aplicação legal perante este evento. O Direito Internacional trata terrorismo como uma forma de agressão, definida como "o uso da força armada por um Estado contra a soberania, a integridade territorial ou a independência política de outro Estado", definição seguida por Moçambique⁴³.

⁴³ Segundo a Constituição de Moçambique, "comete o crime de terrorismo aquele que, com intuito de criar insegurança social, terror ou pânico na população ou de pressionar o Estado ou alguma organização de carácter económico, social ou político a realizar ou abster-se de realizar certa ou certas atividades". e

O conflito como causa e o acolhimento como consequência em Cabo Delgado

2.1. O conflito em Cabo Delgado

“Decapitados de Cabo Delgado têm que ter nome e história”

Mia Couto (2021)

O primeiro ataque armado⁴⁴ na província de Cabo Delgado aconteceu em 5 de outubro de 2017, em Mocímboa de Praia, quando mais de 30 homens armados atacaram diversas instalações da polícia, causando pânico entre a população. A princípio falava-se em cinco mortos, número que aumentou posteriormente⁴⁵. Este ataque, que não foi reivindicado, visou essencialmente instituições do Estado.

Somente de outubro de 2017 a outubro de 2020, foram mais de 600 ataques, de acordo com relatório “Número de deslocados internos em Moçambique cresceu em cerca de 2700% em dois anos”⁴⁶, do Centro de Integridade Pública (CIP). Ataques que seguem ocorrendo e que deixaram rastros de destruição e desabrigaram milhares de pessoas, obrigadas a fugir sem nada para salvar suas vidas.

Desde 2017, os deslocados em Cabo Delgado são quase metade da população⁴⁷. Além disso, foram mais de 4 mil mortos⁴⁸. E, passados alguns anos desde o primeiro incidente, os padrões e os alvos mudaram e também ficaram mais abrangentes.

O episódio de cinco de outubro foi o primeiro alarme para a comunidade internacional perante os fatos. Passados cinco anos, ainda existem diversas lacunas que não permitem chegar a um consenso sobre as reais motivações dos ataques.

No entanto, especialistas e imprensa concordam em alguns pontos, que podem ser usados como partida para uma análise mais profunda para clarificar o conflito, como as

⁴⁴ DN - <https://www.dn.pt/lusa/cinco-mortos-em-ataques-a-postos-de-policia-no-norte-de-mocambique-8822274.html>. Alguns argumentam que o primeiro ataque ocorreu antes desta data (<https://issafrica.s3.amazonaws.com/site/uploads/sar-27.pdf> p.5). Consultado em 28/06/2022.

⁴⁵ ISSA- <https://issafrica.org/iss-today/mozambiques-first-islamist-attacks-shock-the-region>

⁴⁶ CIP- <https://cipmoz.org/wp-content/uploads/2020/10/Nu%CC%81mero-de-deslocados-em-Moc%CC%A7ambique-1-5.pdf>. Consultado em 28/06/2022.

⁴⁷ IDMC - <https://www.internal-displacement.org/countries/mozambique/> Consultado em 26/06/2022

⁴⁸ ACLED <https://www.cabolidado.com/reports/cabo-ligado-weekly-18-24-july-2022> Consultado em 26/08/2022.

causas que levaram à formação do grupo responsável pelos ataques e qual o objetivo por trás destes, entre outras questões.

Cabo Delgado, a província mais ao norte de Moçambique, é dividida em 17 distritos e cinco municípios: Chiúre, Mocímboa de Praia, Montepuez, Mueda e Pemba. A província faz fronteira com Niassa (a oeste) e Nampula (ao sul), assim como com a Tanzânia, ao norte, por onde passa o Rio Rovuma, cuja bacia possui grandes reservas de gás natural e de petróleo⁴⁹. É banhada pelo Oceano Índico.

De acordo com o censo mais atual⁵⁰ realizado pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), são mais de 2,3 milhões de pessoas residentes na província, a maior parte formada por mulheres. A região também está entre as três regiões com o maior número de jovens no país, junto com Niassa e Nampula⁵¹. Além disso, possui maioria muçulmana (54%)⁵², em um país majoritariamente cristão.

"A província de Cabo Delgado constitui um espaço socialmente heterogêneo, composto por diferentes grupos etnolinguísticos. Não obstante os fenómenos migratórios e as mestiçagens, o litoral Norte continua a ser associado ao grupo etnolinguístico Mwani (maioritariamente islâmico), a zona Norte do planalto associada aos Makondes (maioritariamente cristãos) e a zona Sul associada aos Makuas, que constituem aí a maioria da população (tendencialmente muçulmanos)" (MARQUENZI, JERRY & FEIJÓ, 2019).

Essa divisão étnica e religiosa recrudescceu quando as comunidades muçulmanas - Makuas e Mwanis - foram preteridas pela minoria Makonde (cristãos), que detém o poder econômico, social e político em Cabo Delgado.

A província de Cabo Delgado tem suma importância na história de independência de Moçambique, já que o povo Makonde teve papel central na guerrilha da Frente de Libertação de Moçambique (Frelimo). No entanto, a proclamação da independência em 25 de junho 1975⁵³ não se traduziu em melhorias para a população, que enfrentou uma guerra civil entre Frelimo e Resistência Nacional Moçambicana (Renamo) até o acordo de paz ocorrido em 1992.

⁴⁹ DW- <https://www.dw.com/pt-002/cabo-delgado/t-36487604>. Consultado em 10/09/2022.

⁵⁰ CENSO- <http://www.ine.gov.mz/iv-rgph-2017/mocambique/censo-2017-brochura-dos-resultados-definitivos-do-iv-rgph-nacional.pdf/view>.

⁵¹ <https://gho.unocha.org/mozambique#:~:text=At%20least%201.5%20million%20people.insecurity%20in%20Cabo%20Delgado%20Province>. Consultado em 09/09/2022

⁵² https://www.open.ac.uk/technology/mozambique/sites/www.open.ac.uk.technology.mozambique/files/files/Mozambique_484-30Apr2020_Supplement-religion-vote.pdf. Consultado em 09/09/2022

⁵³ RTP- <https://media.rtp.pt/memoriasdarevolucao/acontecimento/proclamacao-da-independencia-de-mocambique/>. Consultado em 09/09/2022

Como descreveu Morier-Genoud (2021, p.20), esse passado glorioso na província se traduziu em grande apoio à Frelimo nas eleições seguintes, mas a eleição da Frelimo não levou ao esperado crescimento econômico na província - como ocorreu em outras partes do país -, o que deixou um sentimento de frustração entre os habitantes de Cabo Delgado.

"Os Makua, e mais ainda os Mwani, se ressentem da dominação à luz do seu 'glorioso' passado pré-colonial islâmico e swahili (embora com comerciantes de escravos). Os Makonde sempre foram a espinha dorsal do partido no poder, a Frelimo (com um Makonde eleito como seu presidente em finais de 2014⁵⁴), enquanto os Mwani se alinharam historicamente com o partido da oposição Renamo (desde as eleições multipartidárias de 1994). As tensões são particularmente fortes em certas localidades" (MORIER-GENOUD, 2021, p.20).

É importante salientar que Moçambique ocupa a 185ª posição de Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)⁵⁵ entre 191 nações e mais de 70% de sua população é considerada pobre. Diante deste contexto, Cabo Delgado é popularmente conhecida como a "Província Esquecida ou Cabo Esquecido" (MATSINHE & VALOI, 2019, p.12). Por exemplo, em 2015, a taxa de pobreza era superior a 50%, de acordo, com o relatório "Moçambique: Avaliação da Pobreza" (WORLD BANK GROUP, 2018).

A elite também tem parte de culpa para a disseminação do sentimento de insatisfação e marginalização, a fim de defender seus interesses singulares. O fato de ignorar indícios dos ataques, como apontam Bussoti e Torres (2020, p.13) colaborou para a atuação do grupo armado. A falta de consciência sobre pertencimento também é manipulada propositalmente pela elite ao excluir a chance de participação em "dinâmicas político-econômicas específicas" (FEIJÓ, 2020, p.5). A palavra mais mencionada para justificar tais ações seria exclusão, que segundo Saide Abibe, Salvador Forquilha e João Ferreira (2019), serve como principal estímulo dos extremistas.

Cabo Delgado tem as piores instalações de saúde do país, o pior índice de saneamento básico e as piores escolas. Além disso, o desemprego é elevadíssimo, principalmente entre os jovens, sem perspectivas⁵⁶. Ainda é preciso acrescentar a vulnerabilidade aos

⁵⁴ JN- <https://www.jn.pt/mundo/palops/filipe-nyusi-eleito-novo-lider-da-frelimo-4482556.html>

⁵⁵ UNDP- <https://hdr.undp.org/system/files/documents/global-report-document/hdr2021-22overviewptpdf.pdf>. Consultado em 09/09/2022

⁵⁶ <https://issafrica.s3.amazonaws.com/site/uploads/sar-27.pdf>; <https://www.accord.org.za/conflict-trends/conflict-dynamics-in-mozambiques-cabo-delgado-province/>

desastres naturais, com ciclones, secas, inundações, sismos⁵⁷. Em contrapartida, a província está entre as mais ricas em recursos naturais.

Apesar de todo contexto negativo, entre 2009 e 2010 (EL OUASSIF & KITENGE, 2021, p.9; ALDEN & CHICAVA, 2020) os habitantes de Cabo Delgado tiveram uma dose de esperança e expectativa diante da descoberta de minas de pedras preciosas, como o rubi em Montepuez, e de gás natural liquefeito, nas imediações de Palma, mas acabaram excluídos mais uma vez (MAQUENZI & FEIJÓ (2019, p.10); HABIBE, FORQUILHA & FERREIRA (2019, p.33); MATSINHE & VALOI (2019, p.13); DOS SANTOS (2020, p.16)).

A província foi aberta para exploração dos recém-descobertos recursos naturais por companhias estrangeiras – Total (França), Eni (Itália) e Gemfields (Reino Unido) -, situação que exacerbou a insatisfação da população perante uma exploração sem benefício direto ou indireto para os locais (ANISTIA INTERNACIONAL, 2021).

Alguns dos problemas enfrentados pela população de Cabo Delgado a partir destas descobertas foram o aumento da pressão pelas terras, problemas de reassentamento populacional, impacto sobre o rendimento, frustração de expectativa e sentimento de descriminalização (DOS SANTOS, 2020). Ademais, embora houvesse uma prometida compensação, muitos locais estavam insatisfeitos com o processo pela perda de acesso às suas terras cultivadas e zonas de pesca (as duas principais atividades econômicas para essas pessoas).

"Compensation was cited as inadequate in some cases, as local people were given arable and that was too far from their homes or plots that encroached on other 'communities borders, resulting in conflict. Fishermen have also reported that initial gas development operations and drilling are affecting fish stocks'. In addition, the anticipated job creation in the emerging industry has not materialised" (MEEK & NENE, 2021, p.4).

O sentimento de marginalização entre os habitantes é imenso. São exatamente esses habitantes descontentes, segundo Habibe, Forquilha e Pereira (2019, p.24), principalmente os mais jovens, que por falta de um Estado forte e presente, se juntaram ao grupo armado.

As feridas sociais, políticas, étnicas e religiosas mal saradas (BERTELSEN, 2016, p.16), seguem latentes, principalmente as relacionadas com fatores domésticos de

⁵⁷ Em 2019, o país sofreu com as passagens dos ciclones Idai e Kenneth, que juntos deixaram rastros de mortes, destruição de infraestruturas, agravando ainda mais a crise social no país, principalmente nas províncias mais pobres.

marginalização, negligência, exploração e corrupção governamental. A isso soma-se também tráfico, fronteira permeáveis, exploração ilegal.

Todos estes diversos fatores influenciaram para o surgimento de um conflito que, desde o início, tem gerado uma onda de deslocados internos na província.

No entanto, fica claro que a segurança, ou a falta dela, é o principal motivo para fugir e os conflitos, a maior causa dos deslocamentos forçados (OLIVEIRA, 2004, p.81).

“Economic migrants were not included because the element of coercion was not considered to be so clear. However, those uprooted by floods, earthquakes, famine, or nuclear plant eruptions, or forced by development projects to relocate, were included, in addition to the more traditionally accepted IDPs—those uprooted by conflict and human rights violation” (COHEN, 2004, p.466).

2.1.2. O Grupo

“A crise de Cabo Delgado, apesar de ser lançada em termos de retórica incendiária do extremismo religioso armado, tem sua origem na negligência sistêmica e nas desigualdades regionais que assolam esta província”

(ALDEN & CHICAVA, 2020)

Pode-se dizer que o conflito surgido em Cabo Delgado em 2017 ocorreu devido a diversos fatores que exacerbaram frustrações e que explicam, em partes, a ocorrência de desordens públicas e violentas e a radicalização.

“People have been radicalized by ‘degrading social conditions’ in the country’s poorest province, as well as a sense of ‘political exclusion” (FABRICIUS, 2018).

Para uma compreensão maior sobre o grupo armado, quem faz parte dele, quais seus objetivos e alvos, é preciso fazer uma análise sobre o *modus operandi* tanto de recrutamento como dos ataques (que mudaram de padrão ao longo do tempo), um breve repasse histórico sobre o que possibilitou a formação do mesmo e uma maior clareza sobre conceitos como radicalismo, terrorismo e violência extremista.

Mesmo que não haja um consenso entre os acadêmicos sobre tais conceitos, está claro que os três se relacionam entre si, se completam e devem ser levados em consideração para explicar as ações violentas que ocorrem na província desde 2017.

Segundo Neumann (2013), existem duas posições sobre o debate da radicalização que devem ser levadas em conta - uma sobre "crenças extremistas" (radicalização cognitiva) e outra sobre "comportamento extremista" (radicalização comportamental).

Enquanto Abbasi & Khatwani (2014) apontam que não existe uma definição universalmente aceita de terrorismo - o que existe é uma grande variedade de definições para explicar o termo-, Crenshaw (1981) manifesta que a intenção do terrorismo não é, em grande parte, matar as pessoas visadas, mas atrair a atenção e causar terror aos alvos diretos e indiretos.

Já Bockstette (2008) diz que o terrorismo é uma combinação de causalidades psicológicas, físicas e materialistas que visam chamar atenção de um grande número de pessoas, com ataques a símbolos nacionais como escritórios e bens estatais - o principal alvo de terroristas-, além dos civis, com a intenção de minar a moral do Estado e dos indivíduos. Quando há interação entre terrorismo e religião, surgem mais catástrofes porque os combatentes utilizam muito potencial, pois consideram o fracasso como o fracasso da ideologia pela qual lutam (BORGESON & VALERY, 2009).

De acordo com Heyen-Dubé & Rands (2021, p.438), violência extremista é sedutora para os jovens porque cria uma narrativa simples, com foco em questões sensíveis como condição socioeconômica, ressentimento étnico e problemas geracionais. Ou seja, apresenta temas complexos como produto de uma governança "degenerada" e anti-islâmica. Isso explica em partes a rápida capacidade de expansão no grupo de Cabo Delgado, porque filiar-se aos radicais significa uma oportunidade de baixo custo, combinada com promessas de compensação financeira. O isolamento político, econômico, religioso, étnico e geográfico da província criou circunstâncias ideais para o florescimento do grupo.

Popularmente conhecido em Moçambique como Al-Shabaab⁵⁸, "mesmo nome do grupo terrorista que atua na Somália", não existem evidências claras de ligações entre os grupos nos dois países" (FABRICIUS, 2018). Entretanto, os insurgentes se referem ao grupo como Ansar Al-Sunna. Seja como for, está claro que o grupo se inspira em forças islâmicas internacionais, o que é evidente no fato de o movimento ter prometido fidelidade ao Estado islâmico, com o seu ideal de estabelecer um califado (CAMPBELL, 2020).

⁵⁸Al- Shabaab, Harakat al-Shabaab al Mujahedeen, Mujahedeen Youth Movement ou "a juventude" é um movimento árabe afiliado a Al Qaeda enraizado na Somália e que foi denominado terrorista pelo Departamento de Estado dos EUA em 2008.

Apesar de ter se tornado conhecido após o primeiro ataque em 2017, o grupo já atuava de maneira local no recrutamento de pessoas (principalmente jovens), nos ensinamentos e na tentativa de impor uma versão da interpretação rígida da Sharia (lei islâmica) em detrimento da legislação governamental (FORQUILHA, HABIBE & PEREIRA, 2019, p,11).

Não há concordância sobre quando e como o grupo surgiu, no entanto, alguns pesquisadores apontam para eventos ocorridos na província em 2015 (FORQUILHA, HABIBE E PEREIRA, (2019, p.10); CHICHAVA, (2020, p.20)), como a proibição do grupo sobre a venda e consumo de álcool em Pangane (Macomia), por ser contra os princípios do Islã.

Também há relatos de 2016 que falam da alta taxa de desistência dos alunos nas escolas em favor das madraças (escola corânica)⁵⁹. A influência do grupo chegou a ser tanta que no mesmo ano, em Cogolo, a população destruiu uma “mesquita” do Al-Shabaab porque pregava uma religião islâmica desalinhada ao Islã tradicional. No mesmo ano, os muçulmanos não radicais e já conhecidos em Cabo Delgado, assim como as autoridades, foram informados sobre a atuação do grupo por um líder religioso do Conselho Islâmico de Moçambique (CISLAMO)⁶⁰.

Desde outubro de 2017, quando os insurgentes ocuparam Mocímboa de Praia por 48 horas e roubaram armamento, os padrões dos ataques mudaram e os alvos também. “No início, os ataques ocorriam à noite, contra pequenas aldeias. Em 2018, os insurgentes começaram a fazer assaltos à luz do dia. Em 2019, começaram a atacar pequenas vilas, postos avançados do exército e meios de transporte nas estradas. No início de 2020, tinham invadido sedes de distritos e divulgado vídeos que articulavam uma clara agenda jihadi” (MORIER-GENOUD,2021, p.6).

Segundo Matsinhe & Valoi (2019, p.6), os primeiros ataques tiveram como alvo as instalações de segurança e o roubo de armas, assim como violência praticamente apenas contra membros das Forças Armadas, sem a intenção de atentar contra a população. Isso mudou depois da intervenção das forças militares e de segurança governamentais, quando os insurgentes também se voltaram contra a população, ao utilizar métodos de violência como decapitações, ataque a aldeias, incêndio de casas. A princípio se viraram contra os líderes comunitários, mas em meados de 2018, ocorreram assassinatos de mulheres e

⁵⁹ <https://www.caicc.org.mz/diario/?p=6921>. Consultado em 25/06/2022.

⁶⁰ O Conselho Islâmico de Moçambique (CISLAMO) é uma organização wahhabi reconhecida pelo governo e financiada pela Africa Muslim Agency (AMA) do Kuwait.

crianças, além de uma intensificação dos ataques, o que gerou uma enorme onda de deslocados, tanto internos, como para a Tanzânia⁶¹.

A mudança de padrão de ataque grupo foi notada a partir da constatação da heterogeneidade dos alvos. Em um primeiro momento foram atacadas instituições do Estado, particularmente repartições administrativas, postos da polícia e escolas. Depois, as povoações, com o incêndio de casas e assassinato de civis. Em um terceiro momento, os ataques ocorreram em zonas produtivas e locais de armazenamento de produtos. “O assassinato de populações é acompanhado pelo saque de valores econômicos e bens alimentares, de forma que possam depois sustentar as atividades dos insurgentes” (MAQUENZI & FEIJÓ, 2019, p.16).

Após a passagem ciclone Kenneth (abril de 2019), os alvos eram também áreas beneficiadas por apoio humanitário. A partir de 2019, o grupo passou a focar no poder econômico dos ataques. Ou seja, além de saquear a população com valores econômicos e bens alimentares, mirou no poder econômico internacional com ataques contra multinacionais no terreno⁶².

Essa transformação também ocorreu na forma de recrutamento, que passou a ser por coação, com ameaças e disseminação do terror em aldeias. Está claro que recrutar pessoas vulneráveis diante da multiplicidade de fatores de ordem histórica, social, política, econômica e religiosa está entre as técnicas e preferências do grupo. Desde os primeiros ataques, a população local foi sendo encurralada e sem ter meios para lutar contra as ameaças, a única alternativa foi fugir.

2.1.3. A Resposta do Governo ao Conflito

Passados três anos desde o primeiro ataque em Cabo Delgado, Forquilha e Pereira (2020, p.47) apontam que as respostas do governo perante a insurgência foram insuficientes. Em um primeiro momento, o governo tentou tratar o fato como um problema local, ao considerar os ataques como "mero ato de banditismo e perturbação da ordem pública" e utilizar um discurso oficial de que a insurgência “não tem rosto e nem mensagem”.

⁶¹<https://www.wlsa.org.mz/wp-content/uploads/2018/05/Dez-pessoas-decapitadas.pdf>; DW, “www.dw.com/pt-002/continua-perseguido-de-suspeitos-de-ataque-no-norte-de-mocambique/a-43986297” _ DN - <https://www.dn.pt/lusa/doze-mortos-no-norte-de-mocambique-em-ataque-atribuido-a-radicaes-islamicas-10233751.html>. Consultado em 05/07/2022

⁶² Redação, “<https://cartamz.com/index.php/politica/item/1106-comunicado-da-anadarko-obras-suspensas-movimentos-restritos>”. Consultado em 05/07/2022

Dois meses depois do primeiro ataque, várias pessoas já tinham sido detidas⁶³, mas isso não diminuiu a intensidade dos ataques. Enquanto o governo não admitia a dimensão do problema, mobilizava membros da Forças Armadas de Defesa de Moçambique (FADM), atuantes sob o guarda-chuva das Forças de Defesa e Segurança (FDS).

Mas nenhuma dessas medidas foram suficientes para parar a insurgência, que seguia intensificando os ataques. A “perturbação da ordem pública transformou-se, em poucos meses, em um conflito armado complexo, com morte de muitos cidadãos indefesos, destruição de infraestruturas públicas, habitações e a consequente crise humanitária de populações deslocadas” (FORQUILHA & PEREIRA, 2020, p.51).

Ainda neste tempo, o governo pedia que as pessoas permanecessem em vilas e que os deslocados regressassem a seus locais de origem por conta da presença das FDS.⁶⁴

Em 2019, diversas situações fizeram o governo mudar a postura, sobretudo os ataques a regiões com atividades ligadas à indústria de exploração de recursos mineiros e naturais. Neste ano, começaram a surgir as primeiras reivindicações dos ataques por parte do Estado Islâmico (EI) ao mesmo tempo em que as FDS davam sinais de dificuldades de combater os insurgentes.⁶⁵ "Between January and end of March 2019 the group has made more than 28 attacks targeting remote villages kidnapping and beheading villagers, seizing government properties, robbing banks, blocking roads and has also hoisted its infamous black and white flag" (MUCHEMWA & MUTASA, 2021, p.2).

Diante do evidente despreparo das FDS e da insatisfação de seus combatentes, e com a chegada dos insurgentes a locais importantes economicamente, o governo recorreu às empresas de segurança privadas Dick Advisory Group (sul-africana) e Wagner Group, (rusa)⁶⁶ (CHINGOTUANE, SIDUMO, HENDRICKS & NIEUWKERKA, 2021, p.12).

Em 2020, o Estado moçambicano posicionou-se sobre o conflito publicamente, quando em abril, depois de uma reunião do Conselho Nacional de Defesa e Segurança (CNDS), considerou que o país estava sob uma “agressão estrangeira”, e atribuiu os ataques ao EI.

⁶³ O País <https://www.opais.co.mz/policia-da-sete-dias-aos-atacantes-de-mocimboa-da-praia-para-se-entregarem/>. Consultado em 11/07/2022

⁶⁴ RPT -“https://www.rtp.pt/noticias/mundo/governo-quer-garantir-regresso-a-cabo-delgado-das-populacoes-deslocadas_n1191616, consultado em 11/07/2022

⁶⁵ Carta -<https://cartamz.com/index.php/politica/item/4944-de-como-os-mercenarios-russos-da-wagner-perderam-a-guerra-contra-os-terroristas-no-norte-de-mocambique> . Consultado em 11/07/2022

⁶⁶ Público -http://www.ipri.pt/images/media/2020/nst_publico_18112020.pdf; Consultado em 11/07/2022

Carta - <https://cartamz.com/index.php/politica/item/4944-de-como-os-mercenarios-russos-da-wagner-perderam-a-guerra-contra-os-terroristas-no-norte-de-mocambique> Consultado em 11/07/2022

Neste mesmo ano, foi anunciada a criação da Agência de Desenvolvimento Integrado do Norte de Moçambique (ADIN), sediada em Cabo Delgado, com a finalidade de promover o desenvolvimento econômico local integrado, assim como responder e coordenar a gestão e resposta à crise gerada pelo conflito.

Em setembro de 2020⁶⁷ foi apresentado um Plano de Emergência de Assistência Humanitária às populações afetadas pelo conflito, que incluía a criação de novos assentamentos para cerca de 70.000 famílias. Mas, mesmo com algumas medidas desenvolvidas para repelir os ataques da insurgência, os ataques se proliferaram.

Com o ataque à Palma⁶⁸ em 2021 e a paralisação das obras para a exploração e liquefação do gás natural, o governo mudou de abordagem e pediu apoio militar do Ruanda e da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (CDAÁ)⁶⁹. A intervenção militar estrangeira foi destacada em primeiro plano para Palma e Mocímboa da Praia, com a chegada das Forças de Defesa do Ruanda (FDR), em Julho de 2021⁷⁰.

Ainda neste ano, o governo aprovou dois planos que envolvem a província de Cabo Delgado. O plano Política e Estratégia de Gestão de Deslocados Internos⁷¹ (PEGDI - Resolução do governo de Moçambique n.º42/2021 de 8 de Setembro de 2021)⁷², como um dos esforços para a proteção dos direitos das pessoas deslocadas, em setembro. E no mês seguinte, aprovou o Plano de Reconstrução de Cabo Delgado (PRCD), que originalmente tem três áreas de enfoque: assistência humanitária, recuperação de infraestruturas e apoio à atividade econômica.

Porém, segundo denuncia em publicação o CIP⁷³, o PRCD, criado para ser implementado em seis distritos afetados pelos insurgentes, “privilegia a recuperação de infraestruturas nos distritos de Palma e Mocímboa de Praia, o que pode revelar que o

⁶⁷ https://unhabitat.org/sites/default/files/2021/05/un-habitat_positionpaper_mozambique_pt.pdf. Consultado em 11/07/2022.

⁶⁸ O ataque à cidade de Palma em março de 2021 por grupos armados exacerbou a crise humanitária, provocando a deslocação de quase 70.000 pessoas; <https://www.publico.pt/2021/05/03/mundo/noticia/palma-alvo-ataques-durante-tres-dias-semana-passada-coordenador-uniao-camponeses-1960953>. Consultado em 11/07/2022.

⁶⁹ A missão foi lançada no início de Agosto, compreendendo tropas de Angola, Botswana, Lesoto, África do Sul e Tanzânia. Uma força separada de cerca de 1 000 soldados ruandeses também auxilia o governo moçambicano.

⁷⁰ <https://www.cipmoz.org/wp-content/uploads/2022/05/Plano-de-Reconstruc%C3%A7%C3%A3o-de-Cabo-Delgado-1.pdf>. Consultado em 11/07/2022.

⁷¹ Além do PEGDI, o Governo ratificou em 2019 e aderiu em 2020 à Convenção de Kampala, o que constitui um avanço nos esforços de proteção dos direitos das pessoas deslocadas

⁷² DW, <https://www.dw.com/pt-002/moçambique-aprova-pol%C3%ADtica-e-estrat%C3%A9gia-especial-para-deslocados/a-58752696>

⁷³ <https://www.cipmoz.org/wp-content/uploads/2022/05/Plano-de-Reconstruc%C3%A7%C3%A3o-de-Cabo-Delgado-1.pdf>. Consultado em 11/07/2022.

Governo está mais preocupado em criar estabilidade e condições de retorno à vida normal nos distritos abrangidos pelos projetos de exploração de gás”.

De acordo com os dados divulgados pelo Projeto de Localização de Conflitos Armados e Dados de Eventos - ACLED⁷⁴ (sigla em inglês), ocorreram 1,357 mil eventos de violência organizada na província (até julho de 2022), que resultaram em mais de 4,1 mil mortes.

2.1.4. Responsabilidades do Governo com os PDIs e acolhedores

O governo de Moçambique tem a obrigação de assistir os deslocados internos mediante à proteção dos direitos humanos, como parte de um dos Estados-membros das Nações Unidas (141º) após sua adesão em 1975 e em respeito à Carta das Nações Unidas⁷⁵.

O Estado também tem o dever de auxiliar os envolvidos no conflito, sempre que não forem parte do mesmo, de acordo com a adoção, em 2004, da terceira Constituição da República de Moçambique (CRM) - que abrangeu o termo "direitos humanos" como universal-, um material de referência de todas as determinações constitucionais relativas ao tema contidas na Declaração Universal dos Direitos do Homem, na Carta das Nações Unidas e na Carta da União Africana (Moçambique, 2004).

Também após a ratificação da Convenção de Kampala em 2019⁷⁶, o primeiro instrumento vinculativo relativo aos direitos dos deslocados internos no mundo, Moçambique deve prestar assistência em conformidade com o documento, que explicita a responsabilidade de prevenir o deslocamento interno, proteger e assistir os deslocados e encontrar soluções duradouras, a partir de uma assistência humanitária digna, composta de “alimentação, água, abrigo, cuidados médicos e outros serviços de saúde, saneamento básico, educação e todos outros serviços sociais necessários”. Esta assistência pode e deve ser estendida às comunidades locais e de acolhimento em caso de necessidade⁷⁷.

Além disso, a convenção também aponta, de acordo com o artigo 5, que quando um Estado é incapaz de cumprir com tais obrigações, deve facilitar assistência da União Africana, de organizações internacionais e de agências humanitárias, assim como sugere e requer uma avaliação minuciosa das necessidades tanto dos PDIs como dos acolhedores,

⁷⁴ <https://www.cabologado.com/reports/cabo-ligado-weekly-18-24-july-2022> . Consultado em 24/11/2022

⁷⁵ Ver Links de interesse

⁷⁶ Ver Links de Interesse

⁷⁷ Ver Links de interesse

além da extensão da assistência como importantes condições a garantia de medidas necessárias para reforçar a ajuda.

Mesmo que não exista uma maneira de obrigar Moçambique a incorporar atribuições internacionais relativas aos deslocados internos, diversos países já adotaram leis e políticas nacionais baseadas nos Princípios Orientadores⁷⁸ para melhorar a proteção dos PDIs, em conformidade com o que determina a Convenção.

Segundo diz o Artigo 3 (2)(a), da Convenção de Kampala, "os Estados Partes deverão incorporar as suas obrigações ao abrigo da presente Convenção no seu direito interno, através da promulgação ou alteração da legislação pertinente relativa à proteção e assistência às pessoas deslocadas internamente, em conformidade com as suas obrigações, ao abrigo do direito internacional".⁷⁹

2.2. Comunidades e Famílias de Acolhimento

Em Cabo Delgado, a demora do governo de admitir a incapacidade de lidar com a questão e a conseguinte insistência, pelo menos até os finais de 2019, para que as pessoas se mantivessem em suas respectivas aldeias e aos que fugiram, a voltarem (NHAMIRRE, JOSSAI, CORTEZ, BANDE & FAEL, 2020, p.5), somada ao fato de que até abril deste mesmo ano, praticamente dois anos depois dos primeiros ataques, "nenhum centro de refugiados havia sido formalmente constituído, envolvendo o Governo ou organizações das Nações Unidas" (MAQUENZI & FEIJÓ, 2019, p.20), fez com que o fluxo de deslocados internos fosse "absorvido pelas próprias famílias residentes nos locais de destino".

Segundo Maquenzi e Feijó (2019), justamente pela insistência do governo em negar a existência de "refugiados" e a falta de vontade para a constituição de centros de acolhimento temporários de deslocados, violando a obrigação constitucional de assistir populações vulneráveis que fogem da guerra, fizeram os afetados pelo conflito conhecerem a fundo o significado da palavra "solidariedade", já que "as centenas de milhares de pessoas que chegavam às zonas consideradas mais seguras, encontravam abrigo junto das chamadas famílias (ou comunidades) de acolhimento, que são familiares, amigos dos deslocados ou simplesmente pessoas de boa vontade. Nestes termos, cerca de 90% dos deslocados vivem em casas de outras pessoas, sobrecarregando os agregados

⁷⁸ Ver Links de interesse

⁷⁹ Ver Links de interesse

familiares cuja maioria já vinha vivendo em situação de pobreza” (BANDE, NHAMIRRE & CORTEZ, 2021, p.5).

De acordo com a definição do ACNUR, famílias de acolhimento são "uma família vivendo dentro de uma comunidade de acolhimento, que está a acolher deslocados internos dentro da sua própria casa" (CVM, 2013).

Já as comunidades de acolhimento são “comunidades que acolhem grandes populações de refugiados ou deslocados internos pessoas, tipicamente em campos ou integradas diretamente em lares” (CVM, 2013).

Foi apenas em 2020 que o Estado passou a abrir centros de acomodação provisórios e "aldeias de reassentamento definitivo nos distritos a sul da província para acolher os deslocados de guerra retirados das famílias de acolhimento. Até final de fevereiro de 2021, havia 21 aldeias de deslocados em toda a província que acolhiam cerca de 10 mil das 100 mil famílias de deslocados existentes em Cabo Delgado" (BANDE, NHAMIRRE & CORTEZ, 2021, p.5). Os dados mais recentes divulgados pelo Acnur apontam que até junho de 2022 foram mapeados 85 locais que acolhiam 30% de todos os deslocados na província, 51 campos de reassentamento, 14 locais temporários e 20 extensões de comunidade acolhedoras⁸⁰.

2.2.1. Conceptualização de acolhimento em contexto humanitário

Acolher, no seu sentido mais simples, segundo o dicionário Cambridge⁸¹, significa "dar ou receber refúgio, abrigo ou proteção". Seguindo esta perspectiva, Sirriyeh (2013, p.6) define acolhimento como “an offer of hospitality from those who own or control a territory entered into by newcomers, who have crossed the threshold”.

A definição acima também concorda, por exemplo, com o glossário de termos humanitários do reliefweb que cita “host communities: Communities that host large populations of refugees or internally displaced persons, typically in camps or integrated into households directly”.⁸²

"Hosting is “...a ‘throwntogetherness’ in which individuals and groups have to relate to one another in new ways” (BRUN, 2010, p.340); ou seja, uma nova forma de relacionamento entre nativos e recém-chegados.

⁸⁰ <https://reliefweb.int/report/mozambique/unhcr-mozambique-cabo-delgado-cccm-factsheet-july-2022>. Consultado em 21/11/2022

⁸¹ <https://dictionary.cambridge.org/pt/dicionario/portugues-ingles/acolher> . Consultado em 24/07/2022

⁸² <https://reliefweb.int/report/world/reliefweb-glossary-humanitarian-terms-enko>. Consultado em 24/08/2022.

Ou seja, trata-se de cidadãos comuns que, por algum motivo, acolhem “strangers into one’s own house, country, or territory...” (ARISTARKHOVA, 2012, p.165).

Este acolhimento, dentro da vertente da hospitalidade, ocorre em duas dimensões: uma mais pessoal, quando as pessoas são acolhidas dentro da privacidade de suas casas, e outra mais associada ao sentido comunitário, onde uma sociedade autodefinida acolhe estranhos.

Segundo Caron (2017, p.56), o acolhimento faz parte de um processo de "várias fases..." da prestação de assistência aos deslocados internos, que muitas vezes começa antes da chegada dos agentes humanitários e se prolonga para depois da saída destes atores no terreno, e ganha diversas formas de partilha, seja na permissão utilização e fornecimento de bens para os deslocados internos, seja no compartilhamento de espaço, de comida, de local para agricultura.

Ainda de acordo com Caron (2017, p.56), acolhimento pode ser planejado ou espontâneo em um contexto de deslocamento forçado, mas usualmente envolve famílias de acolhimento. As relações de acolhimento podem ter um potencial transformador na vida dos envolvidos, porque geram uma necessidade de socialização e de reciprocidade, a partir de "generosity, solidarity, trust, mutual exchange and engagement" (FRIESE & UNGARETTI, 2008, p.1) entre os recém-chegados e os anfitriões.

No entanto, quando a situação se prolonga as relações podem se deteriorar. “As famílias e comunidades de acolhimento são as primeiras a dar uma resposta em situações de deslocamento, mas, quando é prolongado e o apoio dos governos ou as organizações humanitárias é mínimo ou nulo, eles experimentam o deslocamento como uma carga” (CIVIC, 2020).

2.2.2. O Acolhimento dos PDI em Cabo Delgado

Em situações de deslocamento forçado, os PDIs deveriam ter opções de acomodação, como campos de reassentamentos, assentamentos espontâneos, ou hospedados com a família, amigos, pessoas aleatórias (anfitrião iniciado, deslocado iniciado, igreja iniciada) (MCDOWELL, 2008, in ROHWERDER, 2013, p.3).

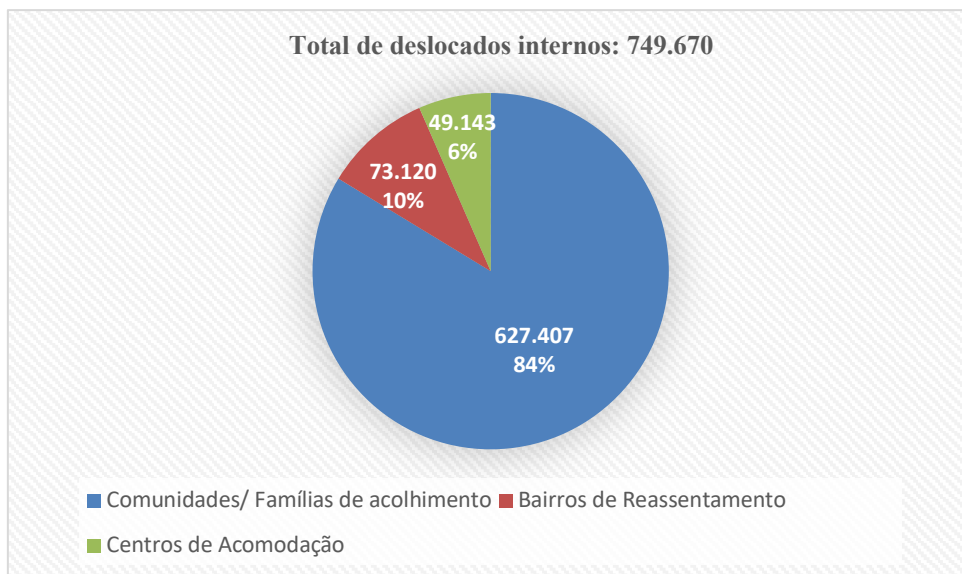


Gráfico 1: Distribuição dos Deslocados Internos em Cabo Delgado/Fonte: [INGD \(2021\)](#)⁸³. Gráfico de elaboração da autora

Segundo Bande, Nhamirre & Cortez (2021), quando a crise dos deslocados em Cabo Delgado começou a ganhar força, principalmente a partir de 2019, a falta de mecanismos de resposta das autoridades fez com que os deslocados procurassem ajuda sem nenhum tipo de apoio. Ao final de 2021, entre os deslocados internos pelo conflito na província, 84% estavam em famílias de acolhimento e houve registos de casas que passaram a abrigar entre 15 e 20 elementos.

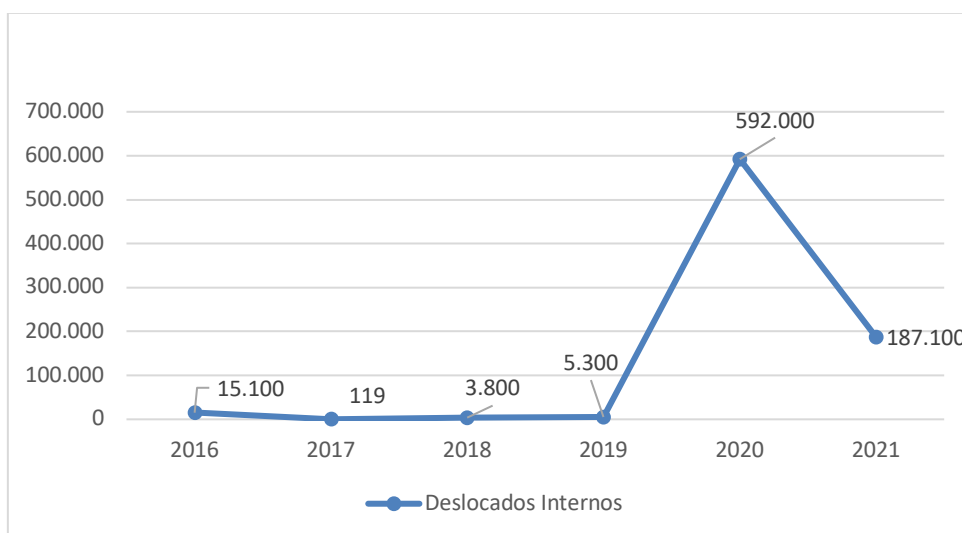


Gráfico 2: Número de deslocamentos internos por ano em Moçambique por conflitos e violência entre 2016 e 2021/Fonte: [IDMC \(2022\)](#). Gráfico de elaboração da autora. *Ao final de 2021, o número total de deslocamentos internos em Moçambique chegou a 803.420

⁸³ <https://www.ingd.gov.mz/deslocados-internos/>

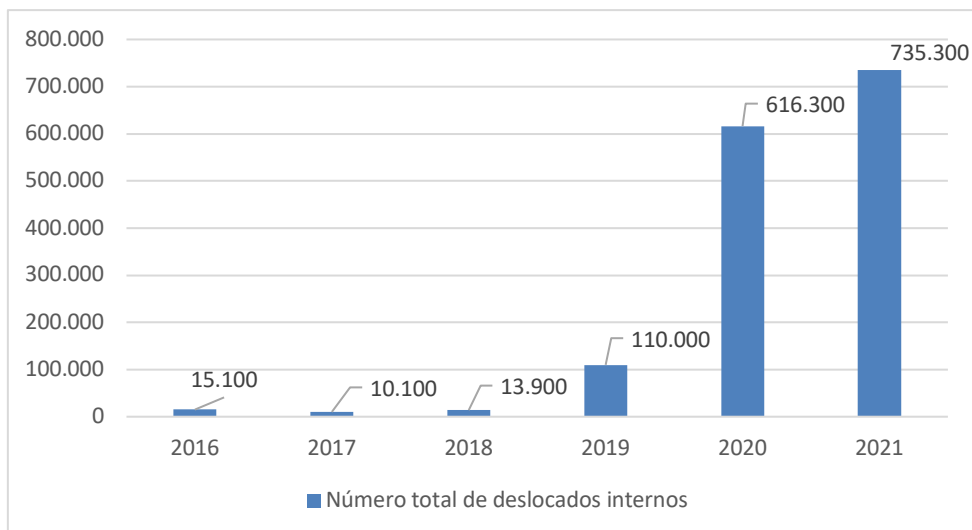


Gráfico 3: Número total de deslocados internos em Moçambique até 2021 por conflitos e violência/

Fonte:IDMC (2022). Gráfico de elaboração da autora.

Além disso, preocupa mais ainda o fato de que entre os mais de 700 mil deslocados na província (até finais de 2021), mais de 55% da população adulta era de mulheres e a taxa crianças era elevada, vítimas dos mais diversos tipos de violência. (FEIJÓ, MAQUENZI, SALITE & KIRSHNER, 2022, p.8). O último informe do INGD (novembro, 2022) aponta que são 1.046,055 milhão de deslocados em Cabo Delgado (1.125,672 total), dos quais 515 mil são crianças.

Hoje, do total de PDIs em Cabo Delgado, 798 mil seguem em famílias de acolhimento ou casas alugadas, ou seja, mais de 75% (INGD, 2022).

Foi apenas no segundo semestre de 2020 que o Governo designou a Secretaria do Estado de Cabo Delgado para criar centros de acomodação provisórios e aldeias/bairros de reassentamento definitivo nos distritos ao sul da província para acolher os deslocados retirados das famílias de acolhimento. E, nesta ocasião, "confiou aos governos locais (distritais e da província) a gestão dos deslocados, desde o processo de registo, na primeira fase, e a criação de condições para o alojamento na fase atual" (BANDE, NHAMIRRE & CORTEZ, 2021, p.7).

“Em alguns locais, a OIM e os técnicos dos serviços distritais de planeamento de infraestruturas planificaram o terreno. Noutros locais, os deslocados foram simplesmente encaminhados para zonas de expansão de aldeias já existentes, tendo-lhes sido atribuídos espaços variáveis e de forma não planejada” (FEIJÓ, MAQUENZI, SALITE & KIRSHNER, 2022, p.11).

Apesar de designar o governo local para tratar do problema, a falta de ajuda financeira e material por parte do Governo Central aos deslocados, papel desempenhado pelas organizações no terreno (PMA, OIM, UNICEF, Cáritas, UNFDP e empresários singulares) evidenciou as privações que ocorrem nos locais de reassentamento.

“Where camps are present, displaced people express a strong preference for living with host families rather than in camps. Indeed, the top reason cited by IDPs in deciding to stay in a host family is ‘negative perception of camps’” (HAVER, 2008, p.5).

Ainda que tenham sido criados mecanismos para tentar lidar com a crise, de acordo com o CIP, pouco é notada a presença de membros do Instituto Nacional de Gestão de Calamidades (INGC)⁸⁴ ou da ADIN, órgãos públicos que deveriam ajudar na coordenação do processo de recepção, identificação e assentamento dos deslocados.

Até finais de 2021, o distrito de Montepuez era o quinto maior destino dos deslocados, apenas atrás da capital provincial de Pemba e dos distritos de Metuge, Mueda e Nangade. Até 2017 (segundo o último Censo Geral da População e Habitação de 2017), eram 261,535⁸⁵ os habitantes. E até 2021, somente os deslocados conformavam um grupo de 35.332 pessoas (FEIJÓ, MAQUENZI, SALITE & KIRSHNER, 2022, p.7), sendo que 70% dos deslocados estavam acomodados em famílias de acolhimento (BANDE, NHAMIRRE & CORTEZ, 2021, p.13).

O aumento populacional evidencia problemas e força mudanças nas comunidades de acolhimento, que também lidam com diversos tipos de abusos e uma maior competição. Além disso, há problemas relacionados à ajuda distribuída por agências e organizações.

Segundo Haver (2008, p.24), “displaced people are expected to contribute to the household in whatever ways they can.”. O autor afirma que o compartilhamento da ajuda humanitária também é visto como uma contribuição. No entanto, como os deslocados acreditam, na maioria das vezes, que não têm praticamente nada para contribuir, acaba por gerar uma frustração para eles.

Os nativos também se sentem frustrados perante o agravamento das condições de vida criam seus próprios mecanismos de benefícios. “Em vários locais (Montepuez, Mize e Pemba), abundam relatos de populações não deslocadas (nativos) a beneficiar de

⁸⁴ INGC foi criado em 1999 como entidade do Estado que lidera a coordenação da prevenção e mitigação das calamidades no país. Mas o principal seu foco de atuação são as pessoas vítimas de calamidades naturais.

⁸⁵ <http://www.ine.gov.mz/operacoes-estatisticas/censos/censo-2007/censo-2017/divulgacao-os-resultados-preliminares-iv-rgph-2017>. Consultado em 13/08/2022

apoio alimentar, em esquemas que envolvem líderes comunitários... e, portanto, de complexa gestão” (FEIJÓ, MAQUENZI, SALITE & KIRSHNER, 2022, p.21).

Rohwerder (2013, p.10) aponta outro tipo de problema entre deslocados acolhidos com famílias e deslocados acomodados em campos. Apesar de os números demonstrarem que os deslocados em Cabo Delgado preferem serem acolhidos por famílias, os que permanecem em campos podem acabar recebendo mais ajuda do que os hospedados em casas, o que pode se traduzir em conflitos.

Apesar da aparente preferência dos PDIs de se abrigar em casas e comunidades de acolhimento, uma longa estadia também gera problemas com as famílias acolhedoras.

"The long-term impacts of IDPs/refugees on host communities includes: increasing vulnerability, food insecurity, an exhaustion of resources and a weakening of the social support net, as well as an increase in insecurity. As a result of not wanting to be a burden on host families, IDPs/refugees have sometimes turned towards camps as a potential long-term solution to displacement due the possibility of receiving humanitarian assistance there" (ROHWERDER, 2013, p.2).

São vários os fatores que determinam a escolha do deslocado sobre onde se abrigar. Segundo Davies (2012), a ausência de locais e campos formais, assim como a inacessibilidade aos mesmos são uma das questões que levadas em consideração pelos deslocados da violência, cenário encontrado em Cabo Delgado.

Outro fator de influência na decisão dos deslocados é a segurança. As pessoas deslocadas preferem comunidades e famílias porque encontram maior espiritualidade, assim como maior segurança física, emocional, social e econômica (HAVER, 2008; DAVIES, 2012; ROHWERDER, 2013).

Além disso, para os deslocados internos há uma percepção negativa com relação às condições nos campos. Segundo Haver (2008, p.24), PDIs geralmente consideram os campos "crowded, insecure, and unhealthy" e desaprovam as restrições variáveis de saída e entrada (ICRC, 2016), além da percepção de que o acolhimento em famílias e comunidades oferece maiores oportunidades de integração (DAVIES, 2012, p.10).

Metodologia da Pesquisa

3.1. Objetivo geral e objetivo específico da pesquisa (Problemática da pesquisa)

A pesquisa tem como pretensão examinar as principais questões e consequências que envolvem o acolhimento dos deslocados do conflito interno Cabo Delgado.

Este estudo foi realizado no distrito de Montepuez pela possibilidade de acesso aos campos e aos entrevistados, mesmo que à distância.

Questão principal: Desvendar a problemática do acolhimento na província de Cabo Delgado e a forma como a condução deste processo afetou a adaptação dos deslocados a um novo local.

Objetivo geral - Identificar os principais fatores determinantes na hora do acolhimento por parte dos deslocados internos; identificar as falhas e brechas do governo e das agências no acolhimento dos deslocados internos;

Objetivos específicos - Repassar conceitos e analisar o conflito, seus atores-chaves e o papel que cada um desempenha; contextualizar a situação da região desde o começo do conflito; caracterizar a situação, desafios e direitos dos deslocados internos em Cabo Delgado no que diz respeito ao acolhimento; analisar o papel desempenhado por todos os atores envolvidos na questão do acolhimento; analisar a efetividade dos mecanismos desenvolvidos pelo governo e pelas agências de ajuda aos deslocados; analisar a vida nos campos; identificar os fatores determinantes na tomada de decisão por parte dos deslocados;

3.2. Pesquisa de Campo

Este estudo empírico realizado em Montepuez é baseado em uma metodologia qualitativa, através de perguntas semiestruturadas, que serviram de guia para a realização de entrevistas com atores-chave na questão do acolhimento, como deslocados internos, autoridades, agentes humanitários e jornalistas. Optou-se pela exclusão de entrevistas a famílias de acolhimento, porque os deslocados entrevistados já deixaram de viver nestes locais e hoje estão acolhidos em campos e centros disponibilizados pelo governo e geridos pelas agências internacionais e organizações no terreno. Participaram quatro deslocados

internos (dois homens e duas mulheres), um jornalista, uma autoridade e um agente humanitário, totalizando sete entrevistas.

3.3. Caracterização dos Entrevistados

O painel de entrevistados é composto por duas mulheres e dois homens, de acordo com a tabela abaixo, perante suas diferentes percepções de vulnerabilidades. Todos os nomes utilizados são fictícios para garantir o anonimato dos participantes.

Tabela 1: Perfil dos deslocados internos entrevistados

Nome	Local de origem	Quando fugiu?	Etnia	Religião	Tempo em acolhimento	Composição familiar
Ana	Mocímboa de Praia	2020	Mwani	Muçulmana	6 meses (casa)/ 2 anos (campo)	Marido e 2 filhos
Maria	Mocímboa de Praia	2019	Makonde	Cristã	3 meses (casa)/ 3 anos (campo)	Mãe, irmã e filha
João	Muedumbe	2019	Mwani	Muçulmana	4 meses (casa)/ 3 anos (campo)	Esposa e filhos
Pedro	Mocímboa de Praia	2019	Makonde	Cristão	8 meses (casa)/ 2 anos (campo)	Esposa e filhos

Entre os deslocados entrevistados, todos fugiram por causa do conflito, ao lado de familiares, e ficaram acolhidos em casas de pessoas conhecidas, como membros da família e amigos. Todos também, até o momento das entrevistas – realizadas entre os dias 20 e 30 de setembro de 2022- estavam acomodados no campo de reassentamento de Nicuapa, no distrito de Montepuez.

Além dos deslocados, foram entrevistadas outras três pessoas essenciais para uma melhor percepção da problemática do acolhimento em Cabo Delgado – o jornalista Edson Cortez, a Oficial de Gestão e Coordenação de Centro (CCCM Cluster) Eunice da Barca Nhantumbo e o técnico do Serviço Distrital de Planeamento e Infraestruturas (SDPI) Lopes Armênio Ali.

O primeiro é moçambicano e membro atuante do Centro de Integridade Pública (CIP), que realiza investigações com o objetivo geral “da promoção e defesa da integridade, da transparência, da ética, da não corrupção e da boa governança na esfera pública em Moçambique”. Edson é diretor do Conselho de Direção. Optou-se por identificá-lo como Edson.

Eunice da Barca é moçambicana, faz um MBA - Gestão de Projetos de Desenvolvimento Sustentável (licenciatura- Psicologia Organizacional) e atua como Oficial de Gestão e Coordenação de Centro (CCCM) em Montepuez. Tem contacto direto com os deslocados divididos entre os campos no distrito e já atuou em Pemba durante o conflito. Optou-se por identificá-la como Eunice.

A oficial do CCCM tem a função de ser o ponto em comum entre colaboradores, governo e deslocados para a organização das necessidades e da distribuição de ajuda, faz a gestão dos centros e deve garantir aos deslocados a compreensão total sobre a situação na qual se encontram, os papéis de todos os envolvidos na questão e os planos para o desenvolvimento em uma nova realidade.

Lopes Armênio Ali é moçambicano, da etnia Makua, e atua como representante dos deslocados e técnico civil. Trabalha como técnico no SDPI como membro do governo, mas por ser deslocado interno (natural de Macomia), também atua como representante dessas pessoas, ao tentar levar suas reivindicações para as autoridades. Optou-se por identificá-la como Lopes.

É importante clarificar o SDPI representa o governo no trabalho ao lado das agências para o registro dos deslocados, a verificação das listas de contemplados, no planeamento e desenvolvimento dos centros de reassentamento, assim como na melhoria de infraestruturas como hospitais e escolas.

Todos os participantes foram entrevistados em português (tomou-se cuidado para selecionar os participantes a partir da língua a fim de facilitar o processo), sem a necessidade de um tradutor.

3.4. Elaboração dos Guiões de Entrevistas

A pesquisa de campo foi realizada a partir da elaboração de quatro guíões de entrevistas diferentes, adequados para cada perfil de entrevistado. As perguntas foram construídas com base na literatura e reportagens sobre o tema, todas concebidas pela autora.

O primeiro guião foi concebido para entrevistas com os deslocados, a partir de perguntas semiestruturadas, em língua portuguesa. Este guião é composto de quatro blocos. O primeiro explicativo sobre a pesquisa, que contém o consentimento informado. O segundo sobre dados pessoais, o terceiro sobre a percepção e vivência dos deslocados e o quarto e último bloco identificar as intenções e aspirações dos deslocados para o futuro.

O segundo guião foi elaborado para que as autoridades pudessem dar sua versão sobre o conflito e a resposta aos deslocamentos. Assim como o guião anterior, este também contém quatro blocos e foi baseado em perguntas semiestruturadas a fim de extrair informações sobre assuntos fundamentais para a compreensão do problema, ao mesmo tempo que questiona as possíveis falhas do governo para lidar com a crise.

O terceiro guião e quarto guíões foram elaborados de maneira livre, com apenas a primeira pergunta estruturada. As demais perguntas surgiram durante a conversa, com tópicos pré-selecionados pela autora, que serviram como indicações sobre assuntos que não poderiam faltar, segundo as premissas de Bryman (2012, p.470) sobre entrevistas flexíveis, que dizem que quando se referem a pesquisa qualitativa, os entrevistados têm a chance de mudar os rumos, variar a ordem, realizar perguntas que acompanham respostas. Estes guíões foram aplicados ao jornalista Edson Cortez e à oficial do CCCM Eunice da Barca. Os quatro guíões estão no anexo III, IV, V e VI.

3.5. Considerações Éticas

O estudo procurou destacar a importância do acolhimento em casos de deslocamentos internos derivados de conflitos, assim como se aprofundar nas principais questões que envolvem o acolhimento. Também teve como foco explorar as falhas e competências do governo e das agências para lidar com a questão, sempre com respeito aos princípios éticos.

Como a investigação têm como principal foco uma população em situação de vulnerabilidade, as questões éticas foram fundamentais para a garantia de confidencialidade. Assegurar a privacidade dos entrevistados é crucial para manter a responsabilidade para com essas pessoas e com o estudo desenvolvido.

A fim de respeitar os padrões éticos, esta pesquisa centrou-se em quatro pilares considerados básicos, são eles: 1- dano aos participantes; 2- ausência de consentimento informado; 3- invasão de privacidade; 4- engano (DIENER & CRANDALL, 1978, in BRYMAN, 2012, p.135), pontos esses que devem e foram respeitados antes, durante e depois da realização de cada entrevista.

3.5.1. Consentimento informado

Antes de cada aplicação de entrevista com os selecionados entre os deslocados internos, houve a garantia de assinatura do termo de consentimento informado, como forma de assegurar a confidencialidade dos entrevistados, tanto pela situação de vulnerabilidade à qual se encontram como pela temática sensível, através de uma interlocutora, que posteriormente, enviou os quatro documentos à autora do estudo. Além disso, foi dado o consentimento oral. Faz-se necessário informar também que houve cuidado para que os entrevistados tivessem total compreensão acerca do estudo, dos possíveis riscos envolvidos e do direito à não participação.

3.6. Aplicação das Entrevistas – Recolha e Análise de dados

A análise de dados envolve ferramentas e métodos que, usados, servem para administração dos dados coletados. Os processos de análise de dados do estudo incluíram transcrição de dados, desenvolvimento da análise e geração de temas e subtemas. Todas as entrevistas foram realizadas via internet (com o apoio de uma interlocutora no terreno), entre os dias 20 e 30 de setembro de 2022, em língua portuguesa.

O processo de transcrição das gravações, fundamental para uma perspectiva ampla sobre os principais temas das entrevistas, foi realizado pela autora sem auxílio de qualquer programa, a fim de capacitar uma compreensão e percepção sobre as opiniões dos participantes para uma reflexão adicional.

Posteriormente, os dados coletados foram agrupados e repartidos em temas amplos, em correspondência aos objetivos da pesquisa, com o auxílio das evidências teóricas, seguindo as sugestões de Bryan (2012, p.624), que avalia a análise temática é considerada um método comum na análise qualitativa dos dados para identificar e avaliar os temas nas transcrições.

A seguir, a partir de temas amplos, foi feita uma análise minuciosa em torno destes temas identificados previamente, em correspondência e contextualização com capítulos teóricos, para chegar-se aos subtemas.

A última etapa deste processo foi realizada a partir da análise de seis temas e consequentes subtemas identificados e sua posterior ponderação, através de dados teóricos e outros estudos, que constam no capítulo de achados.

É importante salientar então que a análise e os resultados a seguir se basearam no processo descrito por BRAUN & CLARKE (2006, p.87), no qual constam seis fases: “familiarizing yourself with your data; generating initial codes; searching for themes; reviewing themes; defining and naming themes; and producing the report”.

Na tabela abaixo constam os temas e subtemas para posterior discussão no capítulo de achados e análise de resultados.

Tabela 2: Divisão das entrevistas entre temas e subtemas

Temas	Subtemas
Acolhimento	⇒ Alternativas ⇒ Famílias ou campos? ⇒ Desigualdade de distribuição de ajuda ⇒ Solidariedade?
Segurança Alimentar	⇒ Fome ⇒ Processo de registros
Assistência e Coordenação	⇒ Governo e Agências ⇒ Gestão da Ajuda
Perspectiva de Futuro	⇒ Meios de subsistência
Habitação	⇒ Campos de reassentamento
Garantia de Segurança	⇒ Medo do conflito ⇒ Medo do regresso

3.7. Limitações da Pesquisa

A realização deste estudo teve diversas limitações. A primeira delas se refere aos dados. Houve grande dificuldade de acesso a dados fidedignos governamentais relativos ao número de deslocados, dada a falta de registro imediato na chegada das vítimas do conflito em localidades de interesse para a investigação, sendo necessária a utilização de dados compilados por organizações no terreno. Também houve certa dificuldade com os números reais, perante a oscilação do deslocamento da população mediante novos ataques, que não cessaram. Além disso, as informações são desconstruídas e o acesso a fontes governamentais é dificultoso.

Não foi possível o deslocamento a Cabo Delgado tanto por falta de garantia de segurança, como por falta de garantia de acesso aos campos de deslocados. Não houve resposta do governo diante da solicitação de visita acadêmica e nem garantia de acesso às fontes necessárias para a pesquisa no terreno.

Diante este cenário, fez-se necessária a realização das entrevistas com atores no terreno através da internet, com o auxílio de uma interlocutora *in loco*, para que fosse possível o acesso a essas pessoas, também para que as entrevistas não fossem interrompidas em caso de queda de sinal e para a recolha dos termos de consentimento informado.

A mesma interlocutora, como trabalhadora de uma agência humanitária do terreno, foi fundamental para que fosse possível conseguir acesso a alguma fonte governamental para suas necessárias considerações, assim como acesso aos deslocados que se adequassem às “exigências” (ter morado com famílias de acolhimento e hoje residir em algum campo de reassentamento, além de falar português).

Análise dos Resultados

4.1. Achados e discussão da pesquisa

Os resultados apresentados nesta seção estão contemplados dentro da análise de vida e experiências vividas durante o deslocamento e acolhimento. Os dados estão apresentados por temas específicos que, derivados da análise de dados, estão expostos de modo sustentado pelas narrativas dos participantes, contextualização literária e análise de outras pesquisas de campo.

É importante ressaltar que esta pesquisa foi realizada com os deslocados acolhidos agora no campo de Nicuapa, em Montepuez. O último levantamento realizado pelo Acnur⁸⁶ (julho de 2022) apontou um mapeamento de 85 locais de acolhimento em Cabo Delgado, sendo que 12 deles estão localizados em Montepuez e acolhem 62,189 mil pessoas⁸⁷.

O Acnur, junto ao parceiro AVSI, é responsável pela gestão de 3 campos de reassentamento – entre eles o de Nicuapa – e 2 campos temporários, que totalizam 52,437 pessoas.

O campo de Nicuapa⁸⁸, em agosto de 2022, contava com 20.765, agregadas em 4.152 famílias. No entanto, os números não param de mudar tanto pela chegada como pelo retorno de deslocados. Este campo é um dos mais antigos de Montepuez e segundo relatou um dos entrevistados, parece mais um bairro, já que está bem desenvolvido a ponto de ter escolas, igreja, centro de saúde, mercado e diversos pontos de água. Além disso, o campo é relativamente próximo à vila sede do distrito.

Pode-se dizer que Nicuapa atende vários requisitos presentes, por exemplo, no projeto Esfera⁸⁹, já que preenche requisitos nas quatro normas estabelecidas: i)

⁸⁶ <https://reliefweb.int/report/mozambique/unhcr-mozambique-cabo-delgado-cccm-factsheet-october-2022>. Consultado em 21/11/2022.

⁸⁷ <https://reliefweb.int/report/mozambique/mozambique-cccm-cluster-partner-operational-presence-montepuez-district-cabo-delgado-province-june-2022>. Consultado em 21/11/2022.

⁸⁸ <https://reliefweb.int/report/mozambique/mozambique-montepuez-district-nicuapa-camp-sites-household-survey-august-2022>. Consultado em 21/11/2022.

⁸⁹ Projeto Esfera foi criado em 1997 por um grupo de organizações humanitárias não governamentais e pelo Movimento da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho, com o objetivo de melhorar a qualidade das suas respostas humanitárias

Abastecimento de água, saneamento e promoção de higiene; ii) Segurança alimentar e nutrição; iii) Alojamento e assentamento; iv) Saúde.

Acolhimento

- *Alternativas*

O estudo empírico mostrou que todos os deslocados entrevistados procuraram refúgio em locais onde possuíam conhecidos. Quando esses deslocados procuraram abrigo, no entanto, não havia campos oficiais, criados posteriormente e distantes dos maiores centros urbanos.

Além disso, as lideranças religiosas não tinham capacidade de lidar com o grande fluxo de pessoas, já que os locais disponibilizados por essas entidades para acolhimento já estavam lotados. A falta de opção, adicionada principalmente a aspectos emocionais (medo e rede de apoio), foram cruciais para que os deslocados procurassem famílias de acolhimento.

Assim como foi relatado no caso dos deslocados em Maiduguri, na Nigéria (ERONG, 2017, p.25), e na República Democrática do Congo (ROHWERDER, 2013, p.3), concordando com os apontamentos de Beyani (2013, p.3), que diz que quando pessoas são forçadas a fugir por violações generalizadas dos direitos humanos, desastres naturais ou conflitos, elas tendem a se mudar para áreas onde têm família ou amigos, bem como "kinship networks or social ties". Acrescenta-se a isso a falta de assistência aos chegados, o que colaborou ainda mais com o acolhimento familiar.

“Não houve nenhuma opção, as pessoas iam para casa de conhecidos. Quando chegamos aqui, nem sabíamos o que fazer, então só fomos para casa de familiares”, contou *João*.

"Não, não havia alternativa para acolhimento. Cada um ia para onde tivesse alguém conhecido. E depois que conseguimos escapar, não ouvi nada do governo em 3 meses, por isso fomos ficar na casa da minha prima”, relatou *Maria*.

"Não, naquele tempo não. Tínhamos de procurar casas de familiares ou amigos. Foi difícil. No início ainda estava tudo muito agitado, estávamos num sítio que não conhecíamos e sem nada. Então foi muito difícil no início”, disse *Ana*

A ação insuficiente do governo para lidar com o conflito, ao subestimar a crise, parece ter agravado o problema de falta de opção de acolhimento por parte dos deslocados internos, a partir do que foi apontado nos relatórios do CIP e das palavras dos entrevistados.

“Exatamente porque o governo não tinha criado nenhum tipo de estrutura de apoio, as pessoas tinham que se virar como podiam e muitas delas procuraram auxílio familiar ou de amigos para tentar sobreviver...O governo demorou a reagir porque também sempre pensou que fosse um conflito facilmente gerível. O governo acreditava que era algo sobre o controle, por via disso não era algo para alarmar-se”, comentou Edson, palavras que vão de encontro às do membro do governo.

"Achamos que fosse um 'grupinho' de meliantes só, não tivemos noção da dimensão do problema.", afirmou Lopes.

"Estamos a dizer que os primeiros ataques ocorreram em 2017, e estamos em 2022, e nós, pelo menos como ápice, ainda construímos abrigos para os deslocados que saíram em 2018. Então está a perceber como que esta demora acabou afetando? Se tivesse uma resposta naquele momento, teriam centros provisórios, uma coisa mais organizada, porque estamos a falar do que, cinco anos. Onde estavam a viver nesse tempo todo?", disse Eunice.

Estes fatos podem ser confirmados a partir das falas do representante do governo, que afirmou que os primeiros campos a serem instituídos em Montepuez começaram a ser pensados em 2019, com Nacaca/Nicuapa.

“Hoje, o Governo identifica o centro mais seguro e com condições de receber os deslocados (de acordo com o número), providencia os kits de emergência e contacta os parceiros que trabalham em Montepuez, para garantir que todos estejam em moradias em condições e com comida, primeiro. Depois de se acionar os parceiros, procura-se outro tipo de apoio”, disse Lopes.

- ***Famílias ou campos?***

Entre os quatro entrevistados em situação de deslocamento, metade disse ter tido boa experiência nas famílias de acolhimento, enquanto os outros tiveram experiências ruins.

O que é evidente, como já foi relatado acima, que essas famílias de acolhimento lidam com dilemas sociais e econômicos ao acolher PDIs e que elas próprias já são economicamente instáveis e lutam para sobreviver (FAYEMI & DASYLVA, 2016, p.4).

Portanto, a falta de alternativas forçou uma situação que potencializou vulnerabilidades pela pressão de ambos os lados sobre os limitados recursos existentes em diversos contextos, evidenciando questões de acolhimento nem sempre levadas em consideração, como, por exemplo, ajuda às famílias acolhedoras.

"Não nos davam comida, proibiam os filhos de brincar com os meus, éramos insultados todos os dias. Os familiares que me receberam me maltratavam muito, me humilhavam. Fui recebida na casa dos meus pais, mas éramos maltratados", disse *Ana*.

"Na casa do meu cunhado, no começo foi bom. Mas depois começamos a nos desentender, porque queriam que nós arranjássemos sempre comida, e isso gerou um grande problema, porque não tínhamos nem para nós", disse *João*.

Já outros dois entrevistados tiveram uma experiência positiva com o acolhimento por famílias. *Maria*, por exemplo, foi muito bem recebida em Pemba e a sensação de segurança era muito maior com as famílias.

"Estava muito melhor com as famílias. Aqui desconfio de todos, talvez esses bandidos tenham deitado armas no mato e vindo pra cá. Ali tinha comida e a vida piorou desde que viemos para Montepuez".

Já para *Pedro*, passar pela família foi muito bom, mas já precisava de espaço.

"Fui muito bem tratado na casa do meu amigo, não temos problemas. Lá nos tratavam como pessoas normais, aqui somos vistos como 'aqueles deslocados'. Mas gosto mais do campo porque temos casa própria", comentou.

- ***Desigualdade de distribuição de ajuda***

Além da fuga e do acolhimento, os deslocados ainda enfrentam pressões de diversas naturezas. A presença prolongada de PDIs em casas de acolhimento pressionam os acolhedores, o que resulta em uma maior competição por recursos e tensões entre deslocados e acolhedores (KELLENBERGER, 2009, p.483). A isso adiciona-se pressão das autoridades para que os deslocados migrem para os campos a fim de facilitar o trabalho de registro e distribuição de ajuda.

A distribuição de ajuda, inclusive, foi o principal fator apontado pelos deslocados para a mudança para os campos de reassentamento.

“Houve pressão sim. As pessoas falavam muito que era necessário ir ao centro pelas ajudas, e acabamos indo”, disse *Maria*.

"O governo disse que já não ia apoiar os deslocados que estão nos bairros, só os que estão nos centros. Então houve pressão por causa do apoio”, disse *Pedro*.

As palavras dos deslocados concordam com os comentários feitos pelo governo acerca da questão.

“Houve pressão porque paramos a distribuição para as pessoas fora do centro. A ajuda depende de registro. É preciso ser registrado pela brigada do SDPI. E esses registros são feitos unicamente nos campos”, disse *Lopes*.

Segundo a agente do CCCM, no entanto, as ações do governo não devem ser vistas como pressões, mas sim como ações a fim de controlar a situação caótica dos registros.

"O governo não fez uma pressão, mas claro que queria ter melhor controle de como é gerida a distribuição, porque percebeu que não havia eficácia no apoio dado às pessoas fora do centro. Sem contar também as próprias agências, para ter melhor controle, porque as agências depois precisam relatar tudo. Quanto a isso até que foi bom para nós como agências que as pessoas tivessem concentradas no mesmo sítio. Mas não foi pressão, não foi obrigatório. Só que claro, onde não há comida e tem maus tratos, as pessoas sentem-se pressionadas”, disse *Eunice*

- ***Solidariedade?***

Quando esta investigação começou, a palavra solidariedade estava latente e era uma espécie de guia para a condução da mesma. No entanto, com o desenvolver da pesquisa, notou-se que a solidariedade existe sim, pode até ser o principal fator na hora do acolhimento, mas a longo prazo outras questões se sobrepõem. Como foi citado por Maquenzi e Feijó (2019), os afetados pelo conflito conhecerem a fundo o significado da palavra “solidariedade”, já que "as centenas de milhares de pessoas que chegavam às zonas consideradas mais seguras, encontravam abrigo junto das chamadas famílias (ou comunidades) de acolhimento.

No entanto, Haver (2008, p.24) aponta que este acolhimento impõe algumas questões, como "the expected to contribute to the household in whatever ways they can".

"Quando chegaram a Montepuez, o governo dava comida só nos bairros, só nas casas de acolhimento, então quando o governo decidiu que não, só daríamos a pessoas no centro - para ter apoio tem que estar dentro do centro -, muitas famílias mandaram embora as pessoas que acolheram", comentou Eunice.

"Não há uma única razão e no início pode ter sido mesmo a solidariedade, relações de amizade, relações familiares e mesmo a percepção de que o outro estava a precisar de ajuda e não tinha ninguém que lhe pudesse estender a mão. Com o andar do tempo e a forma como a própria ajuda se estruturou, as pessoas foram recebidas em famílias de acolhimento como puderam. Obviamente depois, algumas famílias podem ter entrado numa dinâmica de receber para também se beneficiarem de ajuda, mas muitos deles não sabiam se haveria eventualmente em algum momento algum tipo de ajuda para aquelas famílias que fugiam dos ataques no norte da província de Cabo Delgado", disse o jornalista

Segurança Alimentar

"Eles ainda dizem: prefiro a morrer lá minha terra do que morrer aqui a fome", Eunice da Barca

- **Fome**

É notável que a fome é uma questão a ser levada em consideração em qualquer situação de vulnerabilidade, como no caso dos deslocados internos. A pesquisa empírica, no entanto, revelou que este é o principal motivo para que os deslocados optem por sair das casas de acolhimento para viver nos campos. E que a fome também é o principal motivo para que os deslocados retornem aos locais de origem, mesmo sem garantia de segurança.

Além da distribuição de ajuda, outros fatores que implicam nesta questão são a localização dos campos (que facilitam ou dificultam o acesso ao trabalho), a qualidade das terras distribuídas para agricultura, ferramentas para o manejo do solo, qualidade da água, acesso ao mar. Todos eles têm poder de influência na questão alimentar.

"Comida é complicado ter. O governo tira nossos nomes das listas para a comida ficar com eles. A vida era mais fácil lá (Mocímboa), aqui sofremos com distribuição da

comida. Tiram nossos nomes das listas de recepção, e ficamos até 5 meses sem receber nada, o que dificulta muito, principalmente por causa das crianças”, lamentou *Ana*

“Eu fiz dois grupos focais semana passada e o motivo principal de regresso é a fome, porque em Mocímboa eles têm várias alternativas. Uma zona costeira, terra boa para agricultura. Aqui reclamam que a terra não é boa. Ainda também há o problema com as listas. Então pronto, o problema principal que fez as pessoas regressarem a zonas de origem mesmo não tendo certeza da segurança e garantia de qualidade de vida lá é a fome. É fome”, disse Eunice.

- ***Processo de registo***

Um grande problema para a população deslocada em Cabo Delgado são as listas de registos, a partir das quais os PDIs têm acesso à distribuição de ajuda. Esta questão, que pouco foi relatada também pela pouca literatura disponível sobre a questão na região, tornou-se um grande problema, tanto para os deslocados, como para o governo e para as agências no terreno, pela ineficiência na criação das mesmas - falta de controle -, assim como pelas fraudes, e foi também agente causador da pressão exercida para a mudança dos deslocados para os campos.

Entre os deslocados a sensação de injustiça perante o processo de registo é grande. E, sem registo, não há ajuda, o principal meio de subsistência dos deslocados. Fala-se em fraudes, favorecimentos, dificuldade de acesso à documentação, entre outras várias questões.

"Fizemos o registo de acordo com a proveniência, mas vimos que complicava porque alguns estavam fora dos centros e o governo não tinha controle. É claro que enfrentamos problemas com as listas de distribuição”, disse Lopes.

"Bom, eu acho que o que devia ter sido feito foi, o que acontece é que não foi feito bem. Eu acho que se tivéssemos organizado melhor a questão das listas de distribuição, muita coisa teria tomado um rumo diferente. Então se nós organizássemos melhor e garantíssemos que as pessoas recebessem pelo menos todos os meses... porque eles agora adotaram um mecanismo de dois em dois meses, tudo bem, mas tem algumas pessoas que recebem, por exemplo, em janeiro e é suposto que recebam em março, mas março, de repente, não têm nome na lista... então devem receber em maio.... Outro problema é que nós temos é que tem muitas pessoas que são fantasmas. Nos dias de

distribuição, vemos motas, carros a sair depois da distribuição para a cidade”, comentou Eunice.

"Infelizmente, estamos a enfrentar aqueles problemas. Temos um número de pessoas que recebem apoio, mas, por causa do tempo (estão aqui desde 2020 alguns, alguns já conseguiram emprego, alugar casa na cidade, ou tem alguma família que lhes recebeu e está tudo bem eles, às vezes, vão ao centro para receber apoio, porque eles vão ao centro como ainda vivessem lá. Tem alguns que já estão a nos dar uma pequena dor de cabeça por conta disso, porque eles já têm condições de estar na vila, até de alugar casas, mas continuam a ir aos centros por causa dos apoios”, disse Eunice

Assistência e Coordenação

- ***Governo e Agências***

O Governo e as agências no terreno são responsáveis pelo registro e distribuição de ajuda aos necessitados vítimas do conflito. No entanto, com o acolhimento sendo feito principalmente por famílias, fica mais difícil para ambos localizar os deslocados. Então é necessário que haja cooperação entre os atores para que a ajuda possa ser distribuída.

Segundo Beyani (2013, p.1), os PDIs fora do campo são difíceis de identificar e estão frequentemente dispersos, não sendo fácil de alcançá-los com serviços.

Sabe-se que a chegada tardia de ajuda acentuou a dificuldade de acesso a recursos, dos quais os deslocados são dependentes. Por um melhor fornecimento, sugeriu-se a mudança dos deslocados para os campos. Apesar de ter facilitado o processo e de haver diálogo entre governo e agências/organizações, ainda há falhas que comprometem a ajuda.

“Por acaso nos já temos um terreno bastante fértil em relação à cooperação e comunicação entre as agências e o governo. Nós já temos uma coisa mais madura. Temos, por exemplo, o mecanismo de recolha de reclamações. Com esse mecanismo, quando vamos ao campo, recolhemos os dados, e depois referenciamos às agências e ao governo. Felizmente até agora nós sempre tivemos feedback, seja positivo ou não, porque as pessoas querem muitas coisas no centro. Então sim, há uma pequena facilidade nessa interação, há colaboração... é preciso ter cooperação porque infelizmente as próprias agências dependem do governo. Sem o governo, não podemos fazer nada sem autorização”, disse Eunice

"Nos últimos tempos, houve uma maior coordenação entre agências e o governo, o problema é que a ajuda não pode ser contínua, e porque vai perdendo fulgor, não há capacidade por tempo indeterminado de ajudar as pessoas... então ou o conflito termina possibilitando as pessoas a regressar a seus locais de origem, ou então cada vez mais vai ser difícil tanto as agências como o governo mobilizarem ajuda, porque os recursos são escassos", disse Edson.

Já por parte das autoridades, a percepção sobre cooperação é um pouco diferente. Essa incongruência de percepções entre governos e agências tende a dificultar a gestão do auxílio, como apontou Lopes.

"Existe até onde dá. Algumas agências agem como se fossem autônomas e com autoridade dentro dos centros, só porque trazem o dinheiro. A falta de colaboração de alguns parceiros dificulta a ajuda", disse Lopes.

- ***Gestão da Ajuda***

Outro subtema que recebeu respostas variadas foi com relação à ajuda distribuída tanto pelo governo tanto pelas agências. As percepções sobre ajuda são distintas entre os deslocados. No entanto, todos concordam que o governo ofereceu, mesmo que tardiamente, casas (quando se mudaram para os centros), enquanto outras ajudas ficaram a cargo das agências e organizações no terreno.

"As organizações aqui nos ajudaram muito com baldes, lonas, esteiras e outras coisas que nos ajudar a sobreviver no início. O governo nos deu as casas, então podíamos não ter muita coisa, mas pelo menos as casas tínhamos", disse *Ana*. "Comida da SEPPA, Latrinas da JAM, Capulanas da AVSI, Baldes dos Médicos Sem Fronteiras ...", *Ana*

"Eu recebi comida, lona, baldes, panelas e outras coisas", contou *Pedro*

"Eu só recebi comida da SEPPA. Tenho muita dificuldade a acender ao auxílio porque nunca tenho o nome na lista para essas coisas. Eu nem sabia da existência das organizações, até chegar no campo", disse *Maria*.

Já o governo afirma que presta ajuda constante aos deslocados.

"O Governo ajudou com a atribuição de casas e kits alimentares. Agora tem-se construído mais abrigos nos campos e procuramos bissemanalmente atualizar os

parceiros sobre o número e necessidades das pessoas que chegam. Suficiente não é, mas estamos abertos a sugestões para melhoria”, disse Lopes

As agências têm sido fundamentais no terreno para distribuir essa ajuda, em consonância com as determinações do CCCM Cluster, que lidera esse ponto.

"Fazemos um radar para saber as necessidades e o que cada parceiro tem naquele momento - alguns com os kits não-alimentares, outros sacos de arroz, feijão – Então depois no Cluster sabemos como podemos realocar estes produtos e itens a quem precisa”, disse Eunice, que complementou: "Quando tu conversas com elas, percebes que não estão a pedir céus e tal, estão a pedir o mínimo. Mas são muitas pessoas. Tentamos fazer dar os nossos máximos. Eu, por exemplo, estou a gerir cinco centros. Em um centro 6 mil famílias, no outro 5 mil, e quando falo de família estou a falar de um agregado, às vezes, com 20 pessoas. Estou a falar de 25 mil pessoas. Como ajudar 25 mil pessoas? Sozinha é impossível”.

Perspectiva de Futuro

- ***Meios de subsistência***

Outro fator que merece destaque é o fato de que muitos deslocados estão a retornar para suas zonas de origem, mesmo sem garantia de segurança, pela falta de meios de subsistência. Foi possível constatar que o principal fator para que os deslocados retornem é a fome, que conseqüentemente está ligada a garantias de trabalho. Erong (2017) aponta que "fear of violence delays the return of displaced people to their original homes". No entanto, isso não tem sido observado em Cabo Delgado. Apesar do medo constar na resposta de todos os deslocados, é a alimentação, e conseqüentemente o trabalho, que recebem destaque.

"Sim. A vida era mais fácil lá, agora aqui sofremos com distribuição de comida. Comparando com a vida de Mocímboa, piorou muito, porque lá nós temos praias que nos permitem pescar, a terra é muito boa para agricultura”, disse *Ana*

“A vida piorou sim. Porque lá em Mocímboa tínhamos mais formas de ganhar dinheiro. Eu gostava de lá de Mocímboa e pretendo voltar, mas não agora”, concorda *Pedro*.

"Espero poder conseguir voltar para minha casa e termos uma boa vida. Pretendo voltar. Vou ficar mais um mês só no campo", disse *Maria*, que, no entanto, retornou ao local de origem uma semana depois da entrevista.

Já João não pretende mais voltar para seu local de origem.

"Pretendo apanhar um emprego fixo aqui em Montepuez. Preferia fazer vida aqui, lá não deixamos ninguém. Para voltar, teriam que me convencer bem que lá está tudo bem (risos), mas não tenho planos", disse

Enquanto isso, a agente humanitária não acha o retorno uma boa ideia, mas entende esse movimento.

"Na verdade, eles não têm noção do que vão encontrar, porque pensam que vão chegar lá, vai ter casas, a vida normal, mas não. Infelizmente as vilas estão destruídas, não há mais nada, e ainda não começou esse processo de reconstrução da província. Mas, uma pessoa que não tem nenhum rendimento, obviamente que vai preferir voltar a Mocimboa, que pelo menos sabe que tem praias, que vai pescar, vai comer peixe todos os dias", disse Eunice.

Mas apesar disso, há pressão do governo para que os deslocados voltem às zonas de origem, segundo Edson, por conta do interesse financeiro.

"Existe pressão para eles retornarem. E depois também tem que saber que a 'Total', a companhia petrolífera francesa, disse que só voltaria às atividades se houvesse retorno das populações, o que seria um indicador das condições de segurança para que pudessem voltar. Então, o governo tenta, a todo custo, dizer para as pessoas voltarem, para passar a ideia de que a situação está normalizada. Então há muita gente que está sendo forçada a regressar a suas zonas de origem para passar essa ideia e ter uma imagem de normalidade para ver se a 'Total' volta a operar e ganha-se o dinheiro do gás".

Habitação

- *Campos de reassentamento*

Apesar da sensação de bem-estar que alguns deslocados puderam experimentar enquanto acolhidos com famílias, alguns não titubearam em mudar de situação quando foram informados sobre a possibilidade de viver em campos de reassentamento, assim como os

que não tiveram uma boa experiência. Mesmo que, segundo Haver (2008, p.24), os deslocados internos geralmente considerem os campos como "crowded, insecure and unhealthy", o que determinou a mudança foi acesso à distribuição de ajuda, assim como a possibilidade de ter uma casa para sua própria família e uma maior rede de apoio.

“No campo estamos melhor. Me sinto mais segura aqui dentro, nas casas dadas pelo governo. Eles que nos deram as casas, então podíamos não ter muita coisa, mas pelo menos as casas tínhamos... em Pemba, não recebi nenhum benefício”, disse *Ana*

“Minha recepção foi boa. Nos deram uma casa. Mas fora isso não tive quase auxílio. Só recebi comida”, disse *Maria*.

“Minha vida piorou, mas estamos mais seguros. Aqui recebemos casa, comida e alguns produtos de cozinha, mas algumas coisas são difíceis ter”, disse *João*

“A vida nos campos acaba sendo melhor porque temos nossa própria casa. Estou mais feliz aqui por causa do apoio”, disse *Pedro*.

Já na percepção dos outros entrevistados, os campos podem ser locais difíceis se forem mal localizados e com acessos complicados, dependendo das estruturas que oferece.

"O centro de onde vem os entrevistados é o centro de Nicuapa⁹⁰. Acho que é um dos mais antigos em Montepuez e o que está melhor desenvolvido. Aquilo já não é nem mais um centro, porque tem escolas, igreja, tem centro de saúde. Então claro que as pessoas de Nicuapa vão preferir o campo. Mas se formos ao centro de Massingiri, um outro local que fica super distante da vila, tem problemas gravíssimos de água, acessibilidade é nota zero. Eles não tinham fonte de água. Então água era uma reclamação muito comum. Em Chimoio, por exemplo, a água é insalubre. Então é tipo tem água, mas a água não serve”, contou Eunice.

"Visitamos campos de deslocados, por exemplo, em Metuge, Ancuabe, Chiúre e Montepuez, que são uma verdadeira desgraça, uma coisa mesmo de dizer que aqui só mesmo quando não há mais nada. Tem locais onde não há nada lá, então teriam que mudar para um sítio que não tem infraestrutura básica, sem acesso à água, eletricidade,

⁹⁰ <https://reliefweb.int/report/mozambique/mozambique-cccm-cluster-partner-operational-presence-montepuez-district-cabo-delgado-province-june-2022>. Consultado em 5/11/2022.

escolas, hospital. Então estariam no meio do nada e isso não é incentivo para que as pessoas se mudem para um sítio”, disse Edson.

Garantia de Segurança

- ***Medo do conflito***

Qualquer conflito, por si só, já gera sensação de insegurança. Quando se é obrigado a fugir sem nada para salvar a própria vida, o medo toma conta, segundo aponta Bakewell (2011), o que concorda com os relatos dos próprios deslocados. O medo está relacionado a diversas respostas e é determinante para a tomada de decisões.

“Fugi por causa da guerra e dos terroristas que atacaram a vila. Senti muito, fiquei dias sem dormir. E como tenho uma filha, também tive medo de que a levassem com os terroristas. Levaram os filhos do meu irmão em Mocímboa. Meu marido fugiu via terrestre, nos separamos durante a fuga. De Mocímboa para Pemba levei uma semana. Vi pessoas mortas no chão. Sem cabeças, crianças (as que não foram levadas) a chorar no corpo dos pais”, relatou *Ana*.

"Por causa da guerra. A fuga durou um dia, senti muito medo. Na fuga perdi meu irmão, que estava doente e acabou piorando”, disse *Maria*

"Levei 1 dia para chegar à Montepuez e vim para cá porque era o lugar mais seguro segundo o que ouvia. Senti muito medo durante a fuga, mas deixei as coisas nas mãos de Deus. No conflito perdi alguns amigos. E na fuga minha sogra, que adoeceu pelo caminho, também morreu”, disse *João*

"Levei 3 dias para chegar à Montepuez, fiquei um dia em Mueda, só depois cheguei à vila de Montepuez. Senti medo, mas como homem da família não podia mostrar. Até hoje eu temo, porque se acontecer algo comigo, meus filhos vão sofrer mais ainda... eu gostaria de esquecer a forma como nós fugimos, as lágrimas da minha mulher. Eu não sabia como lhe consolar, porque ela deixou os pais para trás e até hoje não sabemos nada deles”, contou *Pedro*

- ***Medo do Retorno***

Este medo do retorno entre os entrevistados não é em vão. Edson, Lopes e Eunice concordam que ainda não há garantia de segurança para o voltar.

Como disse Edson, "quando as forças estrangeiras chegaram cá, havia áreas localizadas que se sabia onde estava a insurgência armada. As forças de segurança de Ruanda e da SADC combateram e limparam essas áreas. Os insurgentes, não tendo capacidade, poderio militar ou técnicas militares dessas forças, saem dessas áreas e se deslocam para outras por uma questão de sobrevivência e de tática militar... então espalharam-se. Não é uma questão só de ineficiência das forças estrangeiras, mas é uma questão que expõe a fragilidade do Estado como um todo".

Mas a insegurança, já não parece impeditivo para os que não têm nada a perder.

"As pessoas de Mocímboa estão a voltar para lá. Então estamos a ficar sozinhos... E dá medo ficarmos sozinhos aqui", disse *Ana*.

"Todos estão a voltar, temos medo de ficar sozinhos aqui (só os de Mocímboa estão a retornar, então os que ficam se sentem isolados)", disse *Maria*.

"Há muito medo. Estamos a ficar sozinhos, mas vou aguentar. Mas não posso voltar antes de ter certeza de que está tudo bem", disse *Pedro*.

Para Lopes, ainda é cedo para voltar, mas trata-se de uma opinião sem cunho oficial.

"Pessoalmente acho que é prematuro. Não se devia voltar porque alguns distritos ainda estão a ser atacados. Infelizmente mesmo agora que elas regressam, particularmente não vejo garantia de segurança".

Já Eunice cita motivos, além da falta de segurança, para que as pessoas não retornem.

"Não há garantia de segurança. Pela informação que eu tenho, os retornados vão ficar num certo perímetro numa primeira fase, controlada, um ambiente meio pós-guerra. O que acontece é que muitas vezes, dentro dos centros, eram encontradas pessoas com armas, dentro dos sacos de arroz, mulheres que metiam dentro dos blusões.... tanto que agora que estão a voltar, são todos revistados. Há rumores, (essa não é uma informação confirmada), que foram encontradas algumas pessoas com arma a entrar de novo em Mocímboa, mas isso são rumores, não se trata de informação oficial. Ainda vai haver um clima muito tenso por um bom tempo", disse.

A partir das entrevistas, pode-se perceber que com o conflito em andamento, não há garantia de segurança para o regresso e o medo é latente. Há medo de ficar – por fatores como perder rede de apoio e falta de acesso à alimentação - e medo de retornar – por principalmente falta de segurança. O medo permeia todos os aspectos da vida dos deslocados. No entanto, mesmo que haja pressão das autoridades para o regresso por interesses econômicos, é a questão alimentar que motiva a decisão de voltar

4.2. Conclusões da Pesquisa

As análises realizadas a partir de cada subtema permitiram delinear um mapa de perspectivas complexas e variadas. É possível verificar que, apesar de tardia, a necessária ajuda é ainda insuficiente e o fator determinante na questão do acolhimento. Diversas questões levam ao acolhimento por parte de famílias sem apoio, no entanto, a falta de opção e o desespero parecem ser os principais tópicos na hora de ser acolhido. O acesso à ajuda – fundamental - não foi um fator decisivo na hora de arrumar um lugar para ficar, mas poderia ter sido caso organizações tivessem autorização para estar no terreno desde o começo do conflito.

Nos deslocamentos em Cabo Delgado os mais vulneráveis são as crianças e as mulheres, que também são maioria nos campos e nas famílias de acolhimento. A insegurança é latente para este grupo. Há problemas de violência de gênero, recrutamento de menores por grupos armados, assédio sexual. Este fato também diz muito sobre a necessidade de distribuição de ajuda, uma vez que as crianças e grande parte das mulheres, não englobam a força de trabalho, ou seja, são totalmente dependentes de auxílio.

As famílias de acolhimento também se tornaram parte do grupo vulnerável perante o problema do deslocamento, uma vez que tiveram seus recursos e acessos escasseados, mas não têm tido a atenção devida dentro do complexo sistema de distribuição de ajudas, fator que agravou o relacionamento com os deslocados.

Os problemas na distribuição de recursos causam problemas entre locais e deslocados, deterioram as condições de segurança alimentar, como de segurança contra diversos tipos de violência. A localização e condições de vida dentro dos campos também podem gerar ainda mais problemas, mas este não é o caso de campo de Nicuapa.

As falhas identificadas na distribuição destas ajudas pelos atores humanitários são discutidas e tendem a ser corrigidas através dos mecanismos de avaliação, debatidos e

analisados nas reuniões realizadas a cada duas semanas pela equipe do CCCM Cluster junto aos parceiros, sobre o repasse das necessidades na distribuição e como aperfeiçoar o processo.

A palavra insegurança merece destaque porque permeia vários aspectos do contexto da crise em Cabo Delgado, no entanto, ela parece ser secundária na hora de decidir pelo retorno. O medo é o principal sentimento a determinar a fuga e o regresso. No entanto, trata-se de medos diferentes. Um relativo ao temor de perder a vida durante um ataque inesperado, e o outro relativo ao temor de perder a vida por não ter o que comer.

As condições de vida cada vez piores em Cabo Delgado revelam um complexo desafio ao governo moçambicano, uma vez que o conflito se dissemina e as pessoas seguem fugindo. A tendência do conflito se espalhar para outras partes do país é cada vez mais real e pressiona cada vez mais o trabalho humanitário, já carente de recursos financeiros. O dilema, segundo Feijó, Maquenzi, Salite & Kirshner (2022, p.2), “é arriscar o regresso das populações a locais inseguros, ou promover o desenvolvimento socioeconômico nos locais de reassentamento, compensando as populações locais pela cedência de terrenos para produção agrícola e subsidiando atividades econômicas”.

Considerações finais

A presente dissertação teve como objetivo principal explorar e expor as causas do deslocamento interno em Cabo Delgado e as consequências causadas por esse fluxo de pessoas, a partir de uma perspectiva de acolhimento.

O conflito que gerou a onda de deslocamento interno na província segue em vigor. Como disse Amílcar Cabral, “o povo não combate por ideias, por coisas que apenas existem na cabeça dos indivíduos. O povo luta e aceita fazer os sacrifícios necessários. Mas fazem-no para obter vantagens materiais, para viver em paz e melhorar suas vidas, para sentir progresso e para poder garantir um futuro aos seus filhos” (CABRAL, in WOOLLACOTT, 1983 p.1134). A sensação de falta de oportunidades, de injustiça social e desilusão, misturada com disseminação de ideais extremistas, foram receitas fundamentais para que o movimento armado prosperasse.

O estudo mostrou que a maior parte dos deslocados internos não tinha onde buscar refúgio nos primeiros anos de conflito, a não ser na casa de familiares, conhecidos ou pessoas de boa vontade, fato que corresponde à falta de determinação do governo em reconhecer a crise, criar medidas para mitigá-la e solicitar ajuda.

Nos primeiros anos do conflito, não havia campos oficiais e praticamente não havia agentes humanitários. A sobrecarga gerada pela presença de deslocados em famílias de acolhimento acarretou em tensões sociais e desgaste nas relações pessoais.

A dispersão na distribuição dos deslocados entre famílias também acarretou problemas na divisão de ajudas, já que nem o governo de Moçambique e nem as agências tinham capacidade de garantir um auxílio justo e igualitário. Então foi implementada uma medida política a fim de facilitar a distribuição de ajuda que pressionou a ida dos deslocados para os campos.

O estudo demonstrou que a concentração de deslocados em campos tem favorecido a logística de distribuição de ajuda, assim como as formas de cooperação entre governo e agências no terreno. Foi revelado também que os deslocados têm como prioridade a escolha de um lugar onde tenham acesso à alimentação, assim como mostrou-se muito importante a necessidade de uma rede de apoio, fatores que se sobrepõem às percepções negativas sobre a vida nos campos.

Mesmo com a melhoria na distribuição de ajuda, a continuidade do conflito segue gerando uma onda de deslocados crescente e instável. A criação dos campos ainda é insuficiente para acolher o fluxo de pessoas. Sendo assim, a maioria dos deslocados segue procurando, em um primeiro momento, famílias de acolhimento.

No entanto, o estudo mostrou que o problema na distribuição de ajuda para os que estão em famílias de acolhimento faz com que busquem viver em campos onde possam ter maior acesso a recursos.

Apesar da intervenção de forças estrangeiras e melhoria nas ações militares, o conflito se disseminou para outras partes da província e agora já não há garantia de segurança em nenhum local, inclusive onde foram montados os campos de reassentamento, assim como nas províncias limítrofes, que já temem a chegada dos extremistas.

Mesmo ao enfrentar problemas profundos e carregar cicatrizes do conflito, a falta de oportunidade de trabalho e de alimentos, principalmente, faz com que muitos desejem regressar às zonas de origem, mesmo que para isso tenham que enfrentar seus próprios medos

Passados cinco anos de conflito, a onda de deslocados não para de crescer. Os ataques seguem ocorrendo e não há capacidade de distribuição de assistência para todos. A falta de perspectiva de resolução do conflito pode levar o país a ter de enfrentar deslocamentos prolongados, que envolvem outras questões e tendem a transformar a ajuda humanitária em “assistência sustentada, necessária quando as pessoas estão deslocadas por longos períodos de tempo” (BEYANE, 2013, p. 5).

Ainda que seja necessário enfrentar o conflito, também é preciso intensificar os esforços no amparo aos PDIs, tanto nos campos quanto fora deles, mas também estender esse apoio às famílias acolhedoras, igualmente impactadas com o problema do deslocamento.

Como a pesquisa permitiu analisar alguns dos principais fatores determinantes para a avaliação do acolhimento sob a perspectiva do deslocado, caberia uma análise sob a perspectiva das famílias de acolhimento. Apesar desta investigação se basear em um estudo comparativo entre a vida nos campos de reassentamento e em famílias, também agregaria valor uma exploração sobre as políticas públicas desenvolvidas pelo governo para lidar com a crise, como, por exemplo, uma análise sobre a efetividade do PRCO e do PEGDI, e uma comparação sobre as condições nos diversos campos de reassentamento.

Referências Bibliográficas

- ABASSI, I. & KHATWANI, M.K (2014), “An overview of the political theories of terrorism”. IOSR Journal of Humanities and Social Science, 19 (8), 103–107.
- ABUYA, E. (2003), “Refugees and Internally Displaced Persons: Examining Overlapping Institutional Mandates of the ICRC and the UN High Commissioner For Refugees”. Singapore Journal of International & Comparative Law (2003, vol.7, nº1. pp 236–266.
- ALDEN, C. & CHICAVA, S. (2020), “Cabo Delgado and the Rise of Militant Islam: Another Niger Delta in the Making?”; SAIIA Policy Briefing No 221.
- ANISTIA INTERNACIONAL. (2021). “O que vi foi a morte”, Crimes de Guerra no “Cabo Esquecido” de Moçambique. Consultado em 26/06/2022.
- ARISTARKHOVA, I. (2012), Hospitality and the maternal”. Hypatia. 2012; 27(1), p.65
- ATLAS GEOGRÁFICO VOLUME I, (1986), 2a ed., revista e atualizada. Ministério da Educação, [Maputo].
- ARENDT, H. (2007), “Origens do Totalitarismo”, 2ª Edição, São Paulo, Companhia das Letras.
- BAKEWELL, O. (2011), “Conceptualizing Displacement and Migration: Processes, Conditions, and Categories”, in K.Koser and S.Martin (eds), The Migration-Displacement Nexus-Patterns, Processes and Policies. New York: Berghahn Books.
- BAUMAN, Z. (2001), “Modernidade Líquida”. Tradução: Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001, p.255.
- BANDE, A., NHAMIRRE, B. & CORTEZ, E. (2021), "Gestão dos deslocados de guerra de Cabo Delgado: Governo falhou no apoio às vítimas do conflito”, Maputo: CIP; (p.7-12)
- BENNET, J. (1998), “Forced migration within national borders: the IDP agenda”. Forced Migration Review; January-April, vol.1.
- BOCKSTETTE, C (2008), “Jihadist terrorist use of strategic communication management Techniques”, Garmisch-Partenkirchen: George C. Marshall European Center for Security Studies, 2008.
- BORGESON, K & VALERY, R (2009). “Terrorism in America”, Boston, MA: Jones and Bartlett.
- BORTON, J, BUCHANAN-SMITH, M & OTTO, R. (2005), “Support to Internally Displaced Persons – Learning from Evaluations”, Swedish International Development Cooperation Agency.
- BERTELSEN, B.E. (2016), “Violent Becomings: State Formation, Sociality, and Power in Mozambique”. New York, Berghahn Books. p.16.
- BEYANI, C. (2013), “Under the Radar: Internally Displaced Persons in Non-Camp Settings”, Brookings-LSE Project on Internal Displacement.
- BRAUN, V. & CLARKE, V. (2006), “Using thematic analysis in psychology”, Qualitative Research in Psychology, 3 (2), p.87.

- BRUN, C. (2010), “Hospitality: Becoming ‘IDPs’ and ‘Hosts’ in Protracted Displacement”, *Journal of Refugee Studies* 23(3), p. 340
- BRYMAN, A. (2012), “Social Research Methods”, 4th ed, Oxford University Press. p. 135.
- BUSSOTI, L & TORRES, C (2020), “The risk management of Islamic terrorism in a fragile state: the case of Mozambique”, *Problems of management in the 21st Century*, Vol. 15, No. 1.
- CAMPBELL, R. (2020), “Maputo Refuses to Face Reality in Cabo Delgado, but SA must prepare for conflict”, *Engineering News*, 11 December.
- CARON, C. (2017), “Hosting the Displaced-And Being Hosted”, *Forced Migration Review* 55, p.56
- CASTLES, S. (2003), “Towards a Sociology of Forced Migration and Social Transformation”, *Journal of the British Sociological Association*, 37(1), p. 5
- CHICAVA, S. (2020), “Os primeiros sinais do ‘Al Shabaab’ em Cabo Delgado: Algumas histórias de Macomia e Ancuabe”, IESE: Maputo
- CHINGOTUANE, E; SIDUMO, E; HENDRICKS, C & van NIEUWKERK, A. (2021) “Strategic Options for Managing Violent Extremism in Southern Africa: The Case of Mozambique”, Friedrich-Ebert-Stiftung, Maputo Office.
- CHRISTENSEN, A. & HARILD, N. (2009) “Forced displacement: The development challenge”, Social Development Department, The World Bank Group, Washington DC., p.4.
- CIVC (2020), "Pessoas deslocadas em cidades: experimentar e responder ao Deslocamento interno urbano fora dos campos", Genebra, Suíça.
- COHEN, R. (2004) “The Guiding Principles on Internal Displacement: An Innovation in International Standard Setting”. *Global Governance* 10, p.466
- COHEN, R & DENG, F. (1998) “Masses in Flight: The Global Crisis of Internal Displacement”, Washington, D.C. Brookings Institution Press, pp. 3 – 32/ 126-150
- CRAWFORD, N., COSGRAVE, J. HAYSOM, S. & WALICKI, N. (2015). “Protracted Displacement: Uncertain Paths to Self-Reliance in Exile”. London, UK: ODI Humanitarian Policy Group. *Refugee Compacts: Addressing the Crisis of Protracted Displacement*, 49.
- CRENSHAW, M. (1981). “The causes of terrorism”. *Comparative Politics*, 13(4), 379–399.
- CUNHA, T. (2019). “Estudo de Caso: Cabo Delgado (Moçambique). A terra onde não se come o que se produz e produz o que não se come”, *Coleção Rede Gernika*. p.19
- CVM (2013), "Relatório famílias hospedeiras: Melhores Práticas na Assistência das Famílias de Acolhimento", Nº 294, Maputo.
- DAVIES, A. (2012). “IDP in Host Families and Host Communities: Assistance for host arrangements”, *Division of International Protection Protection Operational Support, UNHCR*, P. 7-25
- DEMO, P. (1989), “Metodologia científica em ciências sociais”. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1989.^[1]_[SEP]
- DERDERIAN, K. & SCHOCKAERT, L. (2012), “Can Aid Switch Gears to Respond to Sudden Forced Displacement? The Case of Haut-Uélé, DRC”, *Refuge* 27(1), p. 16- 23.
- DERYA, M. (2001), “Direito Humanitário Internacional”, Lisboa: Procuradoria-Geral da República,

2001, p.45

DIENER, E., & CRANDALL, R. (1978), “Ethics in social and behavioral research”. U Chicago Press.

DOS SANTOS, F. (2020), “Guerra no Norte de Moçambique, uma Região Rica em Recursos Naturais – Seis Cenários”, CMI INSIGHT, nº3, p.15-20

EL OUASSIF, A. & KITENGE, S.Y. (2021), “Terrorist Insurgency in Northern Mozambique: Context, Analysis, and Spillover Effects on Tanzania”. Policy Paper (November 2021). Policy Center for the New South p.9

ERONG, C (2017), “Community Hosting of Internally Displaced Person in Maiduguri, Borno State- Nigeria”. International Institute of Social Studies, p.25

FABRICIUS, P. (2018). “Is another Boko Haram or al-Shabaab erupting in Mozambique?” Institute for Security Studies. ISS Today, Pretória.

FAYEMI, O.P. & DASYLVA O.A. (2016), “Improving Self Reliance of Internally Displaced Persons Affected by the Boko Haram Insurgency Attacks in the Northeastern Part of Nigeria”, p.4.

FEIJÓ, J. (2020), “Webinar: Como está Cabo Delgado”, www.omrmz.org; realizado em 14 de março de 2020.

FEIJÓ, J. (2020), “Assimetrias no acesso ao Estado: um terreno fértil de penetração do jihadismo islâmico?”, Observatório Rural, nº93, junho.

FEIJÓ, J; MAQUENZI, J; SALITE, D & KIRSHNER, J. (2022), “Caracterização das condições socioeconómicas dos deslocados internos no norte de Moçambique ao longo do ano de 2021”, Observador Rural Nº127, Agosto.

FIDDIAN-QASMIYEH, E., LOESCHER, G., LONG, K., & SIGONA, N. (2014). “The Oxford handbook of refugee and forced migration studies”. Oxford- Oxford University Press.

FRIESE, H. & UNGARETTI, G. (2008) “The Limits of Hospitality: Lampedusa, Local Perspectives and Undocumented Migration”, Migration Working Group, EUI, Florence. 1.

FORQUILHA, S & PEREIRA, J (2020), “Face ao conflito no Norte, o que pode Moçambique aprender com a sua própria guerra civil (1976-1992)? Uma análise das dinâmicas da insurgência em Cabo Delgado in Desafios para Moçambique 2020”, Cadernos IESE (Maputo, Moçambique).

GOLDMAN & KALĪN_ in COHEN & DENG, “Masses in Flight: The Global Crisis of Internal Displacement”, Washington, D.C.: Brookings Institution Press, p. 5.

GLOBAL PROTECTION CLUSTER (2010), “The handbook for the protection of internally displaced persons”. Manuel and Guideline, Protection Cluster. Março.

GLOBAL REPORT ON INTERNAL DISPLACEMENT (2022). Internal Displacement Monitoring Centre 2022. <https://www.internal-displacement.org/global-report/grid2022..> Consultado em 22/09/2022.

GLOBAL TRENDS REPORT – ONU (2014), “Global Trends Report in Forced Displacement in 2014”, produced by UNHCR (15 JUNE 2015).

GLOBAL TRENDS REPORT -ONU (2021), “Global Trends Report in Forced Displacement in 2021”,

produced by UNHCR (16 JUNE 2022).

HABIBE, S.; FORQUILHA, S. & PEREIRA, J. (2019), “Radicalização Islâmica no Norte de Moçambique: o caso de Mocímboa da Praia”, in *Cadernos IESE* (Maputo, Moçambique), 17. ed.

HAYER, K. (2008), “Out of Site: Building Better Responses to Displacement in the Democratic Republic of the Congo by Helping Host Families”, Oxfam GB, p.5-24

HEYEN-DUBÉ, T. & RANDS, R. (2022), “Evolving doctrine and modus operandi: violent extremism in Cabo Delgado”, *Small Wars & Insurgencies*, 33:3, p.437- 466.

ICISS (2001), “The Responsibility to Protect”, International Commission on Intervention and State Sovereignty, December 2001. Consultado em 06/06/2022.

ICRC (2004), “International Humanitarian Law; answers to your questions”, Place: Geneva; Publisher: International Committee of the Red Cross (ICRC).

ICRC, (2006), “ICRC Position in Internally Displaced Persons (IDPs)”. Consultado em 06/06/2022.

Disponível em: https://www.icrc.org/en/doc/assets/files/other/2006_idps_en_icrcexternalposition.pdf

ICRC (2008), “How is the Term "Armed Conflict" Defined in International Humanitarian Law?”_ in International Committee of the Red Cross (ICRC) Opinion Paper, March.

ICRC, (2016), “Internal Displacement in North East Nigeria: Operationalising the Kampala Convention in Borno, Adamawa And Yobe States”. Consultado em 18/07/2022. P.35

ICTY, Prosecutor v. Tadic, Case No. IT-94-1-T, Judgment (Trial Chamber), 7 May 1997, p. 561-568

INGD (2022), “Ponto de situação da população deslocada de Moçambique”, Instituto Nacional de Gestão e Redução do Risco de Desastres. Novembro 2022.

JACKSON, J. (1991), “Migrações”. Lisboa: Escher, Fim de Século Edições Lda, p.7.

JESUS, R.A.(2019), “O deslocado interno como conceito: da formação de uma categoria às implicações do termo”. *Revista Neiba, Cadernos Argentina-Brasil*, Rio de Janeiro, Vol. 8, 2019 . Consultado em 25/05/2022.

JUERGENSMEYER, M (2000), “Terror in the Mind of God”. California: University of California Press, ACLS Fellows’ Publications.

KALDOR, M. (2001), “New and Old Wars: Organized Violence in a Global Era”. Stanford: Stanford University Press, 2001, p7.

KALĪN, W. (2008), “The Guiding Principles on Internal Displacement: Annotations”, Washington D.C.: The American Society of International Law. Consultado em 25/05/2022.

KALĪN, W. (2014) “Internal Displacement”, in Fiddian-Qasmiyeh, E., Loescher, G., Long, K., & Sigona, N. *The Oxford Handbook of Refugee and Forced Migration Studies*. p. 163.

KELLENBERGER, J. (2009), “The ICRC's Response to Internal Displacement: Strengths, Challenges and Constraints”, *International Review of the Red Cross* 91(875), p. 476- 483.

LUQUINI, R. (2003), “A aplicação do Direito Internacional Humanitário nos “conflitos novos” – Conflitos desestruturados e conflitos “de identidade” ou étnicos”. *Revista de Informação Legislativa*,

Brasília. 40 n°15.

MAQUENZI, J. & FEIJÓ, J. (2019), “Pobreza, Desigualdades e Conflitos no Norte de Cabo Delgado”. Observador Rural n° 76. Observatório do Meio Rural. Julho. Maputo. p .10-16.

MATSINHE, D. & VALOI, E. (2019), “The Genesis of Insurgency in Northern Mozambique”, ISS Southern Africa Report, 27, October, p.6-16.

McDowell, S (2008) ‘Internal Displacement in North Kivu: Hosting, Camps, and Coping Mechanisms’, prepared for UNICEF DRC and CARE DRC, 27 April, p.7.

MEDEIROS, J.B. (2006), “Redação científica: a prática de fichamentos, resumos e resenhas”. 8.ed. São Paulo: Ed.Atlas. p.49.

MEEK, S. & NENE, M. (2021), “Exploring Resource and Climate Drivers of Conflict in Northern Mozambique”, SAIIA Policy Briefing, p.4.

MORIER-GENOUD, E. (2021), "A Insurgência Jihadi em Moçambique. Origens, Natureza e Início", in Cadernos IESE (Maputo, Mozambique), N.º 21 p. 6.

MOONEY, E. (2005), “The concept of internal displacement and the case for internally displaced persons as a category of concern”. In Refugee Survey Quarterly, Vol. 24, Issue 3, p.14.

MELZER, N. (2016), in “International humanitarian law: a comprehensive introduction”, ICRC, 2016, Crimes against humanity.

MUCHEMWA, C& MUTASA, M.N (2021), “Ansar Al-Sunna Mozambique: Is It the Boko Haram of Southern Africa?”, Journal of Applied Security Research.

NASCIMENTO, A. (2011) “Da actuação do Estado soberano à intervenção da comunidade internacional”. Sociologia, problemas e práticas, n.º 66, 2011, pp. 117-134.

NHAMIRRE, B. (2022), “Plano de Reconstrução de Cabo Delgado Privilegia Distritos sob Influência da Indústria de Gás”, Centro de Integridade Pública (CIP).; Consultado em 23/05/2022

NHAMIRRE, B; JOSSAI. E; CORTEZ. E; BANDE. A & FAEL. B. (2020), “Número de deslocados em Moçambique cresceu em cerca de 2700 % em dois anos”. Maputo: CIP; p.5

NEUMANN, P. (2013). “The trouble with radicalization. *International Affairs (London)*”. Vol. 89, n°4, pp. 873– 893.

NOGUEIRA, M. B. B. (2014), “A Proteção dos Deslocados Internos na Sociedade Internacional: evolução conceitual e normativa”. REVISTA DA FACULDADE DE DIREITO DA UFRGS , v. 1.

OGATA,S. in COHEN & DENG (1998), “Masses in Flight: The Global Crisis of Internal Displacement”, Washington, D.C.: Brookings Institution Press, p.73.

ORCHARD,P. (2010), “Protection of Internally Displaced Person: Soft Law as a Norm-Generation Mechanism”. Review of International Studies 36 (02).

OLIVEIRA, E. C. (2004), “A proteção jurídica internacional dos deslocados internos”, Revista do Instituto Brasileiro de Direitos Humanos, 5 (5), pp. 73-92.

PATRICIO, G. & PEIXOTO, J. (2018), “Migração forçada na África Subsaariana: Alguns subsídios sobre os refugiados em Moçambique”, REMHU, Rev. Interdiscip. Mobil. Hum., Brasília, v. 26, n. 54,

dez. 2018, p. 11-30.

PEJIC, J. (2007), “Conflict classification and the law applicable to detention and the use of force”, in Elizabeth Wilmhurst (ed), *International law and the classification of conflicts* (Oxford University Press).

PEJIC, J. (2011), “The Protective Scope of Common Article 3: More Than Meets the Eye”, 93 *International Review of the Red Cross* (2011) 881.

RAIMUNDO, I. (2009). “Gender Choice and Migration in Mozambique. Household Dynamics and Urbanization in Mozambique”. Germany: VDM, Verlag Dr Muller GmbH & co. KG.

RAIMUNDO, I. (2009). “Mobilidade da População, pobreza e feitiçaria no meio rural de Moçambique”, in *Economia Política e Desenvolvimento* (1). Pp.13-39.

RAIMUNDO, I. (2011). “Causas, Consequências e Padrões de Migração Internacional de Moçambique: Questões emergentes no espaço da lusofonia”. *Revista Internacional de Língua Portuguesa, Migrações, PALOP*, III série, n. 24.

REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE, (2019). “Diagnóstico dos determinantes sociais da saúde que influenciam a desnutrição – Distrito de Montepuez”. Disponível em:

<https://www.medicusmundimozambique.org/files/2020/05/diagnosticodss-nutricaoontepuez-pdf.pdf>

ROHWERDER, B. (2013), “Democratic Republic of the Congo: Internally displaced persons and refugees’ relations with host communities”, (GSDRC Helpdesk Research Report 1032). Birmingham, UK: GSDRC, University of Birmingham. P -2-25

SCHMIDT, P. (2004), “The Process and Prospects for the U.N Guiding Principles on Internal Displacement to Become International Customary Law: A Preliminary Assessment”. *Georgetown Journal of International Law* 35.

SIRRIYEH, A. (2013), “Hosting Strangers: Hospitality and Family Practices in Fostering Unaccompanied Refugee Young People”, *Child & Family Social Work*. p.6

TOLENTINO, N. C. (2009), “Migrações, Remessas e Desenvolvimento: o caso Africano”. Lisboa: SOCIUS, ISEG, UTL.

UN COMMISSION ON HUMAN RIGHTS (1991), “Internally displaced persons”. 5 março 1991, E/CN.4/RES/1991/25. Disponível em: <<http://www.refworld.org/docid/3b00f0b1c.html>>. Consultada em 24/05/2022.

UNHCR, (2012), “The State of The World’s Refugees: In search if Solidarity”, Oxford: Oxford University Press.

VITÉ, S. (2009), “Typology of armed conflicts in IHL: legal concepts and actual situations”, 91(873) *International Review of the Red Cross* 69

WORLD BANK (2018), “Moçambique Avaliação da Pobreza – crescimento forte, mas não partilhado”, <https://documents1.worldbank.org/curated/en/600731554132409626/pdf/Overview.pdf>

WOOLLACOTT, J (1983), “A Luta pela Libertação Nacional de Guiné-Bissau e a revolução em Portugal”, *Análise Social*, vol. XIX (77-78-79), Manchester: Editora: University of Manchester, p.1134.

ZOLBERG, A.R., SUHRKE, A. and AGUAYO, S. (1989), "Escape from Violence". Oxford and New York: Oxford University Press.

Links de Interesse

-Carta das Nações Unidas: <https://unric.org/pt/wp-content/uploads/sites/9/2009/10/Carta-das-Na%C3%A7%C3%B5es-Unidas.pdf>. Consultado em 24/05/2022

-Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados (1951): https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Convencao_relativa_ao_Estatuto_dos_Refugiados.pdf. Consultado em 24/05/2022.

-Convenção de Genebra e Protocolos Adicionais: <https://gddc.ministeriopublico.pt/sites/default/files/documentos/instrumentos/convIVgenebra.pdf>. Consultado em 24/04/2022.

<https://gddc.ministeriopublico.pt/sites/default/files/documentos/instrumentos/protocoloIgenebra.pdf>. Consultado em 24/05/2022.

-Convenção sobre Aspectos Específicos dos Problemas dos Refugiados na África: http://www.cidadevirtual.pt/acnur/acn_lisboa/e-oua.html. Consultado em 24/05/2022.

-Princípios Orientadores Relativos aos Deslocados Internos: <http://www.ohchr.org/Documents/Issues/IDPersons/GPPortuguese.pdf>. Consultado em 24/05/2022

UN COMMISSION ON HUMAN RIGHTS. *Internally displaced persons*. 5 março 1991, E/CN.4/RES/1991/25. Disponível em: <<http://www.refworld.org/docid/3b00f0b1c.html>>. Consultada em 24/05/2022.

UNITED NATIONS COMMISSION ON HUMAN RIGHTS, *Analytical Report of the Secretary-General on Internally Displaced Persons*, UN Doc. E/CN.4/1992/23. <https://digitallibrary.un.org/record/137260>. Consultado em 26/05/2022

UN GENERAL ASSEMBLY. *In Larger Freedom: towards development, security and human rights for all: Report of the Secretary-General*. 21 mar. 2005, A/59/2005. Disponível em: <http://www.refworld.org/docid/4a54bbfa0.html>. Consultado em 06/06/2022

-Protocolo de Proteção e Assistência a Pessoas Deslocadas Internamente (Conferência Internacional sobre a Região dos Grandes Lagos): https://ungreatlakes.unmissions.org/sites/default/files/protocolo_pour_la_prevention_du_genoci_de_en_portugais.pdf. Consultado em 24/05/2022.

-Convenção de Kampala: https://au.int/sites/default/files/treaties/36846-treaty-0039_-_kampala_convention_african_union_convention_for_the_protection_and_assistance_of_internally_displaced_persons_in_africa_p.pdf. Consultado em 24/05/2022.

[https://au.int/sites/default/files/treaties/36846-sl-AFRICAN UNION CONVENTION FOR THE PROTECTION AND ASSISTANCE OF INTERNALLY DISPLACED PERSONS IN AFRICA KAMPALA CONVENTION 1.pdf](https://au.int/sites/default/files/treaties/36846-sl-AFRICAN%20UNION%20CONVENTION%20FOR%20THE%20PROTECTION%20AND%20ASSISTANCE%20OF%20INTERNALLY%20DISPLACED%20PERSONS%20IN%20AFRICA%20KAMPALA%20CONVENTION%201.pdf). Consultado em 24/05/2022.

ANEXOS

Anexo I

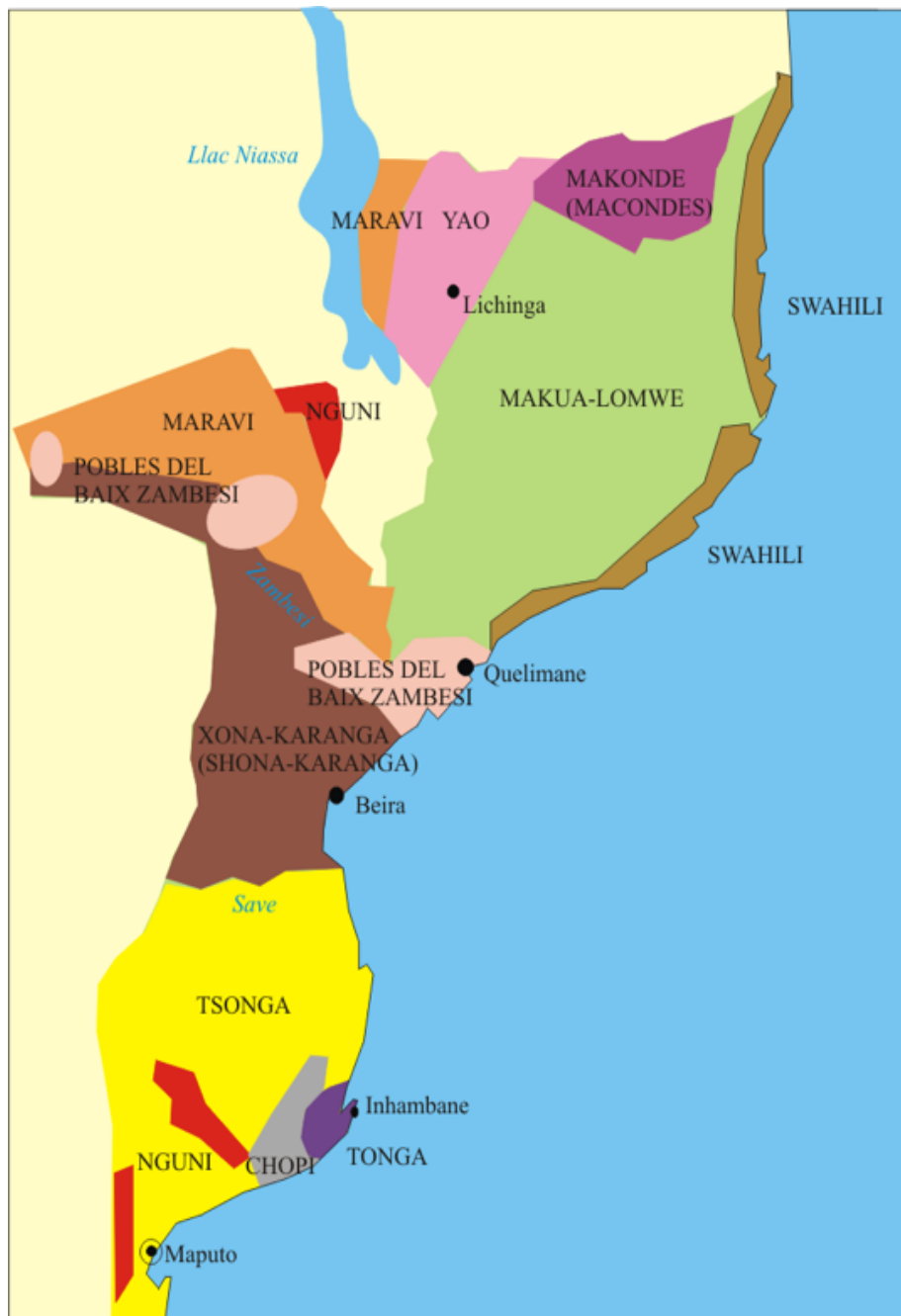
Mapa de Moçambique



Fonte: https://eportuguese.blogspot.com/2011/08/as-origens-e-evolucao-etnico-cultural_22.html

Anexo II

Mapa Étnico de Moçambique



Fonte: <https://preguntaz.com/article/mozambique>
*Swahili pode ser entendido também como povo Mwani

Anexo III

Guião de Entrevista Deslocados

O presente guião de entrevistas foi concebido em virtude da realização de um trabalho de pesquisa para dissertação final do curso de Mestrado em Ação Humanitária, ministrado pelo ISCTE-Lisboa, intitulado “O Conflito e a Resposta aos Deslocamentos Internos na província de Cabo Delgado”. O mesmo visa orientar a recolha de dados inerentes às percepções dos diversos atores envolvidos no conflito de Cabo Delgado, como autoridades locais, representantes do setor humanitário, deslocados internos e jornalistas, para uma melhor compreensão acerca da questão relativa ao acolhimento dos deslocados internos no distrito de Montepuez.

Atores-chave:

1 - Autoridades do Governo Local

2 - Fontes das Agências e Organizações

3 - Deslocados Internos

4 – Jornalistas

Tema: Quais os principais pontos que levam a maioria dos deslocados a serem acolhidos por famílias ao invés de alojamentos como campos de reassentamento e locais de acolhimento temporário

Organização: Por motivos metodológicos, optou-se pela realização das entrevistas com atores das mais diversas esferas no que diz respeito ao conflito de Cabo Delgado. Para isso, serão (foram) ouvidas autoridades governamentais locais, agentes humanitários e jornalistas que acompanham os desenvolvimentos na província desde 2017. Além disso, foi dada especial atenção aos deslocados internos, que são o cerne desta pesquisa, dado o papel central que desempenham, o que constituiu uma clareza qualitativa ao estudo na interseção entre prática e teoria.

Objetivos Gerais:

Identificar as falhas do governo e das agências na hora de assistir os deslocados internos;

Identificar as principais necessidades e queixas dos deslocados;

Compreender como otimizar a distribuição das pessoas entre campos e famílias;

Entender por que deslocados internos são acolhidos, na maioria, por famílias, ao invés de alojamento em locais criados pelo governo e agências para assisti-los.

Compreender onde os deslocados estão mais bem acomodados e encontram melhores condições de vida digna.

Objetivos por Blocos:

Bloco I: Este bloco tem como objetivo explicar as intenções da entrevista no contexto da investigação, assim como assegurar o anonimato (se for mencionada a vontade) e a confidencialidade do conteúdo da entrevista, além da solicitação de autorização para gravação da mesma.

Bloco II: Este bloco tem como objetivo identificar as principais características dos entrevistados e suas principais experiências dentro do contexto da pesquisa a fim de entender em qual condição melhor se encaixam.

Bloco III: Este bloco tem como objetivo tentar compreender qual a percepção dos entrevistados diante da situação no terreno e dos papéis desempenhados pelo Governo e pelas agências no contexto de ajuda aos deslocados.

Bloco IV: Este bloco tem como objetivo identificar a intenção dos deslocados quanto ao futuro, no que diz respeito às obrigações governamentais e ao trabalho das agências no terreno, e aos planos e à capacidade destes dois para lidar com a problemática.

Bloco I- Consentimento Informado

Bloco II

- 1- Nome:
- 2- Etnia:
- 3- Religião:
- 4- Composição familiar:
- 5- Atividade profissional:
- 6- Local de origem:
- 7- Por que fugiu?
- 8- Quando fugiu?
- 9- Como foi e quanto tempo durou a fuga?
- 10- Porque se deslocou para Montepuez?
- 11- Sentiu medo durante a fuga?
- 12- Temeu que seus filhos ficassem sem os pais?

- 13- Perdeu alguém próximo no conflito?
- 14 -Perdeu alguém próximo durante a fuga?
- 15 - Sente medo agora?
- 16- Se sente mais seguro em casa de acolhimento ou nos locais disponibilizados pelo governo?
- 17- Ficaria abrigado em casas com pessoas de etnia e/ou religião diferentes das suas?
- 18- Já houve algum tipo de conflito entre a família de acomodação e a sua? Em caso afirmativo, cite quais;
- 19- Gostava da vida que tinha antes?
- 20- Gosta da vida de agora?
- 21- O que espera para o futuro?
- 22- O que gostaria de esquecer do passado?
- 23- O que você define como paz?

Bloco III

- 1- Esta foi a primeira vez que você e sua família tiveram que se deslocar?
- 2- Quando fugiram, foram direto a Montepuez? Ou estiveram em outra localidade antes de chegar a este campo? (em caso afirmativo, por que Montepuez?)
- 3- Esta foi a primeira vez que você e sua família foram acolhidos por famílias?
- 4- No momento da chegada, havia alternativa de escolha de alojamento? (ex: campos de reassentamento, famílias de acolhimento, locais temporários)
- 5- Como foi feita sua recepção em Montepuez como sua posterior acomodação?
- 6- Houve falta de apoio do governo durante a chegada com relação à questão da acomodação? (em caso afirmativo, ela foi determinante para ser acolhido por famílias?)
- 7- Houve falta de apoio das agências durante a chegada com relação à questão da acomodação? (em caso afirmativo, ela foi determinante para ser acolhido por famílias?)
- 8- Quando chegou ao primeiro local depois da fuga, teve algum tipo de auxílio? (em caso afirmativo, de quem?)
- 9- Acredita que sua família esteja mais bem acomodada com as famílias ou agora nos campos? Por quê? (cite as razões)
- 10- Em qual tipo de acomodação tem mais acesso às necessidades, como água, alimentação, trabalho? (famílias ou campos?).
- 11- Este é um fator determinante na hora de escolher um local ou não é levado em consideração perante o desespero?

- 12- Estava mais feliz anteriormente com as famílias ou agora nos campos?
- 13- Quanto tempo ficou com a família e quanto tempo está no campo?
- 14- Pretende voltar ao seu local de origem? Por quê? (Em caso de resposta negativa, responda quanto tempo pretende ficar no campo e se depois pretende procurar um local próprio)
- 15- A sua vida e da sua família melhorou ou piorou desde que chegou a Montepuez? Cite os pontos negativos e positivos.
- 16- Quais benefícios recebeu enquanto esteve com as famílias? E quem era responsável pela distribuição desses benefícios?
- 17- Quais benefícios recebeu desde que chegou ao campo? Quem é responsável pela distribuição?
- 18- Recebe algum tipo de auxílio do governo? Cite quais
- 19- Recebe algum tipo de assistência das agências? Cite quais (agências e benefícios)
- 20- Houve algum conflito desde que chegou ao campo? (em caso afirmativo, cite quais)
- 21- Desde que está no campo, houve algum processo para integração social? Acesso à documentação? Quem é responsável por isso?
- 22- Quando estava com família, também houve algum tipo (programa) de integração social?
- 23- Sente mais dificuldade em ter as demandas ouvidas dentro do campo ou nas famílias?
- 24- Considera, hoje, a situação melhor dentro dos campos ou com as famílias?
- 25- Na sua opinião, se houvesse alternativa de acolhimento quando chegou, teria optado pelas famílias? Por quê?
- 26- Acredita que esteja mais seguro em casas de família ou nos campos? Por quê?
- 27- Teve algum acompanhamento do governo e das agências durante a fuga? Cite qual? Sentiu falta deste apoio? Por quê?
- 28 - Tem ou teve dificuldade para acender a ajudas distribuídas pelas agências no terreno? E o governo ajuda de alguma maneira? Como?
- 29- Houve registro e identificação na chegada? Por parte de quem?
- 30 -Já teve ajuda negada desde que chegou ao campo de Montepuez? E nas casas de famílias?
- 31- Sabe ou foi vítima de tentativas de abuso em troca de ajuda? Por parte de quem?
- 32- Confia no Governo? E nas agências? (Discorra)
- 33- Acredita que o governo tenha falhado a lidar com a crise? Por quê?
- 34- Acredita que esteja melhor bem alojado nos campos ou nas famílias? E onde encontra melhores condições de vida, nos campos ou nas famílias?

Bloco IV

- 1- Houve algum tipo de pressão para que deixasse a casa de família e fosse para o local de reassentamento? (Discorra)
- 2- Pretende retornar para sua vila de origem se houver mais segurança?
- 3- Há algum tipo de pressão para que ocorra o retorno? Por parte de quem?
- 4- Como é o acesso à saúde, educação, trabalho, documentação?
- 5- Depende de ajuda das agências para alimentação?
- 6- Houve algum tipo de melhoria de infraestruturas desde sua chegada a Montepuez?
- 7- Acredita que o governo tem trabalhado para mitigar a crise?
- 8- Quais fatores seriam fundamentais para que decidisse retornar para sua vila de origem? E o que te faria permanecer em Montepuez?
- 9 - O que espera dos governos e das agências?
- 10 - O que espera do futuro?

Anexo IV

Guião de Entrevista Autoridade Governamental

O presente guião de entrevistas foi concebido em virtude da realização de um trabalho de pesquisa para dissertação final do curso de Mestrado em Ação Humanitária, ministrado pelo ISCTE-Lisboa, intitulado “O acolhimento aos deslocados internos pelo conflito de Cabo Delgado”. O mesmo visa orientar a recolha de dados inerentes às percepções dos diversos atores envolvidos no conflito de Cabo Delgado, como autoridades locais, representantes do setor humanitário, deslocados internos e jornalistas para uma melhor compreensão acerca da questão relativa à acolhimento dos deslocados internos no distrito de Montepuez.

Atores-chave:

1 - Autoridades do Governo Local

2 - Fontes das Agências e Organizações

3 - Deslocados Internos

4 – Jornalistas

Tema: Quais os principais pontos que levam a maioria dos deslocados a serem acolhidos por famílias ao invés de buscar alojamento em campos de reassentamento e em locais de acolhimento temporário

Organização: Por motivos metodológicos, optou-se pela realização das entrevistas com atores das mais diversas esferas no que diz respeito ao conflito de Cabo Delgado. Para isso, serão (foram) ouvidas autoridades governamentais locais, líderes de agências e organizações no terreno e jornalistas que acompanham os desenvolvimentos na província desde 2017. Além disso, foi dada especial atenção aos deslocados internos, que são o cerne desta pesquisa, dado o papel central que desempenham, o que constituiu uma clareza qualitativa ao estudo na interseção entre prática e teoria.

Objetivos Gerais:

- Identificar as falhas dos responsáveis na hora de assistir os deslocados internos;
- Identificar as principais necessidades e queixas dos deslocados;
- Compreender como otimizar a distribuição das pessoas entre campos e famílias;

- Entender por que deslocados internos são acolhidos, na maioria, por famílias, ao invés do alojamento em locais criados pelo governo e agências para assisti-los.

Objetivos por Blocos:

Bloco I: Este bloco tem como objetivo explicar as intenções da entrevista no contexto da Investigação, além da solicitação de autorização para gravação da mesma.

Bloco II: Este bloco tem como objetivo identificar as principais características dos entrevistados e suas principais experiências dentro do contexto da pesquisa a fim de entender em qual condição melhor se encaixam.

Bloco III: Este bloco tem como objetivo tentar compreender qual a percepção dos entrevistados diante da situação no terreno e dos papéis desempenhados pelo Governo e pelas agências no contexto de ajuda aos deslocados e famílias de acolhimento.

Bloco IV: Este bloco tem como objetivo identificar a intenção dos deslocados quanto ao futuro, no que diz respeito às obrigações governamentais e ao trabalho das agências no terreno, e aos planos e à capacidade para lidar com a problemática.

Bloco I – Explicação Oral

Bloco II

1- Nome:

2- Etnia:

3- Religião:

4- Grau de escolaridade:

5- Estado Civil:

6- Composição familiar:

7- Atividade profissional:

8- Cargo e tempo no cargo:

9- Local de origem:

10- Quais os fatores principais questões levadas em consideração, na sua opinião, na hora da acomodação? (Segurança? Alimentação? Saúde? Saneamento? Trabalho? Acesso à educação)

Enumere:

11- Se fosse preciso se deslocar e pudesse optar, preferiria ficar com famílias de acolhimento ou nos locais disponibilizados pelo governo/ agências?

Bloco III

- 1- Quais as primeiras medidas tomadas pelos Governos (local e central) para lidar com os deslocados chegados a Montepuez? Quando o governo começou a agir?
- 2 - Quais as medidas criadas para lidar com o acolhimento dos deslocados?
- 3- Como é feita a distribuição dos deslocados quando chegam a Montepuez? Quem são os responsáveis por ela?
- 4- Quando começaram a ser construídos os primeiros campos e abrigos temporários em Montepuez? Quem eram os responsáveis por esses locais?
- 5- O governo chegou a participar e auxiliar as primeiras vítimas que chegaram em Montepuez ou começou a se envolver com a situação em um período posterior? (Quando?) Como era feita essa ajuda?
- 6- Como foi feita a primeira triagem e posterior acomodação dos deslocados?
- 7- Acredita que de alguma forma o governo poderia ter agido mais rapidamente para lidar com a crise? Ou não havia meios para isso?
- 8- Na opinião do sr, por que os deslocados preferem ficar acolhidos em famílias em um primeiro momento do que em campos ou abrigos temporários?
- 9- Acredita que a crise tenha sido subestimada em algum momento? Por quê?
- 10- O que foi feito e o que está sendo feito para lidar com a chegada em massa de deslocados? Comente? Essas ações são suficientes?
- 11- Que tipos de dificuldades o Governo Local enfrenta para lidar com a crise?
- 12- Existe coordenação entre governo e agências no terreno? Cite
- 13- Existe algum tipo de pressão para que os deslocados deixem as famílias de acolhimento e vivam nos campos? E para um retorno à vila de origem?
- 14- Quais as medidas tomadas pelo governo para facilitar acesso à educação, saúde, alimentação, trabalho para os deslocados no campo? Elas são iguais para os deslocados que permanecem em famílias de acolhimento?
- 15- Quais as prerrogativas para que um deslocado seja contemplado por ajuda governamental e das agências?
- 16- As comunidades anfitriãs são reconhecidas como intervenientes significativos na proteção e assistência aos deslocados internos em alguns países africanos, como no caso da Nigéria. Qual o papel das mesmas em Moçambique e a relação com o Governo?
- 17- Durante os primeiros anos de conflito, quais as principais medidas implementadas para o bem-estar dos deslocados internos?

- 18- Há algum tipo de vantagem entre estar acomodado em casas de acolhimento ou nos campos? Garantia de terras, acesso à alimentação?
- 19- Há diálogo e trabalho conjunto entre Governo Local e membros do INGD?
- 20- Já soube de problemas de distinção na distribuição de ajuda de acordo com a etnia? Em caso afirmativo, quais medidas o governo tem tomado para acabar com essa situação?
- 21- Houve algum tipo de atrito entre governo e agências humanitárias para assistir aos deslocados? Em caso de resposta afirmativa, enumere
- 22- Qual a responsabilidade legal do Governo de conceder abrigo aos deslocados? Seja por via legislação interna, seja por legislação regional, seja por legislação internacional?
- 23- Em alguns documentos há relatos de que até 2019 o Governo pedia que a população permanecesse em suas casas e aos deslocados, que regressassem. O Governo estipulou algum tipo de ajuda a essas pessoas? Houve garantia de segurança?
- 24- O Governo local recebeu algum tipo de orçamento extra para lidar com a crise em Cabo Delgado?

Bloco IV

- 1- Na sua opinião, quais medidas que deveriam ser tomadas para melhorar a crise? E quais as medidas que considera que não foram eficazes?
- 2- Na sua opinião, os deslocados encontram melhores condições nos campos ou famílias acolhedoras?
- 3- Há algum tipo de ajuda destinada às famílias acolhedoras por alojar deslocados?
- 4- Há algum tipo de programas de integração em curso, promoção profissional, acesso a documentação? Cite quais e os responsáveis por eles.
- 5- Quem o sr. acha que é melhor assistido pelo Governo, os abrigados em campo ou nas casas?
- 6- Como é feito o processo de mudança das casas para os campos?
- 7- Quais os programas de reassentamento em curso?
- 8- Houve algum tipo de melhoria de infraestruturas (tanto na vila-sede como nos campos) desde a chegada dos deslocados?
- 9- Já ouviu relatos de abusos em troca da distribuição de assistência e das listas de ajuda? Em caso afirmativo, sabe de alguma investigação em curso acerca destes abusos?
- 10- Há algum tipo de ajuda aos deslocados durante a mudança entre famílias e campo? (transporte) Quem facilita essa ajuda? Como é feita a recepção dos deslocados e posterior acomodação?
- 11- O governo local necessita prestar contas ao governo central com relação à acomodação?

12- Considera o PEGDI um plano eficaz? E o PRCD? Acredita que eles são suficientes para acabar com a crise?

13- Há presença de trabalhadores do INGD em Montepuez? Em caso positivo, considera que o INGD faz um bom trabalho no campo?

14- Pessoalmente, o que o sr acha que poderia ter sido feito e que pode ser feito em um futuro próximo para mitigar a crise ou, pelo menos, aliviar a pressão tanto para os deslocados, como para os governos locais?

15- Acredita que os deslocados tenham segurança para voltar para suas aldeias de origem ou encontram melhores condições em Montepuez? E com relação a oportunidades?

Anexo V

Guião Entrevista Agente Humanitário

O presente guião de entrevistas foi concebido em virtude da realização de um trabalho de pesquisa para dissertação final do curso de Mestrado em Ação Humanitária, ministrado pelo ISCTE-Lisboa, intitulado “O Conflito e a Resposta aos Deslocamentos Internos na província de Cabo Delgado”. O mesmo visa orientar a recolha de dados inerentes às percepções dos diversos atores envolvidos no conflito de Cabo Delgado, como autoridades locais, representantes do setor humanitário, deslocados internos e jornalistas, para uma melhor compreensão acerca da questão relativa ao acolhimento dos deslocados internos no distrito de Montepuez.

Atores-chave:

1 - Autoridades do Governo Local

2 - Fontes das Agências e Organizações

3 - Deslocados Internos

4 – Jornalistas

Tema: Quais os principais pontos que levam a maioria dos deslocados a serem acolhidos por famílias ao invés de alojamentos como campos de reassentamento e locais de acolhimento temporário?

Organização: Por motivos metodológicos, optou-se pela realização das entrevistas com atores das mais diversas esferas no que diz respeito ao conflito de Cabo Delgado. Para isso, serão (foram) ouvidas autoridades governamentais locais, agentes humanitários e jornalistas que acompanham os desenvolvimentos na província desde 2017. Além disso, foi dada especial atenção aos deslocados internos, que são o cerne desta pesquisa, dado o papel central que desempenham, o que constituiu uma clareza qualitativa ao estudo na interseção entre prática e teoria.

Objetivos Gerais:

- Identificar as falhas do governo e das agências na hora de assistir os deslocados internos;
- Identificar as principais necessidades e queixas dos deslocados;

- Compreender como otimizar a distribuição das pessoas entre campos e famílias;
- Entender por que deslocados internos são acolhidos, na maioria, por famílias, ao invés de alojamento em locais criados pelo governo e agências para assisti-los.
- Compreender onde os deslocados estão mais bem acomodados e encontram melhores condições de vida digna.

Objetivo por bloco:

A presente entrevista foi dividida em dois blocos. O primeiro bloco tem como objetivo explicar as intenções da entrevista no contexto da investigação, além da solicitação de autorização para gravação da mesma. Já o segundo bloco traz uma conversa aberta sobre as percepções do entrevistado acerca do problema.

Bloco I – Explicação Oral

Bloco II

- 1- Quantos são os campos em Montepuez, são 12 (de acordo com relatório de junho de 2022 divulgado pelo CCCM Cluster)?
- 2- Queria que falasse um pouco mais sobre seu papel na AVSI e qual sua função, o que desempenha.
- 3- Você estava falando que, mais ou menos, o seu papel como agente do CCCM é fazer essa ponte os vários atores que atuam para minimizar os problemas dos deslocados. Então como que é essa questão do trabalho com as autoridades? Existe algum tipo de coordenação, ajuda entre vocês, ou não existe nada, as agências atuam por si próprias e não há integração com as autoridades?
- 4- Quais são as primeiras medidas tomadas pelas agências quando os deslocados chegam a Montepuez. Até onde eu sei, a maior parte dos deslocados de Montepuez foi proveniente de Pemba, fugiu para Pemba e depois foi para Montepuez. Como é feita essa transição. O governo ajuda ou eles fazem por si próprios? E quais são as primeiras medidas que os atores humanitários têm na hora que esses deslocados chegam a Montepuez?
- 5- Na sua opinião, a religião também afeta neste sentido?
- 6- Você falou sobre a questão de não ter meios para ajudar todo mundo e a questão de tentar mostrar para estas pessoas que todos estão na mesma situação. Então pegando esse gancho, você acha que as famílias acolhedoras optam por abrir suas casas para acolher pessoas,

exacerbando uma condição social já ruim, a troca do que? Esperam algum tipo de ajuda? é por solidariedade? Qual a motivação na sua opinião

7- Chegando nesta parte então, já ouvi dizer, lendo alguns relatórios e ouvindo entrevistas, sobre os conflitos que existem dentro das casas de acolhimento, inclusive numa das entrevistas a Maria fala sobre isso. Queria que você comentasse um pouco sobre esses problemas que ocorrem e depois falasse sobre o processo de transferência entre casa de acolhimento e campo.

8- Eu li em alguns relatórios, que, por exemplo em Montepuez, as pessoas recebiam a ajuda distribuição nos centros que ficavam longe das vilas, sendo essa umas das razões para que os deslocados não quisessem ir para os centros, por estar longe das vilas principais, acha que faz sentido?

9- Então para aproveitar o gancho das etnias, das listas, também é sabido que os Makondes têm melhor situação na província por toda questão ligada à Frelimo e que eles também conseguem se beneficiar melhor da questão dessas listas de ajuda? Por que eu sei que na questão da moradia eles conseguem, por exemplo, pagar um aluguel, viver em um lugar melhor, pelas pensões que recebem...

10-Então há Makondes nos centros?

11- Mas há garantia de segurança para que essas pessoas voltem à zona de origem?

12- O Edson (Cortez), na opinião dele, essa onda de deslocadas foi causada pela demora do governo a agir, a reconhecer que se tratava de um problema de maior amplitude, ao invés de um conflito local. Negligência do governo em reconhecer a dimensão do problema. Isso ocasionou a debandada imensa e esse número super alto. Na sua opinião, o que fez com que cerca de 90% dos deslocados internos fossem acolhidos por famílias? Quais os fatores fundamentais para isso?

13- Porque, segundo ele, também essa demora das autoridades a agir impediu que fossem criados centros provisórios para que essas pessoas fossem acolhidas sem sobrecarregar as famílias, que foram sobrecarregadas. E também a tardia intervenção das agências, que só puderam entrar em campo quando o governo admitiu, reconheceu, que era necessária uma intervenção maior.

14- Agora, também vou voltar um pouco para o regresso de algumas pessoas para Mocímboa. Esses locais onde há uma mínima segurança são os locais onde também há uma intervenção estrangeira na questão de exploração de recursos naturais.

15- E quando eles retornam, uma curiosidade, eles vão viver onde, porque a casa deles foi destruída. Eles vão viver onde?

16- Agora, na sua opinião, já deve ter visitado casas onde há pessoas acolhidas e campos em situações melhores ou em situações piores. Onde você acha que estas pessoas estão mais bem acomodadas? Eu não digo só na questão de ter um teto para dormir, mas acomodadas também de acesso à água, distribuição de comida, até de acesso a trabalho, escola, hospital. Você acha que eles estão melhores nos campos ou nas famílias?

17- Eu também queria uma opinião pessoal sua sobre o que você acha que deveria ter sido feito e o que pode ser feito para melhorar a condição dessas pessoas digo tanto na questão governamental tanto nas agências humanitárias?

18- Quando os deslocados chegam a Pemba, ficam com as famílias e depois são realocados no centro em Montepuez. Como que é feito esse processo? Como é feito o transporte, essa transição das famílias para os centros?

19- Por exemplo, as pessoas com que você conversou que estiveram em Pemba e foram para Montepuez, foram porque ouviram falar que a situação era melhor, por que o governo criou um centro e eles foram para lá? Obviamente que cada caso é um caso, mas como contexto geral?

20- Em Montepuez, ainda há bastante gente em casas de família ou a maior parte já esta no centro?

21- Mas essa distribuição é para as pessoas que vivem nos centros ou pessoas que estão acolhidas em famílias também tem direito a essa ajuda?

22- Quais são as maiores queixas dos deslocados nos campos?

23- Consegue ver gente no INGD no terreno?

24- Segundo informações, a província agora passa por uma situação complicada de segurança, porque a intervenção de forças em locais específicos acabou por disseminar o grupo por toda província, já sem saber onde os ataques vão ser realizados. Você acha que faz sentido criar um plano de reconstrução quando não há a mínima garantia de segurança?

25- Se você tivesse na situação de deslocamento, com a sua família, onde optaria por ficar?

Anexo VI

Guião Entrevista Jornalista

O presente guião de entrevistas foi concebido em virtude da realização de um trabalho de pesquisa para dissertação final do curso de Mestrado em Ação Humanitária, ministrado pelo ISCTE-Lisboa, intitulado “O Conflito e a Resposta aos Deslocamentos Internos na província de Cabo Delgado”. O mesmo visa orientar a recolha de dados inerentes às percepções dos diversos atores envolvidos no conflito de Cabo Delgado, como autoridades locais, representantes do setor humanitário, deslocados internos e jornalistas, para uma melhor compreensão acerca da questão relativa ao acolhimento dos deslocados internos no distrito de Montepuez.

Atores-chave:

1 - Autoridades do Governo Local

2 - Fontes das Agências e Organizações

3 - Deslocados Internos

4 - Jornalistas

Tema: Quais os principais pontos que levam a maioria dos deslocados a serem acolhidos por famílias ao invés de alojamentos como campos de reassentamento e locais de acolhimento temporário

Organização: Por motivos metodológicos, optou-se pela realização das entrevistas com atores das mais diversas esferas no que diz respeito ao conflito de Cabo Delgado. Para isso, serão (foram) ouvidas autoridades governamentais locais, agentes humanitários e jornalistas que acompanham os desenvolvimentos na província desde 2017. Além disso, foi dada especial atenção aos deslocados internos, que são o cerne desta pesquisa, dado o papel central que desempenham, o que constituiu uma clareza qualitativa ao estudo na interseção entre prática e teoria.

Objetivos Gerais:

- Identificar as falhas do governo e das agências na hora de assistir os deslocados internos;
- Identificar as principais necessidades e queixas dos deslocados;
- Compreender como otimizar a distribuição das pessoas entre campos e famílias;
- Entender por que deslocados internos são acolhidos, na maioria, por famílias, ao invés de alojamento em locais criados pelo governo e agências para assisti-los.

- Compreender onde os deslocados estão mais bem acomodados e encontram melhores condições de vida digna.

Objetivo por bloco:

A presente entrevista foi dividida em dois blocos. O primeiro bloco tem como objetivo explicar as intenções da entrevista no contexto da investigação, além da solicitação de autorização para gravação da mesma. Já o segundo bloco traz uma conversa aberta sobre as percepções do entrevistado acerca do problema.

Bloco I – Explicação Oral

Bloco II

- 1- O relatório elaborado em 2020 sobre a gestão dos deslocados aponta que o governo demorou a agir para acolher os deslocados. Conte um pouco sobre o que viu no terreno
- 2- Na sua opinião, o que fez o governo mudar de postura depois de dois anos do início dos conflitos até resolver iniciar a gestão desses deslocados. O que acha que mudou para o governo mudar de opinião sobre a ajuda internacional?
- 3- Agora já pensando mais na questão dos deslocados, por que que na sua opinião cerca de 90% desses deslocados a princípio ficaram acolhidos com famílias ao invés de (existiam alternativas para essas pessoas?) locais temporários disponibilizados pela Cáritas, Igreja Católica, etc... Trata-se de um número muito alto...
- 4-Então, em um primeiro momento, quem fazia isso eram só as agências? O governo não teve envolvimento, a princípio, só depois de dois anos que o governo começou a intervir?
- 5- E na sua opinião, agora com o foco voltado para as famílias, o que leva famílias a acolher pessoas desconhecidas (ou não), sem saber quanto tempo essa situação vai durar? Isso, tratando-se de famílias já socialmente excluídas, que acolhem a maior parte dos deslocados, elevando ainda mais os problemas para a família acolhedora. O que leva a isso?
- 6- E na sua opinião, os deslocados ficam mais bem acolhidos, com famílias ou nos campos que foram criados e porquê? Melhores condições de vida, de acesso à integração, etc?
- 7- Eu tenho lido em algum dos relatórios que há uma certa resistência dos deslocados a serem acolhidos nos campos, quando já estão com famílias e seria uma transição... acha que isso acontece porquê?
- 8- Existe algum tipo de pressão do governo para que as pessoas se mudem para os campos?
- 9- Mas é só a imagem, porque o governo em si não faz a garantia da segurança...

10- Agora na perspectiva de ajuda, eu li em alguns lugares, que as ajudas, por exemplo, em alguns lugares como em Montepuez, estavam sendo distribuídas nos campos como forma de forçar os deslocados que estão com famílias a irem para o campo...você acha que esse tipo de ajuda forçada também força as pessoas a deixarem as famílias para ir para os campos ou isso é algo ilusório?

11- Então não adianta o governo forçar uma situação, porque as pessoas vão fazer o que elas acham que têm que fazer...o fato deles distribuírem a ajuda nos campos não faz com que as pessoas se mudem para os campos...

12- Eu queria que falasse um pouco, na sua opinião, se acredita que o PRCD seja um bom plano. Efetivo?

13- E na sua opinião, essa intervenção estrangeira das forcas de segurança tem dado algum resultado efetivo na questão de segurança mesmo, porquê?

14- E agora, vê algum tipo de integração no terreno entre as agências e o governo, para coordenar a ajuda aos deslocados, ou acha que isso fica mais a caráter da agência mesmo, há pouca intervenção do Estado. Como funciona a coordenação de ajuda aos deslocados?

15- Com relação ao INGC, no relatório aponta que há pouca gente no terreno, você acha que se houvesse mais gente do INGC no terreno a ajuda seria mais efetiva, a situação dos deslocados estaria diferente?

16- A questão das etnias é muito latente em Cabo Delgado. E eu já li em alguns lugares que há distinção de ajuda entre as etnias, é verdade isso e como essas minorias poderiam ser mais bem integradas nesse sentido?